



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PÓS – GRADUAÇÃO EM ECONOMIA (PIMES)

**Comércio Exterior e Inserção Internacional do Brasil : A
participação do Investimento Direto Estrangeiro – IDE – na
Agricultura, Pecuária e Indústria Extrativa Mineral – período
1996 – 2004.**

Nelson Queiroz de Assunção

Orientador: Professor Álvaro Barrantes Hidalgo, Dr.

**Recife – PE
2005**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

PÓS – GRADUAÇÃO EM ECONOMIA (PIMES)

**Comércio Exterior e Inserção Internacional do Brasil : A
participação do Investimento Direto Estrangeiro – IDE – na
Agricultura, Pecuária e Indústria Extrativa Mineral – período
1996 – 2004.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Pernambuco,
Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Economia;
para obtenção do título de Mestre em Economia.

Área de Concentração : Comércio Exterior e Relações Internacionais.
Orientador : Profº Álvaro Barrantes Hidalgo, Dr.

**Recife – PE
2005**

Assunção, Nelson Queiroz de

Comércio exterior e inserção internacional do Brasil : a participação do investimento direto estrangeiro – IDE – na agricultura, pecuária e indústria extrativa mineral – período 1996-2004 / Nelson Queiroz de Assunção. – Recife : O Autor, 2005.

130 folhas : il., fig., tab., quadros, gráf.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Economia, 2005.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Economia – Comércio exterior – Análise. 2. Investimento direto estrangeiro – Inserção internacional do Brasil – Setor exportador – Impactos. 3. Agricultura, pecuária e indústria extrativa mineral – Investimento estrangeiro mínimo – Setores dinâmicos da exportação do Brasil. I. Título.

339

CDU (2.ed.)

UFPE

337

CDD (22.ed.)

BC2006-198

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PIMES/ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO
DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA DE**

NELSON QUEIROZ DE ASSUNÇÃO

A Comissão Examinadora composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera o candidato **APROVADO**.

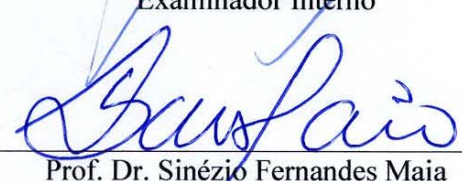
Recife, 14/09/2005



Prof. Dr. Álvaro Barrantes Hidalgo
Orientador



Prof. Dr. Olímpio José de Arroxelas Galvão
Examinador Interno



Prof. Dr. Sinézio Fernandes Maia
Examinador Externo/UFPB

*“ Dedico esta dissertação ao meu pai (in memorian),
minha mãe, meus irmãos, à minha mulher GLAUCE e a à
minha filha THÂMARA”.*

Divido os créditos desta dissertação com:

- UFPE, na pessoa do Dr. ÁLVARO BARRANTES HIDALGO, professor orientador de minha dissertação no MESTRADO EM ECONOMIA, meus sinceros agradecimentos.
- GRADUAÇÃO DE ECONOMIA, aqui representado pelo Dr. OLÍMPIO ARROXELAS GALVÃO, meu primeiro Professor de Economia Internacional e membro da banca examinadora do mestrado em Economia.
- A COORDENAÇÃO DO MESTRADO EM ECONOMIA, aqui representado pelo Vice-Coordenador Dr. ÉCIO DE FARIAS COSTA.
- AO CORPO DOCENTE DO MESTRADO EM ECONOMIA, Professores Doutores: ALEXANDRE STAMFORD DA SILVA, AUGUSTO CÉSAR SANTOS DE OLIVEIRA, FRANCISCO DE SOUSA RAMOS, JOÃO POLICARPO RODRIGUES DE LIMA, RAUL DA MOTA SILVEIRA, RICARDO CHAVES, Pelos ensinamentos proporcionados.
- TODOS OS COLEGAS DO MESTRADO, pela convivência irmã e troca de experiências em todo o período do mestrado.
- A SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA, representado pela sua secretária PATRÍCIA ALVES.

RESUMO

O objetivo do trabalho é analisar o comércio Exterior e a inserção internacional do Brasil, a partir da caracterização do atual fluxo de investimento direto estrangeiro e seus impactos sobre o setor exportador, na Agricultura, Pecuária e Indústria Extrativa mineral no período de 1996 – 2004. A concentração na produção de bens de consumo e de intermediários para o mercado interno, associada à forte importação de equipamentos, matérias – primas e componentes nos anos noventa e a segunda concentração no setor de serviços nos anos seguintes, indica que o IDE não altera com destaque a pauta de exportações. O IDE é uma importante entrada de divisas, mas os setores de atuação do IDE, não desloca uma das principais restrições ao crescimento: a restrição externa na balança comercial.

Palavras – Chave

Investimento direto estrangeiro, comércio exterior, Internacionalização econômica Brasil, Economia Internacional.

ABSTRACT

The objective of the work is to analyze the Foreign commerce and the international insertion of Brazil, from the characterization of the current flow of investment direct foreign and its impact on the exporting sector, in Agriculture, Cattle and Mineral Extrativa Industry un period 1996 – 2004. The concentration in the production of good of consumption and intermediate for the domestic market, associate to the strong equipament importation, raw materials and components in the Nineties and the second concentration in the sector of services in the following years, indicates that IDE does not modify with prominence the guideline of exportations. IDE is an important entrance of verge, but the sectores of performance of IDE, do not relocate one the main restrictions to the growth: the external restriction in the trade balance.

KEY – WORDS

Direct foreign investment, Foreign commerce, Economic internationalization of Brazil, International economy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
 Capítulo I – Investimento Direto Estrangeiro.....	17
1- Introdução.....	17
2- Definições e Aspectos Gerais	18
3- O Investimento Direto Estrangeiro e o papel das empresas transnacionais.....	20
4- Enfoque sobre as Teorias de Localização e Investimento Direto estrangeiro.....	22
4.1- A localização do IDE: nas diferentes teorias.....	23
4.2- As teorias do Comércio Internacional marco explicativo para localização do IDE.....	24
4.2.1- As teorias de localização como marco explicativo para localização do IDE.....	27
4.2.2- Custos e benefícios do Investimento privado estrangeiro um enfoque teórico.....	28
4.2.3- A “ Teoria de Kojima”.....	34
4.2.3.1.- O Investimento externo direto de orientação pró-comercial <i>versus</i> o de orientação anticomercial.....	36
4.2.4- A contribuição de Porter.....	39
4.2.5- A contribuição de Ozawa.....	40
4.2.6- O IDE no “ Paradigma OLI (Ownership Location and Internalization)”.....	41
4.2.6.1- O modelo de Dunning para os determinantes das atividades das empresas multinacionais.....	42
4.2.6.2- Estudo dos impactos causados pelas empresas multinacionais.....	44

5- O ambiente institucional como fator de desenvolvimento econômico.....	47
5.1- O processo de mudança institucional.....	49
6- Análise da revisão literária constante no primeiro capítulo.....	51

Capítulo II – Investimentos Diretos Estrangeiros no Brasil e América Latina, desempenho das exportações agrícolas , necessidade de investimento no setor e estratégias para atrair investimento.....

1- Introdução.....	53
2- Investimento Direto Estrangeiro no Brasil.....	54
3- Investimento Estrangeiros no Brasil e na América Latina.....	58
4- Investimento Direto Estrangeiro (IDE) no Brasil anos noventa.....	61
5- F&A: Principal estratégia de entrada no mercado brasileiro.....	68
6- Privatizações e o Capital externo.....	69
7- Investimentos e exportações.....	71
8- A estratégia do Brasil para atrair investimentos.....	76

Capítulo III –Investimentos Direto Estrangeiros e exportações no setor primário da Economia: Fatores de atração e efeitos.....

1- Introdução.....	80
2- Estratégias na atração de Investimentos Direto estrangeiro (IDE).....	82
3- Fatores de atração de Investimento Direto estrangeiro (IDE) no Brasil.....	84
3.1- Agronegócio brasileiro: Uma oportunidade de investimento.....	85
3.2- Proximidade ao mercado como determinante da competitividade.....	89
3.3- Existência de “Custos irrecuperáveis” (Sunk cost).....	90

3.4- Oferta local de ativos estratégicos	
3.5- Políticas de atração de Investimento Direto Estrangeiro (IDE).....	91
4- Estratégias e modalidades de operações das ET e a influência do Mercosul.....	92
5- Investimento Direto Estrangeiro (IDE) – Após a rodada Uruguai, o GATT 1994, a criação e as vitórias na OMC e seus reflexos positivos nas exportações do Brasil.....	94
6- Análise Comparativa: Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e Exportação– setor da economia brasileira.....	96
Conclusões.....	120
Referências.....	124
Anexos.....	130

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1 – Principais enfoques explicativos de localização de IDE.....	24
Quadro 2 –Vantagens ligadas a mundialização e opções de localização segundo J.H. Dunning.....	44
Quadro 3 – Estoque de Investimentos Direto Estrangeiro absorvido pelos principais países em desenvolvimento.....	64
Quadro 4 – O dinamismo da agricultura.....	76
Quadro 5 - Anúncios de intenções de Investimentos por setores no BNDES.....	78
Figura 1 – Produto Marginal do Capital <i>versus</i> Estoque de Capital.....	31
Figura 2 – Estrutura analítica do papel das E M s na economia global.....	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Fluxos Internacionais de Investimentos Direto estrangeiro na América Latina.....	61
Tabela 2 – Investimento Direto estrangeiro na América Latina.....	61
Tabela 3 – Brasil: Investimento Direto Estrangeiro.....	62
Tabela 4 – Brasil: (Investimento Direto Estrangeiro por atividade econômica 1996-2000).....	62
Tabela 5 – Brasil: (Investimento Direto Estrangeiro por atividade econômica 2001-2004).....	63
Tabela 6 – Brasil: Estoque e Fluxo de Investimento Direto Estrangeiro por Setor de Atividade.....	66
Tabela 7 – Participação das Privatizações no Investimento Direto Estrangeiro no Brasil.....	70
Tabela 8 – Incentivos para Indústria de Semicondutores=Países Selecionados.....	84
Tabela 9 – Investimentos Diretos Distribuição por atividade econômica de Aplicação dos recursos nos setores Primário, Industrial e de Serviços-(Estoque).....	88
Tabela 10 – Investimentos Diretos Distribuição por atividade econômica de Aplicação dos recursos nos setores Primário, Industrial e de Serviços-(Ingressos).....	88
Tabela 11 – Balança Comercial brasileira Janeiro-Dezembro-2004/2003.....	100
Tabela 12 – IDE em áreas reguladas e não-reguladas.....	106
Tabela 13 – Exportações de Commodities.....	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Investimentos Diretos absorvidos pela Ásia emergente* e a América Latina**	58
Gráfico 2 - Destino dos Investimentos Diretos Estrangeiros.....	60
Gráfico 3 - Evolução das Exportações.....	101
Gráfico 4 - Participação % das exportações brasileiras nas exportações mundiais.....	102
Gráfico 5 - IDE em áreas reguladas e não-reguladas.....	109
Gráfico 6 - Investimento Direto Estrangeiro por atividade (estoque).....	115

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1- Exportação brasileira por fator agregado – 1984 a 2005 (janeiro / março).

Anexo 2- Investimentos Diretos – Estoque (1995 e 2000) Distribuição por Atividade Econômica de Aplicação dos Recursos.

Anexo 3- Investimentos Diretos – Ingresso (2001 a 2004) Distribuição por Atividade Econômica de Aplicação dos Recursos.

Anexo 4- Investimentos Diretos – Ingresso (2001 a 2004) Distribuição por País de Origem dos Recursos.

Anexo 5- Investimentos Diretos – Estoque (1995 e 2000) Distribuição por País de Origem dos Recursos.

INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é contribuir com algumas evidências empíricas para o entendimento do debate sobre o Investimento Direto Externo (IDE) no Brasil que foi essencial para financiar o persistente déficit em conta corrente a partir de 1995, onde vem ocorrendo um processo de internacionalização da estrutura produtiva brasileira.

Nos anos mais recentes, vem ocorrendo mudanças significativas importantes de ordem quantitativas e qualitativas, verificadas nos fluxos comerciais, mas apresentando preocupações em que setores se localizam os investimentos externos, qual o impacto sobre o comércio no que toca as exportações, ponto de extrema vulnerabilidade da economia brasileira devido ao seu grau de endividamento. Os impactos de longo prazo desse investimento ainda permanecem incertos. Os dados da pesquisa no período 1996 a 2002, indicam uma relação positiva entre IDE e importações. (Leandro Rothmuller, 2003). Isto sugere que o IDE foi predominantemente do tipo horizontal e resultou em mais importações, à medida que as filiais passaram a comprar produtos manufaturados de seus países de origem. A análise dos resultados, parece sinalizar, que as empresas internacionais que investem no Brasil, estiveram somente interessados em suprir mercados locais, e que exportar não tem sido seu objetivo como esperam os formuladores da política comercial, de forma apressada sem critérios e legislação apropriada para os anos recentes.

O governo brasileiro no combate à inflação (política de âncora cambial), apenas cedeu a abertura da economia como condição *sine qua non* para o processo de estabilização. Internamente ocorreu um impacto importante em razão das empresas aqui instaladas, serem obrigadas a reduzir custos, aumento de produtividade e introduzir novas tecnologias. Os argumentos governamentais eram de que no processo de abertura, algumas atividades internas viessem a desaparecer em virtude da competição internacional, mas os custos desse desaparecimento seriam compensados pela maior eficiência do uso de fatores de produção ou atividades competitivas.

Os novos IDE's seriam um canal de introdução de melhorias tecnológicas, que se traduziria em aumento de produtividade nacional. Ademais, na concepção tradicional, o IDE seria menos líquido e reduziria a volatilidade do Balanço de Pagamentos. O que se observa, embora existam exceções é que o IDE tem contribuído, no curto prazo, para financiar uma parcela significativa do déficit em transações correntes, principal restrição externa ao crescimento. Os atuais projetos de investimento ainda apresentam elevados coeficientes de importação de bens de capital, pressionando a balança comercial.

Objetiva-se nesse trabalho conhecer o porque dos IDE's, não serem realizados de forma proporcional a quantidade e o volume de investimentos no setor primário brasileiro, conhecer o desempenho do investimento direto estrangeiro; verificar em que tipo de *commodities* estão mais concentrados os investimentos, levando em consideração as perspectivas diante das negociações no âmbito da OMC. Fazer um comparativo entre as exportações com os IDEs em agricultura, pecuária, extrativa mineral e outros setores. Conhecer a importância dos novos mercados para o desempenho das exportações dos produtos primários no Brasil onde as exportações na atividade econômica, que concentra agricultura, pecuária e extrativa mineral vem apresentando saldos positivos significativos na balança comercial.

Cabe ainda refletir sobre mudanças de rumo nas decisões da OMC a partir das rodadas acontecidas em julho de 2004, onde o Brasil em conjunto com o grupo dos 20, vem reformulando a agenda da OMC, em sentido positivo com as aspirações dos países exportadores de *commodities*.

Tendo em vista esse panorama, consideramos a importância de um enfoque técnico dirigido, aos principais destinos das exportações brasileiras, buscando identificar novos mercados e oportunidades para o comércio exterior brasileiro.

O esforço será invariavelmente o de entender como as *tradings* brasileiras podem e devem colaborar com as empresas produtoras nacionais de modo que contribuam com o processo de internacionalização, com a defesa comercial nos organismos internacionais, com o crescimento nas

exportações para cada um desses destinos, China, Índia, Rússia, União Européia e em futuro próximo a ALCA, procurando alternativas comerciais para as empresas, minimizando riscos, maximizando ganhos.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro apresenta as principais definições do termo, teorias, modelos de análise, onde o IDE é estudado comparando-se aos resultados esperados nas exportações, verificando-se as estratégias das empresas multinacionais e seus impactos, nos países de origem e em especial no país hospedeiro. Esclarecidos os pontos teóricos do trabalho, o segundo capítulo ocupa-se em apresentar as evidências empíricas, mostrando a evolução recente dos investimentos diretos estrangeiros (IDE), sobretudo os destinados à América Latina. Verificada a importância do Brasil em atrair IDE para a América Latina e o destaque para os setores Industrial e de serviços na recepção de investimentos, principalmente no período 1995 a 1999, em razão das privatizações e fusões, nos setores de energia, telecomunicações e intermediários financeiros. O terceiro capítulo discute o IDE no setor primário da economia brasileira, especialmente no que se refere ao papel do investimento direto estrangeiro e sua relação com o padrão do comércio exterior. Como o próprio título do trabalho sugere, é destacado o período 1996 a 2004, pois é relevante o crescimento das exportações dos setores básicos de exportações do Brasil e bastante incipiente o investimento direto estrangeiro (IDE) no setor, que é destaque de exportações e foco principal deste trabalho.

Por último, apresenta-se a conclusão do trabalho onde o objetivo maior é responder se a entrada de investimento direto estrangeiro no setor básico de exportações teve um impacto significativo no desempenho das exportações do Brasil, ou representou uma transferência de propriedade (do setor exportador de *commodities*, ou já está sobre controle da empresa multinacional). Para responder, conciliam-se os aspectos teóricos abordados, explicitando, na primeira parte do trabalho às evidências empíricas colhidas nos capítulos II e III, traçando o perfil

do setor exportador do Brasil, em especial o básico, à luz dos novos acordos internacionais e acontecimentos, procurando explicitar tendências e potencialidades.

CAPÍTULO I – Investimento Direto Estrangeiro

- Aspectos Teóricos -

O principal foco deste capítulo é analisar as principais teorias que objetivam explicar o Investimento Direto Estrangeiro . Uniformizar a terminologia, verificar e avaliar as variáveis econômicas afetadas por essa atividade, tanto nos países hospedeiros como nos países de origem, são o objetivo principal. A partir daí, abre-se espaço para encaminhar os próximos capítulos, onde essas variáveis são investigadas para o Brasil, com maior enfoque para o Investimento Direto Estrangeiro no setor primário em comparação com as exportações brasileiras no período de 1996 a 2004.

1 – Introdução

Este capítulo objetiva apresentar um aparato teórico sobre as principais teorias que tratam dos investimentos diretos estrangeiros e empresas multinacionais. O enfoque principal é dado com a discussão das Teorias de Localização e Investimento Estrangeiro Direto. São apresentadas as teorias próprias da localização do IDE, onde consta a estrutura OLI (*Ownership, location, internalization*), para analisar a atividade das empresas multinacionais, verificando seus impactos nos países hospedeiros e nos países de origem. Antes da apresentação do modelo de Dunning discute-se a questão da definição de investimentos diretos estrangeiros dando uniformidade à nomenclatura adotada durante a pesquisa. O capítulo contempla, primeiro as teorias do comércio internacional como marco explicativo para localização do IDE, na estrutura de

“marcos teóricos explicativos” (teorias do comércio internacional, teorias de localização, teoria de Kojima, teoria das vantagens competitivas de Porter); e no segundo grupo as teorias denominados de “teorias próprias da localização do IDE” (teoria do ciclo de vida do produto de Vernon, teoria dinâmica de Ozawa e o paradigma OLI de Dunning).

2 - Definições e Aspectos Gerais

Apoiado na conceituação de Chesnais (1996 : 17), globalização deve ser entendido como “a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar por conta própria, um enfoque e conduta globais”.

A análise da inserção externa dos países, em um cenário internacional de grandes transformações, ganhou dimensão no debate sobre as alternativas de desenvolvimento, em especial no caso das economias em desenvolvimento.

Pode-se afirmar, que um dos fatos marcantes da década de 1990, é a percepção de que os ativos financeiros adquiriram uma expressão sem precedentes na história do capitalismo mundial. As análises realizadas confirmam um crescimento significativo da participação dos haveres financeiro na composição da riqueza privada.

A maior participação dos haveres financeiros, tanto nos ativos das famílias como das empresas, fez que a taxa de juros passasse a ser uma variável determinante nas decisões de consumo e investimento. Esse movimento tem caracterizado o fenômeno da financeirização das economias capitalistas.

O processo de financeirização e rentismo das economias capitalistas extrapolou as fronteiras geográficas dos países, configurando-se num fenômeno internacional, que foi ampliado pela liberalização dos mercados cambiais e pela desregulamentação dos fluxos de capitais.

Esse processo não se restringiu aos espaços nacionais, uma vez que houve um aumento significativo da transnacionalização das aplicações financeiras, facilitadas pela liberalização dos mercados cambiais e desregulamentação dos controles sobre os fluxos de capitais. Isso implicou a expansão dos fluxos de capitais em um ritmo muito mais acelerado do que o crescimento do produto e do comércio internacional¹.

No momento atual, a internacionalização é dominada mais pelo investimento internacional do que pelo comércio exterior. A globalização das instituições bancárias e financeiras facilitam as fusões e aquisições transnacionais, tendo assim um importante papel nas decisões sobre investimentos internacionais Chesnais, (1996:26).

Objetivando verificar a veracidade dessa afirmação, Fukasuku & Mello Jr. (2000) analisam a existência ou não de uma causalidade temporal entre Comércio Internacional e Investimento Direto Estrangeiro (IDE) na América Latina e Sudeste Asiático. A análise é realizada para o período 1970 a 1994, testando-se a hipótese de complementaridade ou substituição entre IDE e Comércio Internacional.

Os autores atribuem como fatores principais do aumento recente do IDE em economias emergentes a queda gradual das taxas de juros internacionais, desde a década de 1980, que passa a incentivar a diversificação dos investimentos dos países industrializados. Destacando ainda, a consolidação da estabilidade macroeconômica e as reformas favoráveis a abertura de mercado em países denominadas emergentes.

A análise dos investidores estrangeiros aponta, que o IDE é justificado pelas diferenças significativas nos custos de produção que conduzem as diferenças entre produtividade e remuneração entre países. IDE também muitas vezes é motivado pela necessidade de consolidar

¹ O valor da massa de ativos financeiros transacionáveis nos mercados de capitais de todo o mundo cresceu de cerca de US\$ 5 trilhões no início dos anos 1980, para US\$ 35 trilhões em 1995, segundo estimativas do BIS (Bank of International Settlements). Conf. COUTINHO; BELUZZO, 1998, p. 137.

participação no mercado externo e capturar os benefícios das perspectivas de crescimento em grandes mercados consumidores fora dos seus países de origem.

3 – O Investimento Direto Estrangeiro e o papel das empresas transnacionais

O investimento direto estrangeiro (IDE) é definido como investimento que envolve uma relação de longo prazo e reflete um interesse duradouro e controle de uma entidade residente em uma economia (investidor estrangeiro direto ou empresa matriz) em uma empresa sediada no exterior².

De acordo com a definição adotada pelo FMI em 1977, o IDE “designa um investimento que visa adquirir um **interesse duradouro** em uma empresa cuja exploração se dá em outro país que não o do investidor, sendo o objetivo deste último influir efetivamente na gestão da empresa em questão”. (Chesnais, 1966:55).

Para classificar o fluxo de capital como IDE, o investidor precisa exercer um grau considerável de influência na administração da empresa sediada no Exterior. O investimento envolve uma transação inicial entre as duas entidades e todas as transações subsequentes entre elas e as afiliadas estrangeiras, podendo ser realizadas tanto por pessoas físicas como jurídicas.

Durante a década de 90 que os investimentos diretos estrangeiros aumentam de importância, intensificando a colaboração inter-empresas. “As estratégias internacionais do passado, baseadas nas exportações, ou as estratégias mult-domésticas, assentadas na produção e venda no exterior, dão lugar a novas estratégias, que combinam uma série de atividades transfronteiras: exportações e suprimentos internos, investimentos estrangeiros e alianças internacionais. As empresas que adotam

² Os fluxos de IDE são compostos do capital integrado (diretamente ou por meio de outras empresas ligadas) por um investidor estrangeiro, sob três componentes principais: capital de participação acionária, lucros reinvestidos e empréstimos intra-empresas : **a) capital de participação acionária** é a compra de ações de uma empresa no exterior; **b) lucros reinvestidos** equivalem à parte (proporcional à participação acionária direta) do investidor estrangeiro direto dos lucros não distribuídos como dividendos pelas afiliadas ou lucros não remetidos ao investidor direto. **c) empréstimos intra-empresas ou transações de dívida intra-empresa** referem-se a financiamentos e empréstimos de fundos de curto ou longo prazo entre investidores diretos (empresas matrizes) e empresas afiliadas (UNCTAD, 2002).

essas estratégias podem tirar proveito de um alto grau de coordenação, da diversificação de operações e de sua implantação local” (Chesnais, 1996:26).

Existem aspectos relevantes que precisam ser considerados: O IDE, ao contrário do comércio exterior, não tem liquidez imediata, não se reduzindo a uma transação pontual. Ao contrário, possui uma “dimensão intertemporal” de grande importância, pois a decisão de “implantação da origem a fluxos (produção, comércio, repatriação de lucros) que se estendem, necessariamente, por longos períodos”. (Chesnais, 1996:55).

Outra característica importante do IDE, é que o fluxo implica a transferência de direitos patrimoniais e, portanto, de poder econômico o que não ocorre com a simples comercialização internacional. Vale notar também que há um componente estratégico na decisão de investimento da companhia, na medida em que se tenta antecipar as reações dos seus concorrentes locais, analisando se é possível por exemplo, absorver sua tecnologia ou ocupar seu espaço no mercado. (Chesnais, 1996:55).

Ainda sobre definições, os teóricos procuram chegar ao consenso para definir empresa multinacional. A definição de Vernon é amplamente aceita, onde “multinacional seria uma grande companhia com filiais industriais em, pelo menos, seis países”. (Chesnais, 1996: 72). Mais tarde esse limite de países acabou se reduzindo para um só, dada a diluição dessas grandes empresas em um grande número de pequenas e médias empresas.

A definição de Michalet é muito difundida onde: “uma empresa (ou um grupo) em geral de grande porte, que, a partir de uma base nacional, implantou no exterior várias filiais em várias países, seguindo uma estratégia e uma organização concebidas em escala mundial”. (Chesnais, 1996: 72)

Na atualidade, um dos aspectos relevantes nesta definição é porque a empresa multinacional tem sua origem em grandes empresas no plano nacional, conferindo-lhe um longo processo de maturação de concentração e centralização de capital, passando, em geral, por um

processo de diversificação antes de lançar-se aos empreendimentos internacionais. Tendo como origem e base uma empresa nacional, a multinacional traz consigo toda a experiência do seu Estado de origem. Os aspectos comentados comporão sua estratégia e nível de competitividade. É importante dizer que “essa companhia é, em geral, um grupo, cuja forma jurídica contemporânea é a holding internacional; e por fim, que esse grupo atua em escala mundial e tem estratégias e uma organização estabelecidas para isso”. (Chesnais, 1996: 73).

4 – Enfoque sobre as Teorias de Localização e Investimento Direto Estrangeiro

A necessidade de explicar o contínuo movimento internacional de capital na forma de investimento direto estrangeiro³ (IDE), assim como o padrão de concentração constatado em escala internacional como regional, derivado das últimas décadas na aparição de múltiplos enfoques que buscam justificar as causas e os destinos dos fluxos financeiros, ainda não apresenta uma explicação consensual sobre os desencadeantes deste padrão de *localização* do capital estrangeiro com fins produtivos.

Por uma parte um dos corpos teóricos básicos comumente recorridos para a explicação do destino dos fluxos de capital – as teorias tradicionais de comércio internacional – como enfoque isolado poderia não constituir o marco mais idôneo para o estudo da localização do IDE ao contemplar aspecto como as diferenças de produtividade, o efeito do capital humano a infraestrutura e considerar exclusivamente as diferenças salariais relativas fruto da dotação de fatores.

Por outra parte o denominado paradigma OLI⁴ (Ownership, location and internalization) não oferece um marco analítico que identifique a incidência de cada um destes fatores potenciais sobre a eleição da localização final.

³ A definição do IDE é uma característica distinta frente a outros tipos de investimento, reside na capacidade de aquisição do controle de uma atividade empresarial o ativo real por uma parte de um investidor ou entidade de origem nacional diferente do ativo adquirido.

⁴ A referência básica da moderna teoria da internacionalização da produção é Dunning (1977), que foi publicado em Ohlin (1977) e reproduzido em Dunning (1988), pp. 13 – 40.

Ante esta realidade, o presente estudo procura os problemas que apresentam as contribuições teóricas que buscam respostas, a escolha de uma determinada localização para a instalação de atividades produtivas de origem estrangeira – e não justificativas a existência de IDE – neste sentido, se procurou expor os motivos que desencadeiam as diversas teorias relativas ao IDE, que não proporciona uma resposta unânime sobre a localização do capital estrangeiro com fins produtivos.

Os desenvolvimentos teóricos recentes tratam o investimento externo direto como uma das formas do processo de internacionalização da produção. A *internacionalização* da produção ocorre sempre que residentes de um país têm acesso a bens ou serviços originários de outro país. A questão teórica central é, então, explicar não somente o processo de internacionalização da produção, mas também a escolha da forma pela qual esse processo ocorre.

4.1 - A Localização do IDE: nas diferentes Teorias

Na presente seção, se tem catalogado as diferentes contribuições dependendo de que as mesmas constituem uma teoria específica sobre os determinantes da localização do capital estrangeiro produtivo em si, em troca pertencem a um marco teórico geral mais amplo que admite derivações para o tratamento particular do fenômeno localizador do IDE, dando como resultado o quadro 1 .

O quadro formatado por Vázquez tem as explicações a seguir:

Em qualquer dos casos se está assumindo que o objetivo consiste na determinação do padrão da localização e na busca de respostas ao fenômeno de existência de atividades de IDE. Dele se deriva que não se incluam outras teorias explicativas do IDE consideradas por outros autores tais como as teorias dos custos de transação, os modelos de concorrência entre empresas e as teorias baseadas nas imperfeições dos mercados de capitais.

Deve estar sempre presente, não obstante, que uma teoria geral do IDE deve especificar tanto as causas que determinam a existência de empresas multinacionais como os fatores que geram a escolha e a preferência por determinadas zonas geográficas, elementos que nem sempre são separáveis completamente.

4.2 – As Teorias do Comércio Internacional como marco explicativo para localização do IDE

As teorias “tradicionais” do comércio internacional tem sido consideradas na literatura como um dos marcos possíveis para o estudo da localização do IDE e seus determinantes, ao justificar os deslocamentos dos fatores produtivos (capital e trabalho) através do comércio de bens e a consideração de que no marco do modelo de Heckscher – Ohlin o livre comércio e a mobilidade de fatores são substitutos. Todavia, estes modelos “tradicionais” supõem uma absoluta imobilidade internacional destes fatores produtivos, porque na realidade não podem dar resposta aos fluxos diretos de capital em forma de IDE⁵.

QUADRO 1 Principais enfoques explicativos da localização de IDE

MARCOS TEÓRICOS EXPLICATIVOS	Teorias do Comercio Internacional Teorias de localização Teoria de Kojima Teoria das Vantagens Competitivas de Porter
TEORIAS PROPRIAS DA LOCALIZAÇÃO DO IDE	Teoria do Ciclo de Vida do produto de Vernon Teoria dinâmica de Ozawa Paradigma OLI de Dunning

Fonte: Revista Galega de Economía, vol. 12, número 1 (2003).
Autor: Díaz Vázquez

⁵ A teoria clássica de comércio internacional assume adicionalmente o suposto simplificador da teoria do valor-trabalho ao que incluso impede obter respostas para a explicação dos deslocamentos de bens intensivos em fator capital.

O modelo Heckscher - Ohlin (H – O) prediz um padrão de comércio baseado nas dotações relativas de fatores das distintas nações e oferece a primeira justificativa ao deslocamento internacional do capital dos países de capital – abundantes (com elevada participação da renda no capital – salários). Porém se trata de deslocamentos indiretos dos fluxos de bens. Os deslocamentos de fatores diretos só teriam sentido desprezando os pressupostos do modelo H – O, no caso de existir, diferenças a nível internacional em sua remuneração. Porém mobilidade perfeita de bens e não igualação do preço dos fatores são elementos incompatíveis.

Também, a existência de competência imperfeita nos modelos básicos de Helpman e Krugman (1985) por si só não pode justificar a origem e o destino dos distintos tipos de bens intercambiados internacionalmente. O capital pode fluir (incorporado aos bens intercambiados) nas duas direções. Porém para obter respostas sobre o destino preferencial do capital deslocado se torna imprescindível a incorporação do suposto de desigual dotação de fatores relativos entre países, ao igual que no enfoque H – O. Para extrair conclusões sobre a origem e o destino do capital sem ter que recorrer a desigual dotação de fatores é preciso eliminar a suposição de imobilidade de capital entre países, é necessário admitir outra suposição adicional: a mudança tecnológica. A capacidade de desenvolvimento de novas tecnologias determinaria o destino do capital. Ao repercutir sobre a rentabilidade marginal do capital em um país mais desenvolvido se geraria uma atração de capital desde os países menos desenvolvidos para os mais desenvolvidos. Se originaria um fluxo direto de capital em sentido contrário ao previsto pelas teorias tradicionais de comércio internacional. Todavia deve ter-se presente que o capital que se desloca, e para o qual se oferecem justificativas, é o capital físico. O IDE, em troca, despreza sua própria definição, representa deslocamento de capital financeiro que não tem por que derivar em fluxos de capital físico. A condição para a consideração de um determinado tipo de investimento como estrangeiro se baseia no critério relativo da nação de onde está localizada a empresa que realiza o investimento mediante aporte de capital financeiro, e não toma o critério de residência de origem do capital físico incorporado no processo produtivo.

Unicamente a consideração específica de empresas multinacionais, por parte de Helpman (1984) o de Helpman e Krugman (1985), permite o tratamento do IDE como deslocamento de capital financeiro. Porém de novo são os países capital – abundante quem se convertem em centros de produção de inputs altamente capital – intensivo, e localizam a produção de bens relativamente menos capital – intensivo nos países de trabalho – abundante por meio de atividades de IDE⁶. A variável que determina a atração de IDE seria, em definitiva, a abundância relativa do fator trabalho no país receptor, uma conclusão que não difere da aportada, de maneira indireta pelo enfoque H – O. Por isso, ainda na reformulação do modelo H – O avança no sentido de enfocar o problema do deslocamento do capital como um fluxo direto; seguem sem se considerar de forma expressa fatores como o capital humano, as infra-estruturas, a demanda, aspectos que só são contemplados dentro de outros marcos como as teorias de localização no paradigma OLI (Ownership, location and internalization).

⁶ Helpman e Krugman (1985) estão desenhando um modelo com um processo produtivo dividido em duas fases consecutivas: a primeira, no país capital-abundante, está orientada a criação de “novas tecnologias” e na segunda fase, dedicada a produção efetiva do bem que incorpora essa tecnologia está localizada indiretamente no país relativamente trabalho-abundante.

4.2.1 – As teorias de localização como marco explicativo para a localização do IDE

As teorias de localização também têm sido utilizadas como marco teórico e quadro de referência para a análise das estratégias de localização industrial no âmbito internacional (Grosse, 1980, p.16).

As contribuições iniciais dos alemães Laydhart (1885) e Von Thünen (1826) não supõem nenhuma novidade substancial sobre o já apontado no marco das teorias do comércio internacional.

Com o objetivo de “maximizar os benefícios” pela via de “minimização de gasto” derivado de “mover-se através do espaço” o bem para obter os inputs, o bem para vender os outputs se determina o prazo da atividade produtiva, em torno do mercado no segundo caso e próxima aos centros de oferta dos inputs no primeiro..

As limitações do marco competitivo, supondo ter ido relaxando-se e desprezando a influência das teorias da organização industrial, tem surgido novas investigações naquelas escolhas da capacidade da atividade produtiva, que se justifica sobre a base da posse do controle da parte do mercado de maior dimensão. Ampliando este campo, Greenhut (1955) já propunha uma série de fatores relacionados tanto com os custos como com a demanda – custos do trabalho, educação, tamanho do mercado, entre outros – de maneira que o peso conjunto de todos eles determinaria a localização⁷.

⁷ Ademais de uma série de fatores de tipo “pessoal” que afetariam parcialmente a demanda de um determinado bem e/o a seu custo de produção em muito poucas localizações e só em algumas poucas empresas (Greenhut, 1955, p. 64; recopilado em Greenhut, 1995).

A aplicação do enfoque geral de localização de atividades produtivas ao contexto internacional, como marco explicativo do padrão de IDE, gerou multiplicidade de estudos e análises exclusivamente empíricos sobre a importância desses fatores da distribuição territorial do IDE. Neste sentido, Buigues e Jacquenin (1992) destacam a importância tanto dos fatores do tipo local – os quais repercutem diretamente na eficiência da empresa investidora – como dos derivados do comportamento estratégico das empresas com o objetivo de manter sua cota de mercado. A existência de recursos naturais (Owen, 1982), das infraestruturas em sua vertente quantitativa como qualitativa (Agodo, 1978 e Root e Ahmend, 1978 e 1979), as dotações em tecnologia e a qualidade da investigação do país receptor (Cantwell, 1988, Brooke e Buckley, 1988, Papanastassiou e Pearce, 1994) assim como o tamanho de seu mercado (Papanastassiou e Pearce, 1990; Nigh, 1985; Scheider e Frey, 1985; Scaperlanda e Balough, 1983). São características de tipo local defendidas pelas teorias de localização e justificadas empiricamente como determinantes da recepção dos fluxos de IDE. Todavia, a inexistência de um modelo analítico justificativo do efeito de tais vantagens sobre o padrão de localização constitui uma característica comum à maioria dos estudos realizados neste campo.

4.2.2 – Custos e benefícios do Investimento Privado Estrangeiro: Um Enfoque Teórico

MacDougall(1960)⁸ sugere um método possível para a análise de alguns aspectos gerais do problema. É teórico, e não intenta chegar a conclusão prática absolutamente definida, o que requeria uma análise mais minuciosa dos fatos e a consideração de muitos outros aspectos. A análise de MacDougall é antes de tudo estática e não leva em conta considerações dinâmicas a casos importantes. Trata de avaliar os efeitos, sobre o ingresso real na Austrália em um

⁸ O professor MacDougall escreveu o artigo quando professor convidado de Economia e Finanças da Universidade Nacional da Austrália. Publicado em *Economia Record*, edição especial, março de 1960. Também publicado no *Bulletin of the Oxford University Institute of Statistics*, Vol. 22, nº 3, 1960 págs 189 – 211.

certo momento, dá presença de mais ou menos capital privado estrangeiro, formulando o suposto de que as forças econômicas implicadas tem tido tempo de manifestar-se (o que permite deduzir que o enfoque é de longo prazo). A fim de simplificar, MacDougall começa com uma situação dada, para estudar logo os efeitos de um aumento do estoque de capital privado estrangeiro; a análise pode igualmente aplicar-se a uma redução de tal capital. O autor imagina um momento posterior aos anos imediatamente vindouros, em cujo caso considera os efeitos, sobre o ingresso australiano desse momento, de um maior ou menor capital do período intermediário.

São considerados câmbios relativamente pequenos no estoque de capital estrangeiro. Isto simplifica a análise e parece legítimo, sempre que são tomados prazos demasiado grande, e que, neste caso, é pouco provável que as diferenças nos fluxos de capital influam de maneira muito perceptível sobre o estoque de capital estrangeiro e a participação sobre o estoque total de capital. Sugere posteriormente que, em termos reais o estoque de capital privado estrangeiro na Austrália pode haver-se incrementado, desde a guerra, quicá em uns 6% anual em média. O autor começa com as suposições drásticas, e os princípios, que logo serão abandonados.

1. O governo mantém o “pleno emprego sem sub emprego” em termos mais gerais, mantendo um nível constante de ocupação dos recursos australianos;
2. Não há impostos;
3. O tamanho da força de trabalho é independente do estoque de capital estrangeiro;
4. O estoque de capital australiano é independente do estoque de capital estrangeiro;
5. Não há economias externas;
6. Existem rendimentos constantes de escala;
7. Existe competição perfeita;
8. O maior ou menor investimento estrangeiro não afeta os limites do intercambio;
9. Tampouco afeta a balanço de pagamentos, que pode ajustar-se suavemente e sem custo, na forma requerida;

10. O aumento considerado de capital estrangeiro não exige câmbios na política australiana que signifiquem por si mesmos uma perda para o país.

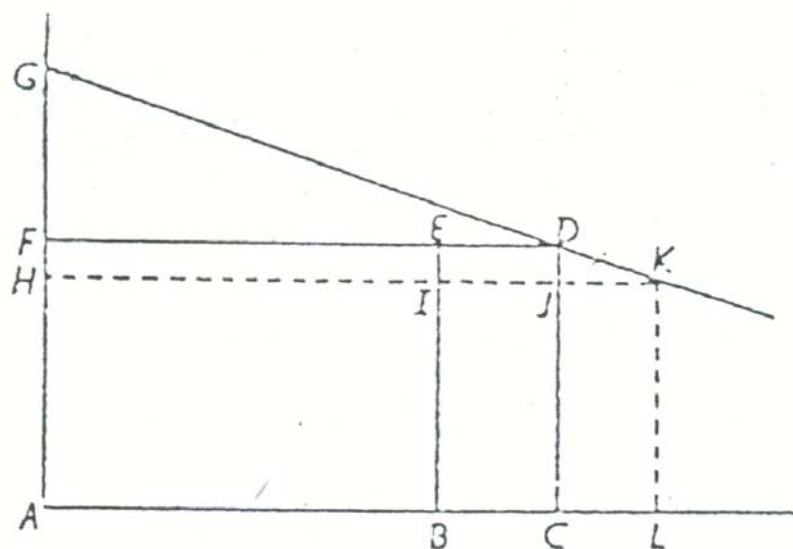
A reta **GK** da figura 1 relaciona o capital físico na Austrália com o produto marginal físico de tal capital para quantidades dadas de outros fatores da produção, dos quais o autor denomina “trabalho”. Inicialmente o estoque de capital é **AC**, do qual **AB** é propriedade dos australianos e **BC** dos não australianos (que lá adiante denominaremos “estrangeiros”. Conforme as suposições, os benefícios por unidade de capital são iguais ao produto marginal deste fator, os benefícios totais do capital australiano são **FEBA** e dos estrangeiros **EDCB**. A produção é **GDCA**, de modo que o trabalho percebe **GDF**⁹.

Supõe agora um pequeno incremento no capital estrangeiro, de **BC** a **BL**. Os benefícios de tal capital são agora **IKLB**. O capital estrangeiro adicional percebe **JKLC** e o “primitivo” capital estrangeiro perde **EDJI**, porque o produto marginal do capital, e em consequência da taxa de benefícios, tem diminuído. É quase seguro que um conjunto dos benefícios estrangeiros subirão, já que, por razões rapidamente explicadas, a “elasticidade de demanda de capital estrangeiro” (o aumento percentual no estoque de capital estrangeiro que se produz como consequência de uma queda de um por cento em seu produto marginal) é, muito provavelmente superior a unidade.

⁹ Isto supõe que o trabalho não pode produzir nada sem capital. Certamente poderia fazê-lo, tal produção deveria ser agregada nas quantidades de produção total (**GDCA**) e de salários reais totais (**GDF**). Já que o argumento seguinte não se veria afetado, está aqui mantido essa suposição para simplificar a exposição, a fim de evitar outro instrumental matemático que não seja a geometria. Ver também as notas 9, 10 e 12.

Figura 1

Produto marginal do capital



Estoque de capital

Os capitalistas australianos perdem **FEIH**. O trabalho ganha **FDKH**. Austrália em seu conjunto, ganha **EDKI**. Como **DKJ** é relativamente pequeno, o ganho da Austrália se aproxima **EDJI**, que sinaliza a perda de ingresso do capital estrangeiro primitivo.

A maior parte do ganho do trabalho é somente uma redistribuição do que perdem os capitalistas australianos. Tem um argumento em favor da restrição do investimento estrangeiro por parte dos países investidores, que serão denominados “Inglaterra”. – Dado investimento na Inglaterra é igual a retribuição privada, resulta menor que esta mesma inversão na Austrália, já que

se reduzem os benefícios da inversão inglesa pré-existente neste último país (**EDIJ** na figura)¹⁰. Essa perda de benefícios é percebida pela mão-de-obra australiana, menos que a correspondente perdida, quando tem mais investimento na Inglaterra, é percebida pela mão-de-obra inglesa. Se em ambos países os riscos de investimento são diferentes – em qualquer direção –, a conclusão não se altera, sempre que os investidores ingleses sejam exatos ao avaliar tais diferenças.

Todavia, o benefício da Austrália (perdida para Inglaterra) proveniente de um aumento da inversão estrangeira, é pequeno, dadas nossas suposições.

A Austrália ganha, **EDIJ**, o imposto sobre o incremento líquido dos benefícios estrangeiros, e é provável que este constitua um benefício consideravelmente mais importante..

Continuando a análise, o autor abandona a suposição 3, permitindo que a quantidade de mão-de-obra australiana dependa de capital estrangeiro. E o mesmo afirma, não é irracional supor que a política de imigrações (e a oferta de imigrantes potenciais) esteja de algum modo relacionada com o nível dos ingressos australianos, e este por sua vez se verá influenciado pela quantidade de capital estrangeiro.

As economias de escala interna latentes seriam exploradas, e o capital e o trabalho perceberiam menos que seus produtos marginais físicos. Então, o capital estrangeiro adicional ocasionaria um benefício para Austrália como resultado de tais economias internas; porque os benefícios obtidos seriam menores que o adicional de produção que se haveria criado, e a diferença iria para os fatores já existentes.

Por outro lado, o crescimento das empresas estrangeiras podia colocá-las em uma posição monopolística, da qual explorariam os consumidores australianos, significando isto uma perda para a Austrália. Não é forçoso que a inversão estrangeira estimule o monopólio. Pelo contrário, pode derrubar os monopólios locais e, acelerando o crescimento da economia e do mercado australiano,

¹⁰ Se “Inglaterra” é só um dos vários países estrangeiros com capitais na Austrália e investe um adicional de CL nesse país, a perda de suas inversões anteriores será, por suposição, menor que EDJI; parte do benefício se logrará a custa dos outros países estrangeiros.

ampliar o alcance da competição mediante o aumento do número possível de empresas de dimensão razoável dentro das indústrias existentes.

Os maiores pagamentos de benefícios ao exterior podem constatar-se com o crescimento, mediante a afluência maior de capital e mediante os efeitos favoráveis sobre o balanço de pagamentos que resultam da produção adicional, posto que esta pode ser o que às vezes se chama “poupadora de importações ou geradora de exportações”.

O capital estrangeiro adicional pode, todavia, agravar o problema, especialmente se “gerador de importações” ou desalentador de exportações.

Certamente, parece possível que no caso de que a inversão estrangeira fosse alentada pela diminuição impositiva, não haveria benefício para Austrália na forma de maiores arrecadações fiscais.

A redução nas taxas de impostos todavia pode valer a pena, já que o efeito líquido das outras conseqüências quiçá seja favorável ao ingresso da Austrália (e talvez convertam uma perda impositiva em um benefício impositivo).

Os benefícios diretos mais importantes que recebe a Austrália de uma maior inversão privada estrangeira provém de uma arrecadação impositiva mais elevada sobre os benefícios estrangeiros (ao menos se essa maior inversão não é induzida mediante uma arrecadação dos impostos), especialmente quando as firmas locais adquirem conhecimento técnicos e administrativos ou são forçadas pela competição estrangeira a adotar métodos mais eficientes.

Também podem levar a uma maior inversão financiada com fundos nacionais, que logo elevará o ingresso australiano ainda mais; porém, isto é problemático e depende em forma considerável da política estatal.

Parece difícil que a inversão estrangeira adicional produza efeitos significativos sobre os termos do intercâmbio (que podem ser favoráveis ou desfavoráveis). Todavia, as conseqüências

daquela sobre o balanço de pagamentos quiçá será mais importante. Podem ser favoráveis; porém o perigo de futuras crises do balanço de pagamentos talvez aumente. Ele é assim porque inevitavelmente – tem flutuações no fluxo líquido de capital privado e uma parte, ao menos, dos benefícios dos estrangeiros deve ser remitida através do mercado cambial.

A análise é antes de tudo estática, como já foi destacado, afirma mais uma vez MacDougall.

Esta análise se aplica unicamente a Austrália; Todavia poderá ser utilizada para outros países, sem que hajam modificações importantes.

Em muitos países subdesenvolvidos, por exemplo, existe um grande desemprego ou subemprego de mão-de-obra, e neste caso o produto marginal é muito menor que a taxa de salários e que o produto marginal do trabalho no setor organizado (inclusive pode ser nulo). Por tanto, para adotar este caso na análise anterior, o autor afirma ser necessário considerar o setor organizado, e supor que a ocupação do mesmo é a máxima possível a uma certa taxa real de salários.

Apesar das muitas limitações, MacDougall espera que a análise do artigo será de certa importância, ao menos para Austrália, e que estimule a outros corrigi-lo e melhorá-lo, e a explorar outros aspectos do problema.

4.2.3 – A “ Teoria de KOJIMA ”

A teoria macroeconômica de Kojima (1976) é uma extensão da teoria H – O do comércio internacional relativa a proporções fatoriais como determinantes dos fluxos comerciais em produtos intermediários. Os fluxos de capital teriam lugar quando o capital deslocado possa ser combinado com os fatores de produção existentes no país receptor dos fluxos tal que se consigam aos menores custos de produção. Em particular, o IDE seria levado a cabo por empresas que produzem produtos intermediários para cuja elaboração se requer recursos nos quais o país ofertante

do capital tem uma vantagem comparativa. Como elemento inovador, tem referência explícita no IDE como forma de internacionalização da produção por meio de um deslocamento de capital financeiro.

Para uma firma individual, justifica-se, sob um ponto de vista microeconômico, o objetivo de maximizar seus lucros e de alargar sua parte no mercado, por meio da expansão dos horizontes territoriais como lógica global. Entretanto, o investimento externo direto provocou um conflito de interesses com os objetivos nacionais tanto dos países investidores quanto dos hospedeiros, uma vez que as metas (macro) econômicas nacionais permanecem soberanas sob as circunstâncias em que as populações nacionais — geralmente, trabalhadores — não podem, praticamente e institucionalmente, transitar em âmbito internacional com tranquilidade: A solução deste conflito, de modo a fazer com que o investimento externo direto contribua harmonicamente para o desenvolvimento dos países investidores e hospedeiros, requer uma nova abordagem macroeconômica do assunto¹¹.

Segundo Kojima, é feita uma tentativa de identificar as características de dois tipos diferentes de investimento externo direto: o de orientação pró-comercial, que será exemplificado por Kojima como do tipo japonês, e o de orientação anticomercial, também comentado por Kojima com base no tipo americano.

¹¹ Os seguintes conceitos de Harry Johnson são sugestivos: "a essência do investimento externo direto é a transmissão ao país 'hospedeiro' de um 'pacote' de capital, habilidade gerencial e conhecimento técnico. Os pontos mais importantes cogitados para uma teoria estão na razão por que a transmissão deste 'pacote' de capital e conhecimento é mais lucrativa do que a alternativa de transmitir ou o capital ou o conhecimento ou ambos separadamente; cogita-se também saber em que ponto se situa o bem-estar tanto para o país investidor quanto para o hospedeiro. Segue-se a estas perguntas a importante questão empírica sobre quais as indústrias que se devem caracterizar pelo investimento externo direto e quais as que não devem. A teoria econômica oferece dois tratamentos para estas questões — o da teoria da organização industrial e o da teoria tradicional de comércio.

Rentabilidades comparativas no investimento externo direto e pró-comercial sujeitam-se à direção dos custos comparativos potenciais e, por isso, complementam-se uns aos outros. Em outras palavras, o investimento externo direto partindo de uma indústria comparativamente desvantajosa no país investidor (a qual é uma indústria potencial e comparativamente vantajosa no país hospedeiro) promoverá harmonicamente uma elevação da estrutura industrial em ambos os lados e, deste modo, acelerará o comércio entre os dois países.

Em comparação, o investimento externo direto do tipo americano não se adapta a esta fórmula de rentabilidades comparativas, principalmente devido à estrutura dualista da economia americana: a dicotomia entre as novas indústrias oligopolistas e as indústrias tradicionais de preços competitivos. Este tipo de investimento externo direto é de orientação anticomercial e provoca dificuldades no balanço de pagamentos, exportação de tarifas, impedimento do ajustamento estrutural e protecionismo comercial.

Deste modo, no último item deste capítulo, uma nova abordagem da política do investimento externo direto é formulada, esclarecendo seu relacionamento com a política de comércio.

4.2.3.1 - O Investimento Externo Direto de Orientação Pró-Comercial Versus o de Orientação Anticomercial.

É usual a classificação das causas do investimento externo direto em investimentos orientados para os recursos, para o trabalho e para o mercado. Primeiramente, o investimento *orientado para os recursos naturais* é, obviamente, de orientação pró-comercial ou gerador de comércio, visto que ele resulta do desejo que o país investidor alimenta para aumentar as importações de seus artigos produzidos comparativamente em desvantagem ou não-disponíveis no setor doméstico, o que causa um crescimento na especialização vertical dos produtores de manufaturados e os de produtos primários. Contudo, surge o problema de a produção integrada e o

marketing serem sempre monopolizados ou oligopolizados pelas grandes multinacionais, o que delega menores benefícios aos países dotados de recursos naturais.

Em segundo lugar, o investimento *orientado para o trabalho* também é de orientação pró-comercial ou de reorganização comercial. Como os salários nos países investidores desenvolvidos ficam, ano após ano, mais caros, em relação ao capital, e como novos produtos, usualmente mais intensivos, quanto ao capital e ao conhecimento, do que as mercadorias tradicionais, são criados uns após os outros, torna-se lucrativo e racional para o país desenvolvido restringir suas próprias indústrias tradicionais, de intensa mão-de-obra, e transferir o local de produção para países de baixos salários, em que o custo de mão-de-obra mais barato prevalece. Deste modo, correspondendo a uma mudança dinâmica na vantagem comparativa, tal investimento externo auxilia na reorganização da divisão de trabalho internacional e no crescimento harmonioso do comércio entre os países de escassa mão-de-obra e aqueles outros que a possuem em abundância. Deve-se notar, contudo, que esse investimento externo direto pode transferir tanto as tradicionais indústrias de mão-de-obra intensiva quanto as novas mercadorias. Deve-se também notar que o investimento orientado para o trabalho visa estabelecer uma base externa, preferivelmente a uma substituição da importação, bem como o desenvolvimento das exportações para o país investidor e para terceiros.

Sob um terceiro aspecto, o investimento *orientado para o mercado* pode ser subdividido em duas categorias. O investimento direto externo induzido por barreiras comerciais no país hospedeiro é, na maioria das vezes, orientado para o comércio, mas com características diferentes das encontradas no investimento orientado para o comércio mencionado anteriormente. Neste caso, tarifas mais pesadas sobre os produtos finais acarretam uma substituição das exportações de produtos finais por exportação de partes e componentes, materiais intermediários, maquinaria, equipamento e tecnologia necessários à produção das mercadorias finais no país investidor. Este tipo de investimento externo direto encontra o interesse do país receptor em promover atividades que

substituam a importação, não necessariamente intencionando uma competição no mercado internacional, e, por isso, resulta em desperdício de recursos dado o grau de proteção legado à produção de mercadorias finais. Mas, se a indústria de substituição à importação cresce sucessivamente com vistas à exportação, então o investimento externo direto deste tipo torna-se um investimento orientado para o trabalho. Deste modo, não há diferença especial entre o investimento orientado para o trabalho e o *induzido pelas barreiras comerciais*, exceto na medida em que se queira atingir mercados de amplitude mundial e se esteja confinado a mercados domésticos protegidos.

Sob um quarto aspecto, há um outro tipo de investimento orientado para o mercado que pode ser chamado de investimento externo direto *oligopolista*. Ele é achado tipicamente no investimento americano sobre indústrias de novos produtos nas décadas recentes, como será visto em seguida; este investimento é de orientação anticomercial.

Finalmente, seria melhor adicionar um quinto tipo de investimento externo direto: a *internacionalização da produção e marketing* por meio da integração vertical e horizontal das grandes empresas multinacionais. Saber se este tipo é de orientação anticomercial ou não depende de sua principal atividade também incluir ou não o investimento oligopolístico.

Ainda segundo Kojima, em um modelo de rentabilidade no investimento comparativo, a vantagem comparativa se altera principalmente devido aos índices diferenciais de crescimento nas dotações de fatores, como ilustram os teoremas de Heckscher-Ohlin e de Rybczynski. O investimento externo direto será de orientação pró-comercial, ou mais exatamente orientado para a reorganização comercial, se ele transferir um montante de capital, tecnologia e habilidade gerencial de uma indústria em desvantagem comparativa no país investidor para o país receptor, em que ela desenvolve uma vantagem comparativa. Isto ajuda na reorganização da divisão internacional de comércio e mão-de-obra, nivelando por cima a estrutura industrial de ambos os países. A questão está em que o investimento externo tem que funcionar de maneira complementar às mudanças no

padrão da vantagem comparativa. Por outro lado, se o investimento externo direto parte de uma indústria detentora de vantagem comparativa no país investidor, ele evita o melhoramento mútuo da estrutura industrial e bloqueia a reorganização do comércio internacional. Este é o investimento externo direto não orientado para a reorganização comercial.

Segundo Kojima, o investimento externo direto funciona somente em um mundo competitivo, em que artigos padronizados são produzidos e comercializados, e em que a competição é determinada pela teoria tradicional da vantagem comparativa, seja pela teoria ricardiana, seja pela de Heckscher-Ohlin. Em outras palavras, este não é um problema de "comércio com espaço tecnológico", mas de "comércio com baixos salários" no ciclo produtivo.

4.2.4 – A Contribuição de PORTER

Com o intento de analisar e explicar os fatores que provocam a liderança de determinados países em atividades concretas, Porter (1990) ao desenvolver sua “*diamond Theory*”, também contribui com respostas sobre os determinantes da atividade comercial internacional e a realização de IDE. As vantagens do país investidor se convertem nos fatores fundamentais. Estas vantagens seriam determinadas pela combinação de aspectos relacionados com os fatores de produção – tais como a existência de mão de obra qualificada a infra-estrutura necessária para competir em determinadas indústrias – as condições de demanda no próprio país, a presença e a ausência de uma indústria secundária e ou relacionada que seja competitiva e as condições sobre o modo de criação, organização e direção das empresas que determinam suas estratégias sobre competição nacional. Como fatores exógenos inclui o papel do governo e a sorte. Todavia, a não inclusão das características dos países de destino dos fluxos de IDE como determinantes para a recepção de tais fluxos tem fomentado a aparição de posturas críticas, tais como as de Rugman e

Waverman (1991), para as quais, o “diamante” dos países receptores de IDE é fundamental na decisão de uma empresa multinacional sobre o destino de seus investimentos diretos.

4.2.5 – A Contribuição de OZAWA

Ozawa (1992) ao analisar o impacto das atividades de IDE nos processos de desenvolvimento econômico, aprofunda-se nos fatores que podem determinar a localização dos fluxos de IDE. Inicialmente, o IDE seria atraído por características oferta-específicas das economias menos desenvolvidas (menores salários, abundância de recursos naturais inexplorados, entre outros). A entrada de IDE em uma localização poderia contribuir a um processo de troca estrutural incrementando a renda e transformando a composição da demanda nacional. Se iniciaria um novo tipo de IDE, denominado “*market – seeking*”, de onde se procuraria evitar os custos de transporte e as possíveis barreiras comerciais. A medida que se incrementa a renda na localização receptora, esta poderia converter-se em uma nova localização para a implantação das sedes centrais de empresas multinacionais, gerando um incipiente fluxo de IDE a países com menores rendas. A localização inicialmente receptora e agora também geradora de IDE poderia seguir atraindo capitais pela existência de um alto nível de capital humano, melhoras tecnológicas e, inclusive, um bom clima político. Assim descrito, o modelo permitiria justificar a existência de aglutinação de fluxos internacionais de capital em forma de IDE dos que tanto os países ou regiões mais desenvolvidos como das menos desenvolvidas podem ser focos de atração. Todavia, a teoria apontada por Ozawa, tampouco proporciona um modelo analítico que justifique por que em determinadas fases do processo de investimento é preferível uma localização frente a outra. Apesar dele aprofundar-se em um conjunto de causas que podem estar detrás dos fatores que geraram os padrões de localização do IDE.

4.2.6 – O IDE no “PARADIGMA OLI (OWNERSHIP, LOCATION and INTERNALIZATION)”

Com um intento de resguardar todos aqueles fatores e condicionantes que estariam determinando a localização de atividades produtivas de caráter internacional dentro de um contexto próprio de teorias de empresas multinacionais, e sem ter que recorrer a marcos conceituais mais gerais, Dunning (1977) formula e desenvolve o denominado *enfoque eclético* o paradigma OLI. As siglas OLI têm referência a das vantagens específicas na propriedade da empresa (*Ownership Specific advantages*), de internalização do processo produtivo levado a cabo pela empresa (*internalization advantages*) e de localização dos países destino do IDE (*location specific endowments*). A posse de vantagens de propriedade e de internacionalização justificam a existência de atividades de IDE sobre a base de uma série de “ativos intangíveis” (nome de marca, níveis mais desenvolvidos de tecnologia, melhor conhecimento das técnicas de gestão empresarial) pertencentes a empresa multinacional e que deseja exportar para o mercado exterior. Porém a empresa, ademais deve ter em conta a existência de certas características, vantagens ou *inputs* em outra nação que, agrupadas com as próprias vantagens da empresa, lhe permitem obter um benefício superior ao que se alcançaria se a empresa optasse por instalar-se em sua própria nação. Tais vantagens, denominadas *vantagens de localização*, estariam diretamente associadas aos custos e da disponibilidade dos fatores de produção, tanto no âmbito quantitativo como qualitativo (tal e como se apontava no marco conceitual das teorias de localização), ao mesmo tempo que resguardam as particularidades do sistema institucional vigente no país receptor do investimento, o grau de intervenção do governo na economia e a maior ou menor presença de economias de escala.

Neste sentido, a existência de infra-estruturas – equipamentos de estradas ferroviárias, dotações de atividades portuárias – como sua qualidade poderia ser um fator decisivo de maneira que uma escassa dotação neste tipo de condicionantes de fatores, poderia limitar em grande medida a realização de atividades de IDE em uma determinada localização. Nos mesmos termos

a dotação tecnológica de uma localização derivada da existência nessa localização de empresas inovadoras também podia constituir uma fonte muito poderosa e atrativa para a instalação de novas atividades pela via do IDE. Em que pese ao grande avanço que esta contribuição supõe com respeito aos enfoques prévios, a existência de um marco analítico que permita identificar o peso que cada um desses fatores poderia estar tomando uma decisão onde o paradigma OLI também se mostra incapaz de contribuir com uma solução definitiva sobre os determinantes na localização do IDE.

4.2.6.1 – O modelo de Dunning para os determinantes das atividades das empresas multinacionais

De acordo com J. H. Dunning , “a empresa multinacional está assumindo, cada vez mais, o papel de regente da orquestra, em relação a diversas atividades de produção e transações, que se dão no interior de uma “rede” de relações transnacionais, tanto internas como externas às companhias, e que podem incluir ou não um investimento de capital, mas cujo objeto consiste em promover seus interesses globais”.

Segundo o autor, investimento estrangeiro direto, que tem nas multinacionais, sua melhor expressão, é um investimento feito por uma determinada companhia fora do seu país de origem. O retorno do investimento é transferido para o investidor original. Entretanto, há um conjunto de bens que são absorvidos pelo país hospedeiro, tais como: capital, tecnologia, técnicas de administração, acesso a novos mercados, entre outros. De acordo com o autor, investimentos expressam-se através da intensificação das transações comerciais. Aqui ocorre uma transferência, via mercado, de produtos e/ ou serviços entre dois agentes econômicos independentes. O controle dos recursos é, dessa forma, dividido entre os compradores e vendedores envolvidos. (Dunning, 1995^a : 4 – 5).

De acordo com o modelo proposto por Dunning, o impacto da atividade das EM_s é determinada pela justaposição de três fatores: **O**, Vantagens competitivas das firmas (ou de

propriedade específica); **L**, Vantagens do país (ou de localização específica); e, **I**, Vantagens da firma em internalizar o mercado.

Há situações em que as vantagens **L** são suficientes para o país exportar. Há situações comerciais onde é preciso vantagens do tipo **O** para haver transação. Exemplo disso é a tecnologia (ou capacidade inovadora do tipo schumpeteriana).

Nas situações de falhas transacionais, as firmas podem possuir vantagens em internalizar o mercado, (vantagens **I**). As falhas transacionais podem ser basicamente de três tipos: i – informações assimétricas entre compradores e vendedores. Não dispondo de todas as informações sobre o resultado das transações, os agentes têm sua racionalidade limitada e ficam sujeitos ao oportunismo; ii – dificuldades em se quantificar, *ex – ante*, os custos e benefícios criados em uma transação, iii – falhas decorrentes da demanda infinitamente elástica pelo produto a ser transacionado. Aqui, as firmas não seriam suficientemente grandes para capturar as economias de escala, escopo e diversificação geográfica. (Dunning, 1995_a : 78).

Em resumo, a estrutura da produção externa da firma depende da satisfação de quatro condições: i) do grau que a firma possui e sustenta sua vantagem **O vis – à – vis** firmas de outras nacionalidades em um mercado particular; ii) do grau no qual a empresa percebe que é de seu interesse produzir com sua dotação **O**, ao invés de vender, via mercado, ou dar o direito de uso (*licensing*) para firmas estrangeiras, as chamadas vantagens **I**; iii) do grau que o interesse global da empresa é atingido, criando ou utilizando seu patrimônio **O** em um local externo, a vantagem **L**; e iv) do grau pelo qual a firma acredita que a produção externa é consistente com sua estratégia gerencial de longo prazo, dada a configuração das vantagens ***Owership, location and internalization (OLI)*** da firma”. (Negri, 1997 : 09).

O **Quadro 2** resume os aspectos gerais das três vantagens tratadas até aqui, as vantagens **OLI**.

Quadro 2

- Vantagens ligadas à multinacionalização e opções de localização, segundo J. H. Dunning (1988)

Vantagens Específicas da Companhia (O)	Vantagens decorrentes da Internacionalização (I)	Variáveis que afetam as opções de localização (L)
A. <i>Vantagens próprias:</i> propriedades de tecnologia e dotações específicas (pessoal, capitais, organização). B. <i>Vantagens ligadas à organização do grupo:</i> 1 – Economias de Escala; poder de mercado como vendedor e como comprador; acesso aos mercados (de fatores e de produtos). 2 – Multinacionalização anterior; conhecimento do mercado mundial; aprendizagem da gestão internacional, capacidade de explorar as diferenças entre países, aprendizagem da gestão de riscos.	Economia de transação na aquisição dos insumos (inclusive tecnologia). Redução da incerteza. Maior proteção da tecnologia. Acesso às sinergias próprias das atividades interdependentes. Controle da validade e das iniciativas. Possibilidade de evitar ou de explorar medidas governamentais (especialmente fiscais). Possibilidade de praticar manipulação dos preços de transferência, fixação de preços predatórios, etc.	Recursos específicos do país. Qualidade e preços dos insumos. Qualidade das infra – estruturas e externalidades (P & D, etc). Custos de transporte e de comunicação. Distância psicológica (língua, cultura, etc). Política comercial (barreiras tarifárias e não tarifárias, contingenciamento). Ameaças protecionistas. Política industrial, tecnológica e social. Subvenções e incentivos para atrair as companhias.

Fonte: Dunning, J. H., *Explaining international production*, Londres, Unwin Hyman, 1988, in Chesnais (1996: 86).

4.2.6.2 - Estudo dos impactos causados pelas empresas multinacionais

Para analisar os impactos da atividade de uma empresa multinacional é necessário levar em consideração várias características do seu comportamento, bem como do país hospedeiro e das empresas já existentes.

Uma EM tem diversas formas de atuação. Tais como: engajamento na produção externa, com a opção de exportar ou importar produtos, ou ainda, contratar firmas estrangeiras para produzirem o que pode ser exportado ou importado. (Negri, 1997: 11). As diferenças entre as vantagens das EMs e o patrimônio das firmas uninacionais competidoras locais causam impactos na produção do país hospedeiro. A diferença entre os países, referente ao estágio de industrialização, torna esse impacto maior, pois o patrimônio da EM poderá ser muito diferente do predominante até então nesse país.

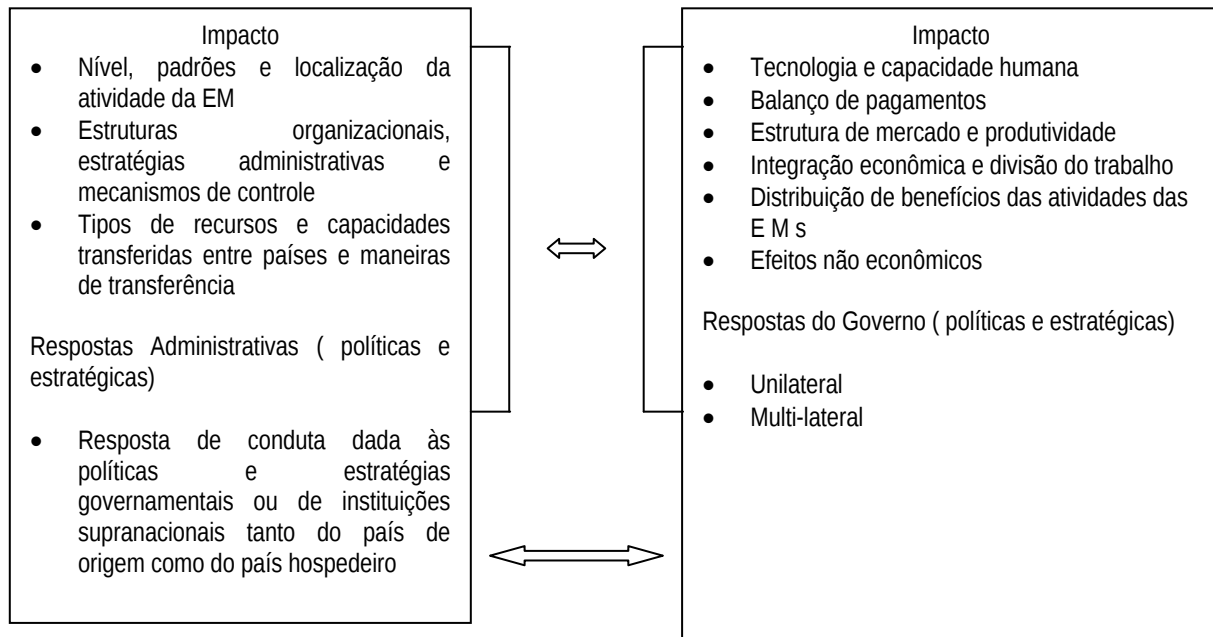
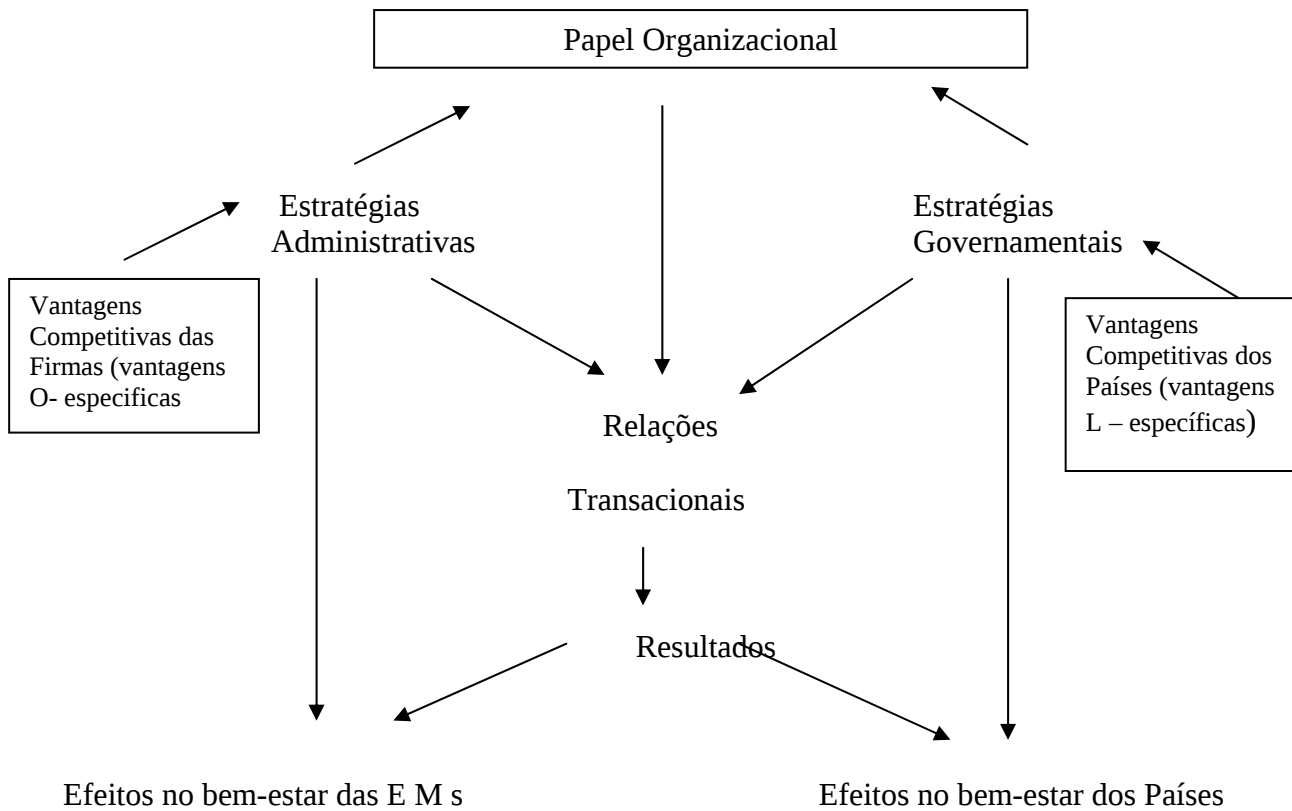
Quanto maior for essa diferença, maior será o impacto dos investimentos diretos.

A explicação é que, o patrimônio aqui referido engloba também bens intangíveis, como formas organizacionais, estratégias de gerenciamento, tecnologia, entre outros que são importantes fatores de impacto.

A **figura 2** ilustra os impactos causados pelas atividades de uma empresa multinacional, mostrando sua interligação com outros agentes.

Figura 2

Estrutura analítica do papel das SEM na economia global



Fonte: (Dunning. 1995 a:xv)

Verifica-se que a relação entre as vantagens O das firmas e as vantagens L dos países, é feita de tal forma que, tanto as firmas como os governos organizem de maneira eficiente o uso de recursos e capacidades que estão dentro do seu domínio. Isso é representado pelo triângulo formado pelas três caixas, no topo do diagrama.

O resultado da interação dá origem a uma série de relações entre firmas e transações externas, chamadas relações transacionais. Como resultado, temos alterações no bem estar de ambos os agentes, tanto as EMs como os países. Esses impactos são mostrados nas duas últimas caixas do diagrama. (Dunning, 1994_a : xvi).

Essas reações poderão, no futuro, alterar a configuração da estrutura da OLI até então verificada.

Observa-se que, quando uma empresa multinacional decide entrar em um país, há efeitos tanto no país de origem quanto no país hospedeiro.

5 – O ambiente institucional como fator de desenvolvimento econômico

Na concepção de Douglas North, instituições são as “regras do jogo” em uma sociedade. Isto é, são restrições humanas inventadas que formam a interação humana. Como consequência, elas estruturam os incentivos nas trocas, sejam política, social ou econômicas. Assim, as mudanças institucionais pautam a forma de como a sociedade evolui através do tempo e, seus resultados, serão a chave para entender as mudanças históricas.

O autor providencia uma estrutura de análise que incorpora as instituições no estado de desempenho econômico. Importância fundamental é entender de que forma o passado influencia o presente e o futuro. Em geral, mudanças institucionais ocorrem de modo incremental, o que dá ao sistema a característica de *path dependence*. Por essa razão, o ambiente institucional auxilia o entendimento dos diferentes desempenhos econômicos dos países ao longo do tempo.

As instituições reduzem as incertezas, providenciando uma estrutura para o cotidiano das pessoas e para atividades mais complexas do sistema econômico. Isto é, as instituições definem e limitam o conjunto de escolhas dos indivíduos. Podem ser formais (leis) ou informais (convenções e/ ou códigos de comportamento). Tomando como exemplo, o grau de corrupção de um país, como tratado no trabalho de (Henisz, 2000 : 362), altera o ambiente institucional do país sendo importante para determinar as estratégias adotadas pelos agentes.

Separar a análise do entendimento das regras e das estratégias dos jogadores é um pré-requisito necessário para construir uma teoria das instituições.

A teoria neoclássica se apóia fundamentalmente na hipótese de escassez e conseqüentemente concorrência. Tendo como resultados, trocas sem atrito onde os direitos de propriedade estão bem definidos e não há custos específicos. Não há custos para obter informações. Para Ronald Coase, quando é custoso transacionar, as instituições importam. Se há custos de transação, a alocação de recursos é alterada pela estrutura dos direitos de propriedade.

Direitos de propriedade são os direitos que os indivíduos têm sobre seu próprio trabalho, bem como sobre os bens e serviços que eles possuem. É importante destacar que, apropriação é uma função de regras legais, formas organizacionais, *enforcement*, e normas de comportamento, isto é, da estrutura institucional.. Os custos de transação têm mudado radicalmente ao longo da história e variam também fortemente entre as economias.

Saliente-se ainda, que as instituições providenciam as estruturas de troca que (juntamente com a tecnologia empregada), determinam os custos de transação e os custos de transformação. O grau de melhoria em que as instituições resolvem os problemas de coordenação e produção é determinado pela motivação dos agentes/ suas funções de utilidade, a complexidade do ambiente, e a habilidade dos jogadores para decifrar ou ordenar o ambiente/ mensuração e *enforcement*).

É necessário considerar, ao desenvolver um modelo de instituições, a exploração das características estruturais de restrições informais, regras formais, execução e evolução.

5.1 – O processo de mudança institucional

Os processos de mudanças institucionais, podem ser consequência de mudanças nas regras, restrições informais, tipos de *enforcement*. Mesmo assim, as mudanças institucionais são tipicamente incrementais ao contrário das mudanças descontínuas.

Mudanças descontínuas, também são acompanhadas de mudanças incrementais. Restrições culturais, por exemplo, faz a ligação do passado com o presente e o futuro, e ainda providenciam a chave para o entendimento do curso da mudança histórica.

As instituições tem como papel principal na sociedade, reduzir incertezas estabelecendo uma estável (mas não necessariamente) estrutura para a interação humana. Ser estável não significa que não há mudanças. As instituições estão evoluindo e, portanto, sempre haverá alterações nas escolhas.

. Os limites do indivíduo são determinados pela capacidade da mente processar, organizar e utilizar as informações. Dessa forma, a estrutura institucional consequente, pela estruturação da interação humana, limita o conjunto de escolha dos atores. Existe, um processo incremental de mudança que resulta da interação entre economia e política. A partir daí, organizações com poder de barganha, usarão a política para alcançar os objetivos quando o resultado da maximização nesta direção exceder o resultado de investir dentro das restrições existentes. As organizações procurarão encorajar a sociedade a investir no tipo de habilidade e conhecimento que indiretamente contribuem para sua lucratividade. Esse tipo de investimento moldará o crescimento de longo prazo das habilidades e conhecimentos, as quais são as bases determinantes do crescimento econômico.

Um exemplo esclarecedor, é o exame da trajetória econômica dos EUA. Investimentos (públicos e privados) em educação reforçam a percepção de complementaridade entre desempenho econômico e investimento no crescimento e disseminação do conhecimento.

Ao longo da história dos incentivos institucionais, verifica-se, pouco esforço destinado a investimentos em conhecimento produtivo em países em desenvolvimento. Sendo assim, os incentivos são freqüentemente desencaminhados. Isso ajuda a explicar as diferentes rotas de desenvolvimento ocorridas em vários países ao longo do tempo.

Quando à decisão de investir em habilidades e conhecimentos e suas aplicações a economia sugere uma evolução dinâmica no processo econômico requerendo um jogo específico de características institucionais. A descrição destas características exige pensar nos temas de eficiência em contexto diferente de eficiência alocativa direta. A eficiência adaptativa, de outra forma, preocupa-se com os tipos de regras que moldam o percurso onde a economia evolui ao longo do tempo. É considerada também a vontade da sociedade em adquirir conhecimento e aprendizado, induzindo inovações, empreender o risco e atividade criativa de todos os tipos, de forma a resolver problemas e impasses da sociedade.

O resultado será a economia com políticas que reiterem os incentivos e organizações já existentes. Dessa forma, podem persistir caminhos improdutivos. *Path dependence* significa que a história importa. Não se pode entender as escolhas de hoje (e defini-las em modelos de desempenho econômico), sem traçar a evolução incremental das instituições.

Regras institucionais diferentes produzirão diferentes incentivos de conhecimento tácito. As regras são essenciais para eliminar não somente falhas nas organizações econômicas mas também falhas em organizações políticas.

Dada a persistência das restrições informais, as mudanças institucionais sempre serão incrementais. A transformação de uma estrutura institucional ineficiente requer esforço contínuo de agentes econômicos considerando os aspectos formais e informais. A estrutura institucional, tem

poder de incentivar atividades produtivas, desencadeando uma trajetória de crescimento e desenvolvimento, ou improdutivas que comprometam o desempenho de atividades econômicas.

Os capítulos a seguir analisam a relação IDE e Exportações, com ênfase principal no Brasil, destacando o importante desempenho do setor exportador brasileiro em particular do grupo denominado básico nos últimos anos.

6 - Análise da revisão literária constante no primeiro capítulo

Como resultado da revisão literária realizada se constata que os enfoques apresentados abordam o problema da localização do IDE de uma perspectiva parcial.

As teorias tradicionais do comércio internacional proporcionam um marco analítico que justifica, o deslocamento do fator capital. A consideração de IDE como deslocamento de capital físico e do capital financeiro põe em questão a análise do IDE dentro do marco conceitual das teorias de comércio. Unicamente na medida em que se admita que o deslocamento do capital financeiro leva implícito deslocamento de capital físico, e considerando que intercambio comercial e mobilidade de fatores são substitutos, a aplicação do enfoque H – O indicaria que o fator determinante da atração do capital seria a desigual dotação relativa de fatores.

Os restantes enfoques, a exceção da teoria de Kojima, carecem de um marco analítico que justifique o efeito dos fatores que podem intervir na escolha da localização sobre a decisão final. Nesse instante, incluem uma série de variáveis adicionais a diferença em custos do trabalho como determinante na escolha da localização, tais como infra-estrutura, capital humano ou capacidade de demanda.

A enumeração de todos os aspectos que podiam afetar potencialmente a localização do IDE tem permitido a conversão dos diferentes enfoques propostos em modelos empíricos desprezando o formato de equações “*ad hoc*”. E em um contexto internacional e ou regional uma

vez que tem gerado o aparecimento de uma completa literatura empírica que busca identificar o peso específico dos diferentes fatores expostos sobre o padrão de localização do IDE que participam todas as economias, porém que tem derivado da inexistência de uma justificativa consensual sobre os determinantes da localização do IDE.

Nos capítulos seguintes vamos verificar as evidências empíricas e os desempenhos alcançados e as potencialidades do IDE comparados ao setor de exportação da economia brasileira em especial o setor básico, destacando-se o crescimento que vem ocorrendo, na agricultura, pecuária e extrativa mineral.

Capítulo II – Investimentos Diretos Estrangeiros no Brasil e na América Latina, desempenho das exportações agrícolas, necessidade de investimento no setor e estratégias para atrair investimento.

1 – Introdução

Este capítulo analisa a evolução do investimento estrangeiro direto no setor primário nos últimos anos. Pretende-se analisar o avanço das Empresas Transnacionais e suas estratégias, assim como avaliar seus impactos na internacionalização da economia brasileira. A partir dos resultados apresentados, o próximo capítulo investiga as razões e os efeitos de tal resultado.

Utilizando as informações disponíveis sobre as características dos investimentos diretos, este capítulo procura analisar o avanço das Empresas Transnacionais e suas estratégias, assim como avaliar seus impactos na internacionalização da economia brasileira. Procurou analisar a contribuição efetiva dessas empresas para o crescimento, focalizando a contribuição das Empresas Transnacionais para a entrada de divisas na conta capital do balanço de pagamentos e sua participação na conta corrente, tanto na balança comercial como na de serviços (remessas).

Os resultados obtidos serão examinados, após a apresentação dos principais trabalhos realizados no Brasil, e mostram que as atividades das Empresas Transnacionais na economia brasileira, em particular, seu comércio exterior, não são condizentes com as expectativas excessivamente otimistas formuladas no início dos anos noventa.

Há evidências convincentes de que, de modo geral, as filiais dessas empresas implementaram, conforme esperado, estratégias de especialização e de maior integração dos fluxos comerciais e financeiras das matrizes. Em alguns casos, a especialização foi bastante intensa no interior do Mercosul de todo modo, o aumento da eficiência e da integração das filiais teve reflexo muito mais acentuado no coeficiente de importações no que de exportação, gerando, na maior parte dos casos, saldos comerciais negativos nos momentos de expansão do mercado interno.

Os resultados do capítulo mostram que a ampliação do estoque de capital estrangeiro na economia brasileira nos últimos anos representa uma contribuição potencial ao crescimento ainda não devidamente explorado.

2. Investimento Estrangeiro Direto no Brasil

O investimento estrangeiro direto destinado ao Brasil, nos anos noventa mostra que um dos aspectos mais visíveis e observado foi o avanço da internacionalização. Diversos estudos (Moreira e Correia,1996; Moreira,1997 e 1999 a, Bonelli, 1997; e Fonseca *et alli*, 1997,Haguenauer, L *et alli*, 1997), focalizaram um aspecto particular desse processo: a evolução do “grau de abertura” comercial, isto é, a importância dos fluxos de exportação e / ou de importação em relação à produção doméstica. Esses estudos mostraram a intensificação dos fluxos de comércio exterior nos diversos setores. Foi constatado, um avanço da internacionalização, consistente na maior participação de produtos finais e intermediários importados no mundo doméstico e no aumento da produção local destinada ao exterior.

O processo de abertura econômica que vem se intensificando no Brasil desde 1989, é o responsável pelo forte aumento da participação das empresas estrangeiras na economia brasileira (Laplame e Sarti, 1997,1999^a e 1999b). Esse aumento foi resultado dos crescentes fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE) no Brasil, a partir de 1994.

Foi observada mudanças importantes na composição setorial dos fluxos de IDE. Até 1995, a indústria concentrava 55% de todo o estoque de IDE no Brasil. Na Segunda metade da década, é preponderante a participação dos serviços, destacando-se os setores de eletricidade, gás e água, correio e telecomunicações, intermediação financeira e comércio atacadista e varejista nos fluxos de IDE (Laplane e Sarti, 1999 a : 5).

As empresas transnacionais (ET), que historicamente sempre tiveram participação elevada no Brasil, aumentou ainda mais. A transferência da propriedade de empresas de capital nacional privado e público para empresas estrangeiras e a redução da importância relativa das empresas remanescentes de capital nacional são a outra face do processo de internacionalização da economia brasileira.

Moreira (1999a e 1999b), atribui dificuldades na abertura comercial, mudanças consideradas como radicais nos determinantes e na forma de operação do IDE no Brasil nos anos noventa. A redução de barreiras tarifárias e não-tarifárias transferiu para a busca de vantagens locais, agora concatenados com escalas, produtos e processos mais adequados e próximos dos níveis internacionais, a principal motivação do IDE. O resultado da maior eficiência técnica (ganho de produtividade) e alocativa ampliou-se a participação das empresas estrangeiras nos setores da economia brasileira, em particular, aos setores intensivos de capital. Moreira também destaca, a intensificação dos processos de desnacionalização e de concentração, longe de agravarem a vulnerabilidade externa da economia, ao reforçarem os ganhos de escala e de especialização (intra-indústria) e de se beneficiarem do viés anti-exportador, deveriam, ao menos em tese, propiciarem uma melhor inserção e integração das filiais estrangeiras no mercado internacional.

A análise do mesmo tema, Bonelli (1998:4), observa que as empresas estrangeiras, também poderiam contribuir para o aumento da competitividade e do saldo comercial, mesmo quando atuassem em atividades *non – tradables*, como nos serviços bancários, no comércio, seguros, etc. Nessas atividades, o investimento direto poderia acentuar a “contestabilidade” dos mercados, aumentando a eficiência e beneficiando, indiretamente, a competitividade das atividades *tradables*.

Ainda no contexto, da experiência da instabilidade e da estagnação ocorrida na década de oitenta, geraram-se expectativas de que a internacionalização poderia constituir uma alternativa viável para retomar o crescimento e reduzir a vulnerabilidade externa da economia brasileira. Nessa

visão, estaria reservado um papel importante para as Empresas Transnacionais, tanto no aporte de divisas através do investimento direto e das exportações, como no aporte de tecnologia e de canais de comercialização internacional que poderiam, inclusive, chegar até as empresas nacionais.

Mantendo a mesma linha de raciocínio Fritsch e Franco (1989) registravam, no final da década de oitenta, que as transformações na economia mundial – inovações,. surgimento de novos concorrentes, redução do ritmo de crescimento das economias desenvolvidas e realinhamentos cambiais promoviam, desde os anos setenta:

“Transferência de capacidade produtiva, especialmente exportadora, para o Sul dentro dos grupos multinacionais”(p.10).

No contexto das condições adversas de financiamento externo para a economia brasileira:

“A recuperação dos fluxos de investimento direto estrangeiro e o comportamento das empresas estrangeiras podem ter um duplo papel em uma nova estratégia de crescimento industrial. Por um lado, como importante instrumento de ajuste à restrição externa tanto pelo aporte direto de recursos como, indiretamente, pela contribuição de empresas estrangeiras ao crescimento do saldo comercial. Por outro lado, como elemento parcial, mas relevante de recuperação da poupança externa”. (Fritsch e Franco 1989 p.18) .

Seria também possível, as Empresas Transnacionais contribuírem para o crescimento das exportações brasileiras, promovendo o aumento da competitividade e garantindo o acesso aos seus mercados de origem e a outros mercados. Em particular, essas empresas poderiam promover *upgrade* da pauta de exportações (aumento de participação de bens manufaturados com maior valor adicionado), explorando:

“... oportunidades de crescente intercâmbio intra-industrial com os países desenvolvidos, baseado na diferenciação e especialização de bens de consumo e de produção” (p.20).

“... as EMNs e *joint ventures* desempenham e podem vir a desempenhar um papel importante no desenvolvimento de capacidade industrial (nesse) grupo de produtos (...) dados as suas características tecnológicas ou de comercialização” (p.20-21).

Passada a década anterior, Franco(1998), reafirmava as virtudes da internacionalização como forma de reduzir a vulnerabilidade e retornar ao crescimento:

“... a industrialização que busca a auto-suficiência aumenta a vulnerabilidade externa e não (a) diminui (...) o novo modelo de crescimento que temos, deve contemplar um grau de abertura substancialmente maior- talvez o dobro ou o triplo – do que hoje temos, se é que queremos evitar que nossa vulnerabilidade externa prejudique nosso crescimento daqui para adiante”. (p.140).

Após a análise da evolução do processo de integração da economia mundial, reitera a importância da contribuição das empresas transnacionais nesse contexto:

“...(i) existem razões “exógenas” a determinar o crescimento das exportações brasileiras, independentemente de políticas locais de incentivo e de política cambial mais agressiva, associadas ao crescente envolvimento das filiais brasileiras de na economia industrial global...” (p.126).

Em síntese, “ as empresas estrangeiras reduziriam a vulnerabilidade externa e promoveriam o crescimento, tanto através dos seus investimentos como de sua contribuição, direta ou indireta, para o aumento e para *upgrade* da fonte de exportação. A internacionalização ajudaria, portanto, a relaxar a restrição externa, embora o maior potencial de crescimento tivesse como contrapartida a desnacionalização.

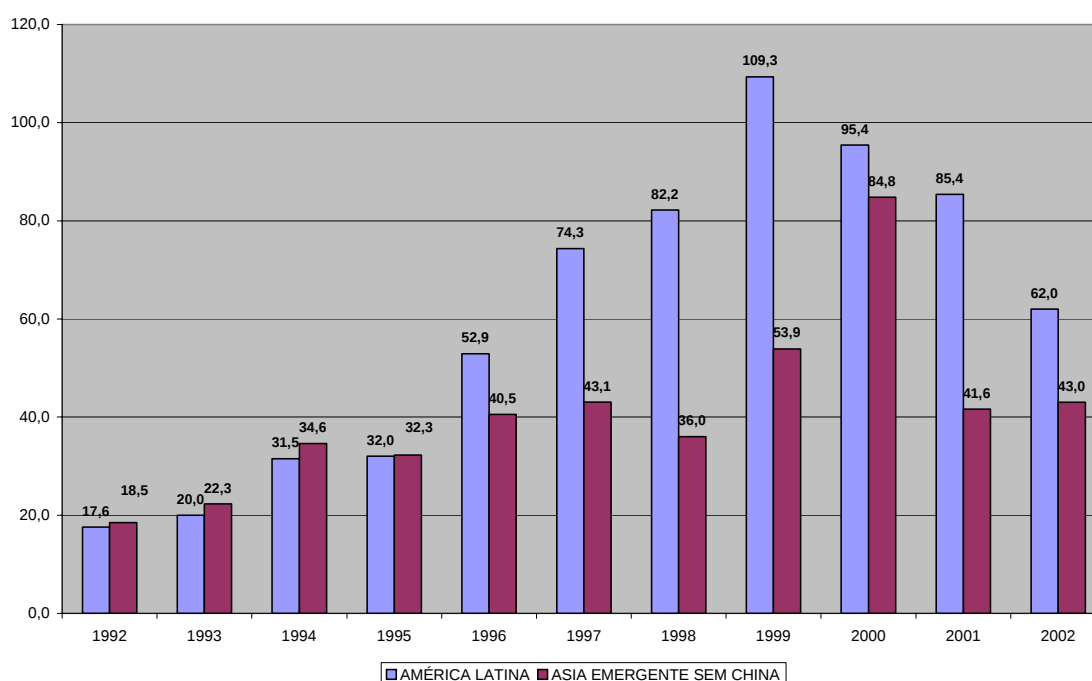
3 – Investimentos Estrangeiros Diretos no Brasil e na América Latina

Uma das características mais importantes do processo de internacionalização produtiva da economia brasileira nos anos noventa é o retorno de expressivos fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE).

Ao longo dos anos noventa, a América Latina ampliou a sua capacidade de absorção de investimentos diretos estrangeiros, cujo fluxo cresceu de uma média inferior a US\$ 10 bilhões, no início da década para o recorde de quase US\$ 110 bilhões, em 1999. Em 2000, 2001 e 2002, houve uma queda, respectivamente, para US\$ 95 bilhões, US\$ 85,4 bilhões e US\$ 62 bilhões.

Essa queda, também observada no fluxo geral de investimentos diretos estrangeiros, direcionados aos países em desenvolvimento, no entanto, revela um quadro de investimentos diretos direcionados para a China, o desempenho da América Latina foi superior ao fluxo destinado à Ásia, que experimentou uma queda ainda mais expressiva, de US\$ 84,8 bilhões, em 2000, para US\$ 41,6 bilhões, em 2001, e pequena recuperação para US\$ 43 bilhões, em 2002.

Gráfico 1 – Investimentos diretos absorvidos pela Ásia emergente * e a América Latina ** (US\$ milhões)



Fonte : Elaboração própria, com dados WIR (2002) – UNCTAD

* Hong Kong, Indonésia, Coreia do Sul, Malásia, Filipinas, Cingapura, Taiwan e Tailândia.

** Estimativa UNCTAD

A evolução do IDE no Brasil no período mais recente, em particular nos anos noventa, diferencia-se em termos de volume envolvidos (exceção da China) e das taxas de crescimento (exceção da Argentina) dos demais países em desenvolvimento e de algumas economias avançadas com dimensões e importância econômicas proporcionais, sobretudo quando comparadas às taxas de crescimento de outras variáveis: comércio exterior, produto interno bruto e produto industrial. Mas, por outro lado, o padrão de internacionalização produtiva brasileira apresenta vários pontos de convergência com o padrão internacional, com destaque para os crescentes e preponderantes fluxos de A & F (Aquisição e Fusões) dentro dos fluxos de IDE e a maior atração do setor de serviços *vis à vis* o industrial.

Uma análise dos principais receptores de investimentos diretos estrangeiros no âmbito dos países desenvolvidos tende a refletir-se nas regiões.

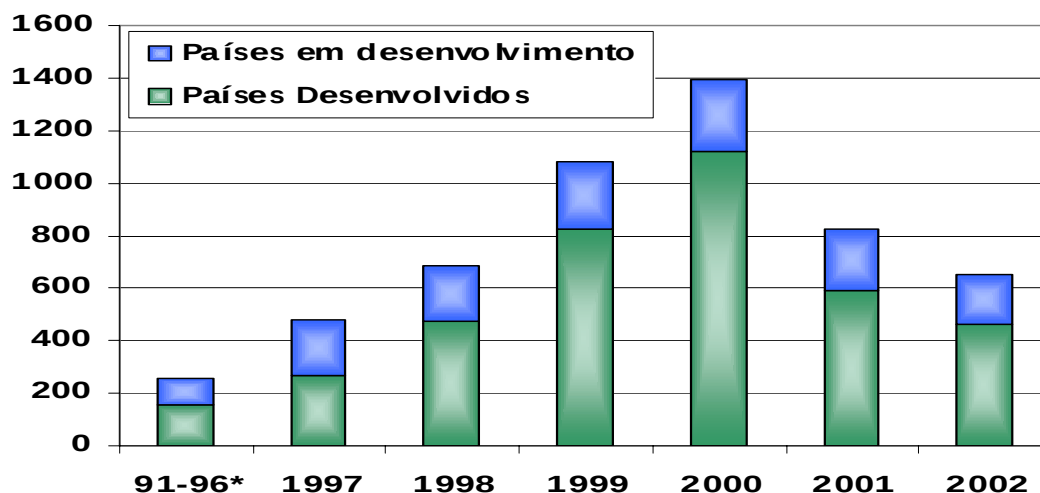
A maior parte dos ingressos do IDE na América Latina está concentrada, no âmbito da América do Sul, no Brasil e Argentina, seguidos de longe pelo Chile.

Na América do Norte, o México lidera os investimentos, especialmente após a sua adesão à Nafta, o que motivou as empresas localizadas nos Estados Unidos destinarem ao país vizinho investimentos voltados para empresas prestadoras de serviços. O México, em 2001, assumiu a liderança no *ranking* dos investimentos diretos estrangeiros destinados a América Latina, tendo recebido um ingresso de US\$ 24,7 bilhões, superando o montante destinado ao Brasil, de US\$ 22,5 bilhões¹².

¹² Vale destacar que a única operação dada pela compra do Banamex pelo Citigroup, representou um montante de US\$ 12,5 bilhões, o que contribuiu significativamente para a melhora do posicionamento mexicano no ranking de ingressos de investimento diretos estrangeiros no mercado latino-americano de 2001.

GRÁFICO 2

Destino dos investimentos diretos estrangeiros (US\$ bilhões)



* média anual

Fonte: UNCTAD

Elaboração: ASSEC/MP

A participação relativa da economia brasileira no fluxo de IDE destinado à América Latina é crescente ao longo dos anos 1990, variando entre 6,5 % e 13%, no início, para um intervalo entre 28% e 39%, no final. O aumento da participação relativa do Brasil nos fluxos de IDE destinados à América Latina ao longo dos anos noventa demonstra que só a partir de meados da década, por influência da estabilização, da privatização e da desregulamentação, é que a liderança brasileira, em termos de potencial econômico, se faz mais presente, sendo apenas esporadicamente superada pelo México, como ocorreu em 2001, tabelas 1 e 2.

TABELA 1

Fluxos Internacionais de Investimentos direto estrangeiro na América Latina, 1990-1995 a 1996-2001 (US\$ bilhões)

PAÍS / REGIÃO	1990	1996	1997	1998	1999	2000	2001
TOTAL MUNDIAL	225,3	386,1	478,1	694,5	1.088,3	1.491,9	735,1
AMÉRICA LATINA E CARIBE	22,3	52,9	74,3	82,2	109,3	95,4	85,4
AMÉRICA DO SUL	10,4	32,2	48,2	51,9	70,9	56,8	40,1
ARGENTINA	3,5	7,0	9,2	6,8	24,1	11,2	3,2
BOLÍVIA	0,2	0,4	0,9	1,0	1,0	0,7	0,6
BRASIL	2,0	10,8	19,0	28,9	28,6	32,8	22,5
CHILE	1,5	4,6	5,2	4,6	9,2	3,7	5,5
COLÔMBIA	0,8	3,1	5,6	2,8	1,5	2,4	2,0
PERU	1,0	3,2	1,7	1,8	2,3	0,7	1,1
VENEZUELA	0,9	2,2	5,5	4,5	3,3	4,5	3,4
OUTROS	0,5	0,9	1,1	1,4	0,9	1,0	1,7
AMÉRICA CENTRAL E CARIBE	11,9	20,6	26,1	30,3	38,4	38,6	45,3
MÉXICO	8,1	9,9	14,0	11,9	12,5	14,7	24,7
OUTRO PAÍSES	3,8	10,7	12,1	18,4	25,9	23,9	20,5

Fonte: (Globalização e investimento – 2004), com dados do WIR 2002 - World Investment Report - UNCTAD

TABELA 2

Investimento Direto Estrangeiro na América Latina (US\$ bilhões e %)

PAÍS / REGIÃO	1986-1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
América Latina e Caribe	9,5	17,6	20,2	30,1	32,3	52,9	74,3	82,2	109,3	95,4	85,4	62,0
Brasil (US\$ bi)	1,3	2,1	1,3	2,6	5,5	10,8	19,0	28,9	28,6	32,8	22,5	16,6
Brasil (%)	13,3	11,7	6,5	8,6	16,9	20,4	25,6	35,1	26,1	34,4	26,4	26,8

Fonte: (Globalização e investimento – 2004), com dados do WIR 2002 - World Investment Report - UNCTAD

4. Investimento direto Estrangeiro (IDE) no Brasil nos anos noventa

4.1 – Principais tendências

O processo de internacionalização produtiva da economia brasileira nos anos noventa, apresenta como uma das características mais importantes, o retorno de expressivos fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE).

Os fluxos de investimentos (IDE e em *portfólio*) permaneceram em níveis baixos e relativamente estagnados desde a crise da dívida dos anos oitenta até o início dos anos noventa.

Os investimentos líquidos em *portfólio*, beneficiando-se das reformas e da liberalização financeira (Bacen, 1998; Gonçalves, 1999) foram preponderantes na primeira metade dos anos noventa, reduzindo-se sistematicamente desde então, com o advento da crise institucional.

Estando em um patamar próximo a um bilhão de dólares anuais no início da década de noventa e inferior a US\$ 500 milhões nos anos oitenta, os fluxos intensificaram-se a partir de 1994 – 95, quando inicia-se o processo de estabilização econômica e da recuperação da demanda doméstica, atingindo o montante recorde de US\$ 17,1 bilhões em 1997 (ver tabela 3).

(Tabela 3) - Brasil: Investimento Direto Estrangeiro 1990 – 1999. Em US\$ milhões

Investimento Direto Estrangeiro	1980 – 89	1990-94	1995	1996	1997	1998	1999	2000**	1999**
IDE Ingresso	682	1.478	5.475	10.496	18.743	28.502	31.369	22.525	20.902
IDE Retorno	270	344	1.163	520	1.660	2.609	1.401	2.389	1.055
IDE Líquido	413	1.134	4.313	9.976	17.083	25.893	29.968	20.136	19.847
Portfólio Ingresso	53	9.061	24.838	26.078	39.552	31.830	18.315	16.072	13.325
Portfólio Retorno	35	5.734	22.544	20.038	34.252	33.682	16.793	13.110	12.494
Portfólio Líquido	18	3.327	2.294	6.040	5.300	1.851	1.522	2.962	831

Fonte : Banco Central

Notas: * Inclui operações em moeda nacional, mercadorias, conversões e reinvestimento

** Acumulado de janeiro a agosto

(Tabela 4) - Brasil: Investimento Direto Estrangeiro 1996 - 2000. Em US\$ milhões

Distribuição por Atividade Econômica de Aplicação dos Recursos

Discriminação	1996 Fluxo	%	1997 Fluxo	%	1998 Fluxo	%	1999** Fluxo	%	2000** Fluxo	%
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	110,58	1,44	456,03	2,98	142,42	0,61	422,52	1,53	649,44	2,17
Indústria	1.740,02	22,70	2.036,50	13,30	2.766,41	11,89	7.002,32	25,40	5.070,18	16,97
Serviços	5.814,89	75,86	12.818,43	83,72	20.361,94	87,50	20.147,05	73,07	24.156,75	80,86
Total	7.665,49	100,00	15.310,95	100,00	23.270,78	100,00	27.571,89	100,00	29.876,37	100,00
Ingressos abaixo de US\$ 10 milhões p/ empresa receptora/ano			2.568,05		3.075,22		3.663,11		3.454,63	
Total Geral dos ingressos	9.644,00		17.879,00		26.346,00		31.235,00		33.331,00	

* Dados do Censo de Capitais Estrangeiros, realizado em 1996.

** Inclui conversões para investimentos diretos

Obs.: 1.No período de 1996 a 2000, consideram-se os recursos destinados a empresas que totalizaram mais de US\$ 10 milhões ao ano.

2.Dados preliminares.

3.Conversões em dólares às paridade históricas

(Tabela 5) - Brasil: Investimento Direto Estrangeiro 2001 - 2004 .Em US\$ milhões**Distribuição por Atividade Econômica de Aplicação dos Recursos**

Atividade Econômica	Ingressos 1/			
	2001	2002	2003	2004
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	1.493,55	637,86	1.487,01	1.072,82
Indústria	7.000,98	7.555,30	4.506,02	10.707,82
Serviços	12.547,17	10.585,15	6.909,37	8.484,70
Total	21.041,70	18.778,30	12.902,41	20.265,34

Nota 1/ Ingressos de investimentos e conversões de empréstimos e financiamentos em investimento direto.
Conversões em dólares às paridades históricas.

Mesmo com a crise asiática de meados de 1997 e das crises russa e brasileira, a partir de 1998, e de seus desdobramentos negativos nas relações internacionais e no nível doméstico de atividades, os fluxos de IDE para o Brasil mantiveram-se com taxas de crescimento elevadas, 51% em 1998 e 10% em 1999, ao contrário do ocorrido com as demais economias em desenvolvimento, em particular, com as da América Latina.

Em relação a Argentina, nosso maior sócio no Mercosul e concorrente direto na atração de IDE, os fluxos desaceleraram a partir de meados da década, com o fim das privatizações, despencaram em 25% em 1998 em plena crise internacional, mas voltaram a crescer em 1999, em função sobretudo da venda da empresa YPF para a empresa espanhola Repsol.

Com o ingresso de IDE no Brasil superou em muito o crescimento dos fluxos mundiais de IDE ao longo dos anos noventa, a participação brasileira (e do Mercosul) aumentou de forma significativa.

O décimo primeiro lugar de Bermudas no quadro 3, é explicado por se tratar de “*paraíso fiscal*” e não de atração de investimento produtivo, como é observado quando comparado a outros países com grande população e capacidade de atrair investimentos. Abaixo da classificação de Bermudas por exemplo existem países com grande capacidade de produção de petróleo e de

potencial turístico relevante, mas não conseguiu atrair o IDE na proporção relevante obtido por Bermudas.

QUADRO 3

Estoque de Investimentos direto estrangeiro absorvido pelos principais países em desenvolvimento
(posição 1999)

PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

RANKING	PAÍS	US\$ MILHÕES
1º LUGAR	China	306.00
2º LUGAR	Brasil	164.165
3º LUGAR	Hong Kong	132.402
4º LUGAR	Singapura	79.401
5º LUGAR	México	72.016
6º LUGAR	Indonésia	65.188
7º LUGAR	Argentina	62.289
8º LUGAR	Malásia	48.773
9º LUGAR	Chile	39.258
10º LUGAR	Arábia Saudita	33.427
11º LUGAR	Bermudas	31.088
12º LUGAR	Polônia	29.979
13º LUGAR	Coréia	27.984
14º LUGAR	Tailândia	26.539
15º LUGAR	Taiwan	22.996
16º LUGAR	Venezuela	21.736
17º LUGAR	Nigéria	19.649
18º LUGAR	Colômbia	19.521
19º LUGAR	Hungria	19.095
20º LUGAR	Egito	18.198

Fonte : (Globalização e investimento – 2004), com dados da UNCTAD 2001.

Em 1999, o fluxo líquido do IDE para o Brasil aproximou-se de US\$ 30 bilhões e para a Argentina de US\$ 23 bilhões, reduzindo a participação brasileira no bloco regional, mas aumentando em muito a participação do Mercosul nos fluxos mundiais e da América Latina. Neste sentido, o desempenho do IDE no Brasil (e na Argentina) em termos de volume, difere dos demais países em desenvolvimento e, em particular dos latinos – americanos.

Os fluxos e estoque de IDE global na última década apresentam duas tendências importantes. A primeira diz respeito as diferentes inserções dos países em desenvolvimento nos fluxos de IDE recebidos e enviados. Em ambos os casos esta participação é crescente, pelo menos até antes da crise financeira internacional iniciada em 1997.

A segunda tendência refere-se ao destino dos fluxos de IDE. Nos países avançados, o setor de serviços tem sido o alvo principal dos investimentos e já obtém a maior parcela do estoque de IDE. Nos países em desenvolvimento, embora o setor de serviços venha recebendo expressivos recursos externos, em grande medida associadas aos processos de privatização de serviços públicos e aquisições no sistema financeiro, a indústria continua exercendo uma forte atração, principalmente no caso de países asiáticos.

Quanto ao Brasil, Laplane & Sarti (1997) já haviam observado a queda da participação da indústria na atuação do IDE *vis – á – vis* o setor de serviços. Em 1989, portanto antes do processo de abertura comercial e da crise econômica do governo Collor, a indústria era responsável por 71% do *estoque* de capital estrangeiro investido no Brasil. Com menor poder de atuação de fluxos de investimento ao longo dos anos noventa, esta participação foi reduzida para 55% em 1995.

TABELA 6 – Brasil: Estoque e Fluxo de Investimento Direto Estrangeiro por setor de Atividade

Setores	Estoque Até 1995*	Fluxo Acumulado 1995-99	Setores	Estoque Até 1995*	Fluxo Acumulad o 1995-99
	Em %	Em %		Em %	Em %
<i>Agricultura e</i>					
<i>I. Extrativa</i>	1,6	1,5	<i>Serviços</i>	43,4	80,1
<i>Indústria</i>	55,0	18,4	Eletricid., gás e água	0,0	14,0
Alimentos e bebidas	5,5	2,5	Construção	0,5	0,7
Fumo	1,7	0,6	Comércio atacadista	5,0	4,8
Têxteis	1,2	0,3	Comercio Varejista	1,6	3,7
Vestuário e acessório	0,2	0,0	Correio e telecomunic.	0,5	16,0
Art. De Couro e calçados	1,0	0,0	Intermed.	3,0	13,7
Madeira	0,1	0,1	Financeira		
			Seguros e Prev.	0,4	0,6
			Priv.		
			Atividades imobiliárias	2,5	0,3
Papel e Celulose	3,3	0,0	Serv. Prest.	26,9	22,9
Edição e impressão	0,3	0,1	Empresas		
Petroquímica e álcool	0,0	0,0			
Produtos químicos	11,2	3,0			
Borracha e plástico	3,1	0,7			
Prod. Min. Não metálicos	1,9	1,1			
Metalurgia básica	6,0	0,4			
Produtos de metal	1,4	0,2			
Máqs e Equipamentos	4,9	0,9			
Máqs.Esc.. Eqs. Inf.	1,0	1,0			
M. Elet. Aprs elét	2,6	0,8			
M. Elet. Eqs. Comunic	1,4	1,4			
Eqs Méd., ótic autom.	0,4	0,1			
Automobilismo	6,7	4,6			
Outros Eqs. Transp.	0,5	0,2	TOTAL	100,0	100,0
Mobiliário	0,7	0,2		42,530	73,812
Reciclagem	0,0	0,0			

Fonte: FIRCE e Censo de Capitais estrangeiros.

Notas : * Acumulado até 1995

OBS: Para o cálculo do fluxo de IDE para 1996/97/98/99 considerou-se apenas as empresas com investimentos acima de US\$ 10 milhões. A amostra representa 73,6%, 81,6 %, 88,4% e 89,7%, respectivamente, do valor total do investimento direto estrangeiro nestes anos.

A distribuição setorial do fluxo recente de IDE no período 1996/99 com base em uma amostra significativa, corresponde aos ingressos de investimentos de empresas estratégicas com valor superior a US\$ 10 milhões¹³, mostra que a indústria de transformação foi responsável por apenas 18,4 % do fluxo acumulado do IDE, majoritariamente associado às empresas industriais locais. Considerando em seu conjunto, o setor de serviços atraiu 80% do total investido, contra uma participação acumulada até 1995 de apenas 43%. Os destaques foram os setores de energia elétrica e saneamento básico (14%) , telecomunicações (16%), intermediação financeira (14%) e serviços prestados às empresas (23%)¹⁴.

A correlação entre as composições setoriais de investimento é maior entre o Brasil e os países desenvolvidos do que com relação aos países em desenvolvimento, ao contrário do que se poderia especular inicialmente. O baixo grau de correlação, quando se considera os países em desenvolvimento, deve-se sobretudo as diferenças existentes em relação aos países do sul e sudeste asiático.

Países asiáticos consolidaram-se como receptores de IDE industrial, mas em setores industriais onde o Brasil tem uma elevada presença estrangeira – automobilística, máquinas e equipamentos, alimentos e bebidas – no caso asiático, mensurado pela participação do IDE, esta presença é bem mais reduzida.

O mesmo ocorre no setor de serviços. Enquanto a presença estrangeira é mais elevada no Brasil nos setores financeiros e de comércio (atacadista e varejista) na Ásia há uma forte participação nas atividades imobiliárias e de construção.

¹³ Os montantes para os anos de 1996 a 1999 são respectivamente, US\$ 7,6 bilhões, US\$ 15,3 bilhões, US\$ 23,2 bilhões e US\$ 27,5 bilhões, representando 73,6%, 81,6%, 88,4% e 89,7%, respectivamente, do valor do IDE total nestes anos.

¹⁴ Segundo informações prestadas pelas autoridades do Banco Central, neste item, estão incluídos as operações financeiras associadas às empresas *holding*. Portanto, parte destes investimento constituem-se de investimento industriais.

Ao examinar os países desenvolvidos, em um padrão relativamente semelhante tanto nos investimentos industriais, quanto nos de serviços. As duas estruturas apresentam uma comum elevada participação estrangeira nas instituições financeiras e comércio (atacadista e varejista) e baixa participação em construção. A assimetria existente no caso do setor de energia elétrica e de saneamento básico, com maior presença de capital externo nos países avançados, deve ser parcialmente reduzida com as privatizações no setor. Já na indústria, os setores de produtos químicos, alimentos, bebidas e fumo, automobilístico de metalurgia básica e de máquinas e equipamentos destacam-se pela elevada participação no Brasil e baixa nos países avançados, o inverso ocorrendo com o setor petroquímico, cuja participação estrangeira, medida pelo estoque de IDE, é elevada nos países avançados e reduzida no Brasil.

5 - F & A : Principal estratégia de entrada no mercado brasileiro

Complementando a investigação de investimentos diretos, onde os indicadores anteriores demonstram a elevada e crescente participação do capital estrangeiro no Brasil no período considerado e uma relativa convergência à estrutura de estoque de IDE dos países avançados. Entretanto, seria importante destacar a existência de uma diferença importante entre os fluxos de IDE para o Brasil e dois períodos recentes: 1994-96 e o atual. No primeiro, o aumento da participação relativa estrangeira na formação bruta de capital fixo dava-se sobretudo pelo acréscimo mais que proporcional de nova capacidade. Nos fluxos do período 1997-99, apenas uma parcela minoritária destes investimentos tem sido destinados à implantação e ampliação de plantas produtivas. A participação estrangeira cresce de forma expressiva sobre o estoque de capacidade produtiva já existente, através de operações de aquisição de empresas locais já existentes confirmando um intenso processo de desnacionalização de base produtiva doméstica.

Verifica-se, a manutenção das taxas de crescimento do IDE, mesmo após a deflagração da crise internacional, deve-se à entrada de dólares destinados às operações de A & F. Estas operações tiveram uma grande participação no setor de serviços, e também um fluxo considerável no setor industrial.

6 – Privatizações e o Capital externo

A discussão anterior mostra que, uma das modalidades mais importantes de entrada de capital estrangeiro no Brasil, tem sido sob a forma de aquisição e fusões, incrementando assim o estoque de capital estrangeiro no país. Este processo envolve empresas privadas de capital nacional, as empresas de serviços público, através do processo de privatização brasileiro.

Os ingressos ocorridos no processo de privatização foram decisivos para o bom desempenho do IDE a partir de 1994-95. Os investimentos destinados à aquisição de empresas privatizadas, em 1998, alcançaram o volume de US\$ 6,1 bilhões, representando um em cada cinco dólares investidos por estrangeiros no país. Em 1999, alavancados pelos recursos destinados à privatização do setor de telecomunicações, esta participação saltou para 28% do IDE , superando o montante de US\$ 8,7 bilhões.

No início do processo, a participação do capital estrangeiro foi muito reduzida nas privatizações das Indústrias e a partir de 1991, quando foram vendidas as empresas industriais nos setores de aeronáutica (Embraer), mineração (Vale do Rio Doce e Carajás), siderurgia (Usiminas, Cosinor, CST, Acesita, CSN, Cosipa e Açominas) química e petroquímica (Copesul, Copene, PQU, Oxiten, etc.) e fertilizantes (Arafertil, Ultrafertil, Fosfertil).

É preciso destacar o fato de que o pagamento destas empresas privatizadas foi realizado preponderantemente com títulos e certificados públicos, representando pequena entrada de recursos

em moeda. Já nas operações envolvendo o setor elétrico, que arrecadaram, até meados de 1999, US\$ 3,9 bilhões a participação do capital estrangeiro passou a ser bastante significativa.

Nas privatizações mais recentes de empresas de serviços públicos *estaduais*, com destaque para as geradoras e distribuidoras de energia elétrica, bancos, gás e saneamento básico, a participação de capital estrangeiro foi significativa. De um total de US\$ 24,5 bilhões arrecadados, a participação estrangeira foi de 47,5%.

TABELA 7 - Participação das Privatizações no Investimento direto estrangeiro no Brasil
(US\$ milhões e %)

ANO	IDE Total	Privatizações	Demais Investimento	Privatizações /IDE Total
1996	10.496	2.645	7.851	25,2
1997	18.743	5.249	13.494	28,0
1998	28.480	6.121	22.360	21,5
1999	31.372	8.786	22.577	28,0
2000	33.403	7.051	26.352	21,1
2001	21.093	1.079	20.014	5,1
2002	18.936	280	18.656	1,5
Jan-Fev/03	1.278	0	1.278	0,0

Fonte : (Globalização e investimento – 2004), com dados do Banco Central do Brasil

No processo de privatização do setor de telecomunicações (telefonia fixa, celular e serviços de longa distância), observa-se a crescente participação do capital estrangeiro, com recursos inferiores a US\$ 16 bilhões, os investidores estrangeiros respondem por 60% do total investido.

De um montante de US\$ 71,2 bilhões no processo de privatização no período 1991-99, o capital estrangeiro investiu US\$ 30,9 bilhões (43,5%). Importante destacar que estes volumes não correspondem necessariamente a um nível de igual volume de entrada de dólares no Brasil. Isto porque, primeiro algumas privatizações foram realizadas com transferência de dívidas e com a

utilização de moedas de privatização; segundo, alguns pagamentos foram em alguns casos parcelados em prazos elevados.

7 – INVESTIMENTOS E EXPORTAÇÕES

O maior processo de internacionalização da estrutura produtiva também pode ser observada em relação ao comércio exterior. Nos últimos quinze anos, nossa abertura comercial esteve concentrada nas exportações. Em geral, o esforço exportador foi mais intenso e motivado pelos períodos de retração da demanda doméstica. Maiores vendas externas atuavam como um fator parcial de compensação da redução das vendas internas, perdendo força diante de uma recuperação de demanda doméstica.

Dois fatores conferiam maior atratividade ao mercado interno brasileiro: i) suas dimensões continentais, que favoreciam um elevado volume de vendas; e ii) a lucratividade de um mercado protegido e oligopolizado. Portanto, a atuação das empresas industriais operou para tornar o mercado interno o espaço privilegiado de acumulação do capital [Sarti, 1994]. Até porque, independentemente do destino da produção e, por vezes, da própria rentabilidade (custos) gerada na esfera de produção e de comercialização, as elevadas taxas internas de juros permitiam retornos financeiros elevados.

Os setores tradicionais foco principal do trabalho tem vantagens competitivas baseados fundamentalmente em fatores locacionais (disponibilidade e proximidade de recursos naturais e matérias-primas) e em escalas de produção, como o setor primário (destacando a extração mineral) e as exportações de commodities.

Inicialmente, a atuação no mercado interno, ao permitir elevada rentabilidade operacional e significativa economia de escala de produção, facilita a inserção internacional por meio da prática

do mix de preços, ou seja, preços (margens de lucro) domésticos maiores do que os de exportação (Sarti, 1994; Moreira e Correa, 1996).

Atualmente, de acordo com o Ministro Roberto Rodrigues, (Agricultura, Pecuária e Abastecimento), a costura de acordos com países como a China e o Japão para garantir, e com a aprovação do projeto das parcerias Público-Privadas (PPP), espera-se, que haja investimentos desses países num dos mais graves gargalos para o desenvolvimento brasileiro: a infra-estrutura. O pagamento seria realizado através de exportações de produtos agrícolas. “Nos próximos anos, a China terá o maior êxodo rural da história universal. Serão 350 milhões de chineses que deixarão o campo rumo às cidades, aumentando fortemente a demanda por alimentos”. (Conjuntura Econômica, dezembro 2004).

Segundo o Ministro o desempenho excepcional do agronegócio ocorrerá ainda em 2005, mesmo ocorrendo uma redução de preços dos grãos: soja, milho, arroz e algodão. Os preços do açúcar, café, suco de laranja terão melhorias. Enquanto as carnes, embora o sinal não seja de redução ou aumento de preços, há um claro sinal de aumento de demanda e redução de custos internos em razão dos grãos com menores preços.

Os fatos positivos para 2005 estão relacionados com a melhoria no preço do café, o açúcar terá uma posição positiva, aumentará as exportações de etanol, as carnes aumentarão as vendas com a abertura de mercado para a China e espera-se uma melhoria significativa com a Rússia aguardando a reabertura daquele mercado.

É provável em 2005 uma redução do preço unitário médio das commodities agrícolas, mas uma melhoria no volume final de exportações, em dólares, em razão de melhores preços de alguns produtos e pelo aumento no volume de exportações de outros produtos de preço menor.

O investimento do setor depende em quase sua totalidade do investimento interno e por isso queda de renda preocupa, pois são esperados diminuição na quantidade produzida de soja, milho e algodão, durante o ano de 2005.

A diminuição da renda com exportação, em princípio apresenta dois tipos de problemas. Segundo o Ministro, o aumento do endividamento do setor refletirá na produção das próximas safras, diante da capacidade e fragilidade dos produtores. E a segunda questão é que a descapitalização no campo implica redução de padrão tecnológico, o que poderá reduzir a produtividade agrícola no futuro. O início de crise pode chegar à cadeia produtiva, reduzindo a demanda por insumos, fertilizantes e defensivos agrícolas, afetando o padrão tecnológico e consequentemente toda a cadeia produtiva.

Mas existem programas que fazem do Brasil um grande exportador da produção de origem agrícola primário, o Prodecop (Programa de apoio as cooperativas), segundo o Ministro, existe uma lógica comercial através das cooperativas, que além de agregar valor, dá mais poder de barganha aos volumes negociados. Existe ainda o programa Moderinfra para cooperativas e produtores individuais. O segundo ponto é a promoção comercial. É muito mais da área privada, mas o governo ajuda com ações junto a embaixadas e feiras internacionais.

O Brasil pretende ampliar suas exportações agregando valor, a análise da carne é bem específico. Ao invés de vender soja, o país pretende vender soja embutida no frango, suíno. O Brasil já é o terceiro maior exportador de leite condensado. Porque o leite, açúcar e a latinha tem preços competitivos com padrões internacionais. Mas tudo isso não é simples. Não basta agregar valor aqui. É preciso ter o mercado. E essa é a grande disputa.

Examinemos o caso do café. O Brasil é o maior exportador mundial de café verde e tem menos de 1% do mercado mundial de café torrado e moído. Enquanto a Alemanha, que não planta café, tem mais de 20% do mercado mundial.

O Brasil está mudando visando a inserção internacional através das exportações, e está investindo em questões que envolvem barreiras sanitárias, ambientais e até sociais, que estão substituindo barreiras tradicionais, tais como: tarifas, cotas e outros mecanismos que dificultam exportações. Em 2004, o governo contratou 200 técnicos de nível superior e 450 técnicos de nível médio procurando melhorar o processo de fiscalização, e está dobrando o orçamento que refere-se a defesa sanitária para algo em torno de R\$ 150 milhões. Está convocando a iniciativa privada na parceria por ser a principal interessada no processo. Está estudando novos modelos de fiscalização tais como o de rastreabilidade, que é o certificado de origem para que o importador conheça, exatamente, de onde vem o produto, como ele foi obtido, ou que condições foi produzido, podendo escolher produtos orgânicos, transgênicos e convencionais.

É, esse tipo de investimento, que vem mantendo o desempenho do setor, não é o investimento direto estrangeiro (IDE), concentrado em empresas, este, investimento envolve uma quantidade enorme de produtores em áreas continentais se comparando aos países da União Européia.

O investimento direto estrangeiro (IDE), sempre terá dificuldades para crescimento rápido no setor. O Brasil tem atualmente 62 milhões de hectares cultivados. E mais 200 milhões de áreas de pastagens. Os dados disponíveis atualmente no governo, são de que o progresso tecnológico da pecuária de corte no país foi tão extraordinário nos últimos anos que, estima-se nos próximos 15 a 20 anos, 30 milhões de hectares, hoje ocupados por pastagens, serão desnecessários. Serão cedidos para a agricultura.

O Brasil demorou 500 anos para cultivar 62 milhões de hectares. E tudo leva a concluir que em apenas 15 anos, a área agrícola tenha mais 30 milhões de hectares, 50% a mais do que existe hoje.

E o mais surpreendente é que vai acontecer, onde o preço da terra tem valor mais elevado – São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Goiás. Segundo os estudos do

Ministério, é nessa área que acontecerá o crescimento da agricultura brasileira, crescendo também em valor agregado mencionado anteriormente. O Ministério também afirma que a agricultura brasileira crescerá nas áreas de pastagens pressionando em menor escala as áreas florestais da Amazônia, preocupação atual do Ministério do Meio Ambiente.

O aumento das exportações, continua sendo realizado em base na exportação dos produtos do agronegócio. Houve uma coincidência entre o aumento do volume exportado e a alta das *commodities* “ mas os preços atuais não deverão se sustentar no patamar atual. É preciso diversificar, não podemos concentrar toda a exportação em quatro ou cinco produtos”, afirma [Rubens Barbosa, Conjuntura Econômica, 2004] . Já o Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues, preocupa-se com a safra estimada em 2005 de 130 milhões de toneladas e com capacidade de armazenamento de 90 milhões de toneladas, apresente ainda as dificuldades com a logística, paralisada há aproximadamente 10 anos, principalmente em ferrovias, rodovias e portos. Onde o governo mais investiu através da Moderinfra foi em armazenagem nas fazendas, saindo de 5% para 10%. Comparando-se aos Estados Unidos em torno de 40% é algo surpreendente admite o Ministro.

Entre 1990 a 2004, O Brasil continua a exportar *commodities*, enquanto as exportações mundiais de carne de frango aumentaram 6,8%, os do Brasil cresceram 13,1 % no período, as exportações de algodão 11,7% em comparação com o índice mundial de 0,5%, as exportações de açúcar também registraram crescimento expressivo: 17,7% no Brasil e apenas 2,9% no mundo, segundo dados do Icone.

QUADRO 4
O DINAMISMO DA AGRICULTURA - 2003

	PRODUÇÃO*		EXPORTAÇÃO**	
	PARTICIPAÇÃO NO MERCADO MUNDIAL	COLOCAÇÃO	PARTICIPAÇÃO NO MERCADO MUNDIAL	COLOCAÇÃO
CAFÉ	31	1º	29	1º
SUCO DE LARANJA	47	1º	82	1º
AÇÚCAR	16	1º	29	1º
SOJA	30	2º	38	1º
FARELO DE SOJA	18	2º	34	2º
ÓLEO DE SOJA	19	2º	28	2º
CAFÉ SOLÚVEL	n. d.	n. d.	44	1º
FRANGO	14	3º	29	2º
CARNE	16	2º	20	3º -> 1º **

Fontes: URS/USDA/ICONE

* Dados de 2003. ** Este ano passa para o 1º lugar. n.d. = não disponível.

Existe uma concentração muito elevada, o Brasil exporta poucos produtos. “ se tirarmos o complexo soja, minério de ferro, aço, produtos agrícolas em geral, o que sobra são automóveis, autopeças, químicos, telefone celular. Somando-se isso tudo, temos 90% da exportação brasileira. Há uma grande concentração por empresas e por produto. Isso já está identificado. É preciso estimular investimentos estrangeiros no Brasil, pois eles tiveram um efeito importante na exportação brasileira” diz Rubens Barbosa.

8- A ESTRATÉGIA DO BRASIL PARA ATRAIR INVESTIMENTOS

O investimento é uma expressão econômica da confiança no futuro. Avaliação, percepção e sentimento de segurança levam o indivíduo e empresa a investirem no país. Segundo o Ministro é o que está acontecendo no Brasil. O ano de 2004 terminou com a consolidação das pré-condições para o crescimento sustentado da economia.

As exportações continuaram em expansão acima de 30% e as importações seguem em caminho semelhante, mas em patamar bastante inferior.

A inflação está sobre controle, o país respira um momento de estabilidade monetária, as contas externas registrando superávit, revelando a importância estratégica das exportações para o equilíbrio da balanço de pagamentos e redução da vulnerabilidade externa do país.

Em relação aos investimentos, o governo criou as condições macroeconômicas necessárias para que o país volte a ter um crescimento do investimento direto estrangeiro (IDE) . Em 2003, o volume mundial de investimento – US\$ 653 bilhões -, menos da metade do movimento de 2000, o Brasil recebeu US\$ 10,1 bilhões em IDE.

O Brasil é o segundo maior destino de IDE entre mercados emergentes, ultrapassado apenas pela China. Nos últimos cinco anos, mais de US\$ 130 bilhões foram investidos no Brasil, o que representa 40% de todo IDE direcionado para a América do Sul, no período.

É fato que o fluxo de IDE para o país caiu seguidamente desde 2000, passando de US\$ 33 bilhões naquele ano para os US\$ 10,1 bilhões em 2003, uma queda de 70%. Contudo, há que se ressaltar que em 2000 existiam as privatizações e um grande número de fusões e aquisições que atraíram fortemente o IDE para o país, além dos fatores externos como a queda das bolsas internacionais e o “ 11 de setembro”.

Do volume mundial, alguns países em desenvolvimento concorrem com o Brasil na atração de IDE, Como China. México e Índia, bem como os países do Leste Europeu, agora com vantagem adicional do ingresso na União Européia das principais economias da região.

O cenário descrito apenas reforça o entendimento de que o IDE deverá ser mais seletivo e mais escasso em termos relativos nos próximos anos , levando os países em desenvolvimento à adoção de políticas específicas de atração de investimentos estrangeiros.

O Brasil, inserido nesse contexto, também se adapta a essas novas condições por meio de adoção de políticas de atração de IDE. De acordo com sua afirmação, a composição internacional

sinaliza para construção de uma estratégia de inserção externa da economia brasileira para se contrapor à forte tendência de disputa de IDE pelos países em desenvolvimento.

Nesse sentido, o Brasil continua aberto para a alocação de IDE direcionado para expansão de mercado e para as exportações com o objetivo de aplicação no desenvolvimento regional, ou seja, associar investimento estrangeiro ao esforço de seu desenvolvimento sustentado e exportador, criando plataformas de excelências produtivas para os mercados doméstico e internacional.

O governo está construindo uma política de atração de investimento externo (IDE) dando condições para desenvolver as empresas instaladas, atualizando tecnologicamente, tornando-as capazes no que se refere à inovação, ampliando sua competitividade.

QUADRO 5

ANÚNCIOS DE INTENÇÕES DE INVESTIMENTOS POR SETORES NO BNDES

SETORES	2003 US\$ MILHÕES	2004 US\$ MILHÕES	PARTICIPAÇÃO (%)	2003/2004 (%)
Mineração	6.495	11.401	34,5	140,8
Aço	764	5.720	17,3	648,7
Transporte	232	3.334	10,1	133,7
Mecânica/Metalurgia	1.036	3.195	9,7	208,4
Eletroeletrônico	75	2.275	6,9	2.933,3
Telecomunicações	863	2.078	6,3	140,8
Infra-estrutura	12.941	1.484	4,5	-88,5
Químicos	457	804	2,4	75,9
Petroquímica	247	750	2,3	203,6
Outros	3.805	1.975	6,0	-52
Total	26.915	33.016	100,0	22,7

Fontes: BNDES e MDIC

O ambiente interno para o setor privado também é favorável, pois as intenções de investimentos publicados por empresas para 2004, alcançaram US\$ 33 bilhões, um crescimento de 22,7%. O quadro apresentado anteriormente apresenta as intenções de investimentos por segmento.

A Política Industrial, Tecnologia e de Comércio Exterior orienta-se para consolidar um quadro favorável a investimentos, à inovação tecnológica e às exportações. Ela é focada no aumento da eficiência da estrutura produtiva, aumento da capacidade de inovação e expansão das exportações. Essa é a base afinal que o governo acredita para uma inserção maior do país no comércio internacional, onde acredita ainda estar estimulando os setores em que o Brasil tem maior capacidade ou necessidade de desenvolver vantagens competitivas, abrindo caminhos para a inserção dos setores mais dinâmicos nos fluxos de troca internacionais.

Comparando-se com queda do investimento direto estrangeiro (IDE) nos dois últimos anos, e o excepcional desempenho da balança comercial através das *commodities*, demonstrando a pujança do setor primário, o superávit histórico no balanço de pagamentos, demonstra-se mais uma vez a dissociação entre investimentos direto estrangeiro (IDE) e exportações e em particular no setor primário, que será complementado no próximo capítulo.

Capítulo III – Investimentos Diretos Estrangeiros e exportações no setor Primário da Economia Brasileira: Fatores de Atração e Efeitos.

1 – Introdução

As evidências empíricas tratadas no capítulo anterior, demonstram que o Brasil se destaca em atrair investimentos diretos estrangeiros para a América Latina. Outros setores, e não o primário, são os principais receptores.

Este capítulo explora esse resultado, verificando as razões para o fluxo do IDE, e comparando os resultados de exportações e IDE, onde é demonstrado que o setor que recebeu menos IDE, é o que mais cresceu proporcionalmente nas exportações no período 2001 a 2004.

O setor primário de exportações da economia brasileira, cresceu a taxas elevadas no período 2001 a 2004, embora não se destaque em atrair investimentos direto estrangeiros, o que revela uma não correlação entre IDE e Exportações Agrícolas, esta questão será estudado mais detalhadamente no capítulo. Procurando avaliar o impacto de investimentos direto estrangeiras, mostraremos variações no nível de investimento nacional, focando questões como concentração de capitais e exportações em sua forma mais ampla. Para esse fim, utilizaremos como dados principais fontes da SECEX, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Banco Central do Brasil e IBGE.

O Brasil abre perspectiva com a soja na OMC, pois conseguiu um importante avanço ao conseguir contestar subsídios agrícolas no âmbito do acordo de subsídios da OMC. Conseguiu provar que subsídios declarados como não distorcivos ao comércio na verdade eram o contrário deixou claro que políticas de subsídios enquadrados como de apoio interno têm efeito direto nas exportações. O resultado do contencioso representou um marco na questão do comércio internacional agrícola.

O resultado final do contencioso abre amplo leque de oportunidades. A primeira, e certamente a principal, será implementar a decisão do painel de arbitragem, isto é, acompanhar as alterações na política norte americana que eliminam os aspectos negativos na produção brasileira, conforme determinou a decisão da OMC.

As regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) contemplam contestar também ameaças de dano. É dentro dessa ótica que o caso da soja precisa ser analisado.

Será objetivo principal da análise, verificar o comportamento das exportações e do investimento direto estrangeiro do Setor primário da economia brasileira, a capacidade de encontrar novos mercados para exportação, sem a reciprocidade de investimento direto estrangeiro. A investigação dos aspectos citados estão respaldados pelos dados recebidos da SECEX – MDIC, IBGE e do Banco Central do Brasil disponível no início de maio de 2005.

Dentre outros autores, destacados em casos gerais e específicos na atração de IDE, é possível verificar como proposto por North (1994), a importância do ambiente institucional em não apenas definir o destino dos investimentos direto estrangeiros. Isso possibilita o entendimento, da importância do Brasil, dentro da América Latina, em atrair investimentos direto estrangeiros. Destaca-se também, a decisão de entrada a maneira como ocorre, os efeitos dessa estratégia tanto no país de origem quanto no país hospedeiro, como tratado por Dunning (1995), com a estrutura OLI.

O capítulo pretende ainda chamar a atenção para a oportunidade de IDE, fazendo referência especial, a investimentos que já estão acontecendo mesmo em escala bastante singela para a dimensão do setor. De acordo com o economista e professor Ignacy Sachs “ a área para mim onde existem as maiores possibilidades para iniciar um novo ciclo de desenvolvimento é o meio rural, onde se tem a maior biodiversidade do mundo, a maior floresta nativa em pé, a maior reserva de terras agriculturáveis, ecossistemas diversificados e amenos, e boa oferta de recursos hídricos”.

O professor afirma, que investir na área rural é um dos três pontos da estratégia de desenvolvimento. O segundo ponto seria direcionar recursos para setores com capacidade de

modernizar a economia, por exemplo. “ mas temos que entender que esse núcleo modernizador não vai gerar número suficiente de empregos. Novas oportunidades de empregos decentes”, formais em grande número, viriam por expansão de obras públicas, com investimentos em educação, saúde e saneamento.

Mantendo o foco do trabalho, sobre o investimento estrangeiro e exportações, vamos tomar mais uma vez seus ensinamentos. O Brasil, pode explorar “ o meio Rural” para gerar mais empregos e tornar-se uma sociedade mais justa.

O desempenho excepcional do setor estão nas próximas seções do capítulo.

2 – Estratégias na atração de investimento direto estrangeiro (IDE)

Analisando estratégias de políticas econômicas adotadas por vários países, indicam que estes estão intensificando suas ações no sentido de atrair e se beneficiar dos fluxos de IDE voltados para as exportações. A competição na busca da atratividade desses fluxos de investimento tem intensificado a articulação dessas estratégias com uma visão de desenvolvimento econômico.

A estratégia eficaz está no conhecimento dos potenciais e das fraquezas de uma região e no conhecimento das estratégias empresariais relacionadas às escolhas dos locais nos quais serão instaladas plantas produtivas. Mas, existem fatores que orientam a atração de investimentos estrangeiros para as exportações.

Dentre os fatores considerados para a localização das transacionais destacam-se, desde a análise dos padrões de comércio e de industrialização existentes domesticamente, como as consultas com os investidores já presentes no país. Um elemento central na atração de investimento estrangeiro, é assegurar melhor acesso aos mercados dos países desenvolvidos de bens e serviços produzidos nos países em desenvolvimento (UNCTAD, 2002).

É necessária adoção de medidas de estímulos conjugados a esforços com dotações tecnológicas e de capacitação de determinadas regiões, promovendo vínculos entre as exportações das filiais das empresas transnacionais e fornecedores domésticos.

Essa vinculação, aplicada com êxito, é uma condição necessária para assegurar que os fluxos de IDE orientados para as exportações resultem em melhora do padrão da inserção externa dos países.

Uma análise dos benefícios concedidos pelos diferentes países apontam para duas direções distintas. Um primeiro enfoque se dá nos fatores de competitividade sistêmica, o que inclui políticas regulatórias favoráveis, concessão de benefícios fiscais, taxas de juros mais baixas e facilidade de financiamento.

Tomando, como exemplo “a disputa para instalação da indústria de semicondutores uma análise de países selecionados aponta para a concessão de incentivos e facilidades para a sofisticada operação e logística desse tipo de produção e fornecimento”. (Ver tabela 8)

Existe um conjunto de incentivos de grande relevância que requer prazo de maturação. Especificamente da capacitação tecnológica, fomento da P&D, em conjunto institutos de pesquisa e universidades junto com as empresas.

Segundo Lacerda (2002:57), “exercem papel relevante aspectos de ordem fiscal e tributária, financeira, aduaneira, capacitação tecnológica e infra-estrutura. Adicionalmente a questão do acesso ao mercado e o poder de compra do Estado, como indutor de atividades, também são fatores relevantes ¹⁵.”

¹⁵ Como destaca Sicsu (2002, p.39), a questão dos procedimentos alfandegários bem como os regimes aduaneiros especiais são aspectos relacionados como importantes nas sondagens realizadas pelo MDIC junto a investidores potenciais.

TABELA 8

INCENTIVOS PARA INDÚSTRIA DE SEMICONDUTORES = PAÍSES SELECIONADOS

INCENTIVOS	ESTADOS UNIDOS (OREGON)	REINO UNIDO	ALEMANHA	CORRÉIA	CINGAPURA	MALÁSIA	FILIPINAS
Créditos, isenções IRPJ	X	X	X	X	X	X	X
Abatimento imposto prediais	X	X		X			
Isenção imposto de vendas							
Empréstimos e garantias	X		X	X	*		
Juros Subsidiados			X		**		
Investimentos em ações			X		X	X	
Doações em dinheiro		X	X		X		X
Outros Tipos de doações		X	X	X	X	^x	
Dispensa exigência reg.		X	X				
Fornecimento energia e água							
Apoio finsn. Desenv. Tecnológico		X	X	X	X	^x	X
Apoio financ. Rec. e treinamento		X	X	X	X	X	x

* Banco de Desenvolvimento de Cingapura

** Juros descontados na fonte

Fonte: (Globalização e investimento – 2004), com dados do IDC, apud SICSU, 2002, p.37.

3 - Fatores de atração de investimentos direto estrangeiro (IDE) no Brasil

Identificar fatores que determinam o fluxo de IDE para a economia brasileira a partir da segunda metade dos anos noventa, é uma atividade complexa, motivado pela profundidade das transformações na economia brasileira e na economia mundial no período. Fatores específicos influenciaram decisões de investidores estrangeiros nos diversos setores, mas as dimensões e o dinamismo do mercado local poderão ter sido os fatores de atração mais gerais.

Conforme argumentado, em outros trabalhos (Laplane e Sarti, 1997 e 1999) apoia-se em fortes evidências diretas e indiretas, sobre a proposição anterior. Em *Survey* realizado em 1996

junto a 27 investidores estrangeiros, o fator “ crescimento do mercado interno “ foi apontado como determinante mais importante das divisões de investimento, tanto pelas empresas já instaladas no Brasil, como principalmente, pelos *newcomers*. Destaque-se que as empresas estudadas naquela ocasião eram exclusivamente empresas da indústria de transformação. A lógica indica que a importância do mercado interno como fator de atração deve ser igual ou maior ainda para os investidores nos setores de serviços. Cujas participação no fluxo total tem sido cada vez mais significativa conforme visto no capítulo II. Isso significa dizer, que a própria composição setorial do IDE sublinha a importância do mercado interno como fator de atração preponderante.

3.1 – AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: UMA OPORTUNIDADE DE INVESTIMENTO

Moderno, eficiente e competitivo, o agronegócio brasileiro é uma atividade próspera e rentável. Com um clima diversificado, chuvas regulares, energia solar abundante, 13% de toda a água doce disponível no planeta, o Brasil tem 988 milhões de hectares de terra agricultáveis férteis e de alta produtividade, dos quais 90 milhões ainda não exploradas. Esses fatores fazem do país um lugar de vocação natural para a agricultura com todos os negócios relacionados à suas cadeias produtivas. O agronegócio é hoje a locomotiva brasileira e responde por um em cada três reais gerado, a informação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O agronegócio é responsável por 33% do Produto Interno Bruto (PIB) e 37% dos empregos brasileiros. O PIB agropecuário está com uma média de crescimento de 4,67% ao ano.

Nos últimos anos, poucos países tiveram um crescimento tão expressivo no comércio internacional quanto o Brasil. Os números comprovam, o país em dez anos dobrou as exportações e cresceu em 100% o saldo comercial. Esses resultados afirma o que diz a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), o país será o maior produtor mundial de alimentos na próxima década.

O Brasil é um dos líderes mundiais na produção e exportação de vários produtos agropecuário. É o primeiro produtor e exportador de café, açúcar, álcool e suco de laranja. Além disso, lidera o ranking das vendas externas de soja, carne bovina, carne suína, tabaco, couro e calçados de couro. As projeções indicam que o país também será em pouco tempo o principal polo mundial de produção de algodão e biocombustíveis, derivados da cana-de-açúcar e óleos vegetais, milho, arroz, frutas frescas, cacau, castanha, carne de suínos e pescados, são destaques no agronegócio brasileiro, que empregam 17,7 milhões de trabalhadores somente no campo.

A modernização é a responsável pelo bom desempenho das exportações do setor e a oferta crescente de emprego, não podem ser atribuídos apenas a vocação agropecuária o desenvolvimento científico-tecnológico e a modernização da atividade rural vem por intermédio de pesquisas e da expansão da indústria de máquinas e equipamentos contribuíram igualmente para transformar o país em um grande exportador mundial do agronegócio. A adoção de programas de sanidade animal e vegetal ajudou a produção de alimentos saudáveis e o país alcançar essa respeitável condição no comércio internacional.

É evidente, entretanto, que o clima privilegiado, o solo fértil, a disponibilidade de fatores, inigualável biodiversidade, além de mão-de-obra qualificada dão ao Brasil um potencial singular para o desenvolvimento da agropecuária e de todas as demais atividades relacionadas ao agronegócio.

Visando fortalecer essas vantagens competitivas, tornando o agronegócio um investimento mais atrativo, o governo tem modernizado a Política Agrícola. A espinha dorsal do processo é o seguro rural. Indispensável à garantia de renda do produtor, essencial à geração de empregos no campo, ao avanço tecnológico e à efetiva participação do setor de mercado de capitais. Outros modernos instrumentos de Política Agrícola, como o Fundo de Investimento do Agronegócio (FIA), O Certificado de Depósito Agropecuário e o Warrant Agro tem sido desenvolvidos e aperfeiçoados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Com isso, o governo busca atrair parte

do patrimônio de mais de US\$ 165 bilhões de investimentos ao financiamento das atividades agropecuárias para impulsionar o setor por meio de crédito rural.

O governo acaba de modernizar os contratos de opção de venda, trazendo-o para dentro das políticas públicas do setor. Dessa forma, aumenta o grau de alavancagem dos recursos públicos aplicados na agropecuária e garante liberdade ao setor privado. Essas mudanças certamente impulsionarão o agronegócio responsável em grande parte pelo superávit da balança comercial nos últimos anos.

Com uma população superior a 170 milhões, o Brasil tem um dos maiores mercados consumidores do mundo. Hoje, cerca de 80% da produção brasileira de alimentos é consumida internamente e apenas 20% são embarcados para mais de 209 países, o Brasil exportou mais de 1.800 diferentes produtos para mercados estrangeiros importadores tradicionais, como Europa, Estados Unidos e os países do MERCOSUL, O Brasil tem ampliado suas exportações para mercados da Ásia, Oriente Médio e África..

Os números são excepcionais, o governo acredita que com a produtividade alcançada com pecuária, dos 220 milhões de hectares hoje ocupado com pastagens, 30% poderão ser incorporados a produção agrícola.

O agronegócio movimentou US\$ 39 bilhões em exportações em 2004, com crescimento de 27,3% sobre 2003. Segundo dados do Ministério da Agricultura, as vendas externas do setor equivalem a 40,4 % das exportações brasileiras, que representam 96,4 bilhões de dólares em 2004. As importações do setor foram de 4,8 bilhões de dólares, acréscimo de 1,9% em relação a 2003. O superávit do agronegócio foi de 32,1% maior do que o ano de 2003.

TABELA 9

Investimentos Diretos
Distribuição por Atividade Econômica de Aplicação dos Recursos nos setores Primário,
Industrial e de Serviços em US\$ milhões

Estoque

Atividade Econômica	1995	2000
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	924,99	2.401,08
Indústria	27.907,09	34.725,62
Serviços	12.863,54	65.887,81
Total	41.695,62	103.014,51

Nota: Dados de Censo de Capitais Estrangeiros (datas-base 1995 e 2000). Conversões pela cotação do último dia útil do respectivo período. Segundo a atividade econômica principal.

Fonte : Banco Central do Brasil

TABELA 10

Investimentos Diretos
Distribuição por Atividade Econômica de Aplicação dos Recursos nos setores Primário,
Industrial e de Serviços em US\$ milhões

INGRESSOS

Atividade Econômica	2001	2002	2003	2004
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	1.493,55	637,86	1.487,01	1.072,82
Indústria	7.000,98	7.555,30	4.506,02	10.707,82
Serviços	12.547,17	10.585,15	6.909,37	8.484,70
Total	21.041,70	18.778,30	12.902,41	20.265,34

Notas: Ingressos de investimentos e conversões de empréstimos e financiamentos em investimento direto. Conversões em dólares às paridades históricas.

Fonte : Banco Central do Brasil

Argumenta-se ainda, a favor da mesma proposição, que a retomada do IDE foi precedida pela recuperação do mercado interno depois da instabilidade dos anos oitenta e da profunda recessão do início dos anos noventa. O aumento do IDE no biênio 1998/99, tem dois motivos, a tomada de divisão antes da crise da Rússia e do próprio Brasil em primeiro lugar e em segundo, oportunidade

de adquirir ativos na economia brasileira, tanto em função da privatização como em função da desvalorização cambial de janeiro de 1999.

Embora, o mercado interno tenha sido o principal fator de atração de IDE, sua importância não foi necessariamente uniforme para todos os investidores.

Faz-se necessário também perguntar quais os fatores que determinam que o mercado interno fosse receptor de IDE e não apenas de importações. De outra forma, quais os fatores que determinam que o IDE tenha sido um vetor importante da internacionalização do mercado brasileiro, considerando que no mesmo período houve um processo de abertura comercial sem precedentes.

Em investimentos em atividades *non tradeables* (a maior parte do serviço), onde concentrou-se fortemente o IDE é a forma viável de acesso ao mercado doméstico. Outras opções também podem ser enquadradas nas estratégias *Asset seeking* , no sentido de que procuram aproveitar-se da posição de mercado da firma adquirida e de outros ativos intangíveis.

Já, nas atividades *tradeables* (a maior parte da indústria de transformação) é preciso identificar as “ vantagens de localização” relevantes.

3.2 - Proximidade ao mercado como determinante da competitividade

A proximidade ao mercado torna-se uma “ vantagem de localização” quando os custos de logística são significativos, da mesma forma como nos casos onde o tempo e a flexibilidade de resposta às variações de demanda são requisitos para a competitividade. As “vantagens de localização” associadas aos custos de transporte são significativos para os setores, químico, alimentos e bebidas e minerais não metálicos. Para o setor automobilístico, as “ vantagens de localização” são menos importantes para as montadoras, mas quando decidiram investir no Brasil,

atraíram alguns dos fornecedores de conjuntos e autopeças para locais próximos das novas plantas (*follow somsing*).

3.3 – Existência de “ Custos irrecuperáveis” (*Sunk costs*)

Instalações produtivas no país, já existentes, resultado de IDE realizado no passado, representa um “ custo irrecuperável” podendo constituir também uma “ vantagem de localização” importante. Neste caso, trata-se, de um fator de atração de novos investimentos por parte das ET que já estão presentes no mercado local (Bielschowsky, 1992).

3.4– Oferta local de ativos estratégicos

A oferta de ativos (instalações produtivas, marcas, redes de distribuição e de fornecedores), a preços convenientes, pode também representar um estímulo para a efetivação de IDE. A aquisição, pode interessar a empresas que pretendem ingressar no mercado interno pela primeira vez, particularmente aquelas que irão enfrentar concorrentes já estabelecidos que desta forma contam com “ vantagens de localização”. É possível interessar às empresas já estabelecidas que buscam ampliar sua participação ou diversificar sua atuação no mercado local. A aquisição de ativos estratégicos , sobretudo a participação e poder de mercado (*Market Share*) da firma adquirida são uma forma de reduzir (no caso das entrantes) ou de ampliar (no caso das atuantes) as barreiras à entrada associadas às economias de escala, diferenciação de produto e vantagens absolutas de custo.

A elevada participação das fusões e aquisições no IDE no período sugere que a oferta de ativos na economia brasileira representou um fator importante de atração.

3.5– Políticas de atração de investimento direto estrangeiro (IDE)

Segundo, Oman (1999) existem duas modalidades de concorrência entre governos para atrair IDE: a primeira consiste no estabelecimento de normas e orientação da política económica que tornam os países mais atraentes para os investidores estrangeiros e a Segunda consiste na concessão de benefícios de forma direta (incentivos fiscais e/ou financeiros) ou indireta (infraestrutura), por exemplo para as empresas estrangeiras. A primeira é denominada “ concorrência via regras” (*rules-based competition*) e a segunda “ concorrência via incentivos” (*incentives- based competition*) . Ambas modalidades procuram a criação de “ vantagens de localização” para os investidores estrangeiros. Houve ao longo dos anos noventa, no Brasil, mudanças importantes na regulação das atividades dos investimentos estrangeiros e das ET's . É fato, que não foram criados incentivos fiscais específicos para as ET's, mas estas foram, na prática , as principais beneficiárias de alguns dos incentivos concedidos no âmbito federal, estadual e municipal para atividades, setores e/ou projetos específicos de investimento.

Os incentivos fiscais, concedidos pelos governos estaduais e municipais, foram o principal investimento da concorrência, para atrair investimentos industriais. Assim, a avaliação do papel dos incentivos está intimamente relacionado com o tema da concorrência entre governos para a atração do IDE através de políticas. No plano doméstico este tema está ligado à “ guerra fiscal” entre os governos, estaduais brasileiros (Cavalcanti & Prado, 1998). Já em relação ao plano internacional está associado ao problema dos eventuais “ desvios de investimentos” entre os países do MERCOSUL (Motta Veiga & Iglesias, 1997; Chudnovsky & López, 1999).

4 – Estratégias e Modalidades de Operação das ET e a influência do Mercosul

A análise das estratégias e dos modos de operações das ET no Brasil (*el boom de inversion extranjera directa en el Mercosur: 164*) realizada a partir de referência conceitual proposta em Dunning (1998 a 1994) e a adaptada por Chudnovksy (1999). Este referencial propõe uma tipologia para descrição e análise das formas de IDE, de acordo com a motivação associada à sua realização, para classificar as formas de operações das ET. Segundo essa tipologia, existem basicamente quatro grandes tipos de motivação para investimentos: *Resource Seeking*, *Market Seeking*, *Efficiency Seeking* e *Strategic Asset Seeking*, sendo os dois primeiros em geral relacionados a investimentos iniciais, e os dois últimos relacionadas aos investimentos sequenciais realizados por empresas estrangeiras já estabelecidas.

Classificados como *Resource Seeking* , são os investimentos que têm como objetivo explorar recursos naturais ou a mão-de-obra pouco qualificada do país de destino, de modo a se aproveitar de custo de insumos menores do que os que poderiam ser obtidos no país de origem. A explicação para esse tipo de investimento segue o modelo neoclássico de dotação de fatores, porém admite a mobilidade do capital entre os países. Em geral, os investimentos do tipo *Resource Seeking*, ocorrem em setores com altas economias de escala e/ou intensivos em recursos naturais e mão-de-obra.

Os investimentos classificados como *Market Seeking*, são os que buscam em primeiro lugar explorar o mercado doméstico dos países receptores. Em geral essas decisões de investimento são determinadas pelo tamanho e pela taxa de crescimento do mercado do país de destino e pela existência de barreiras tarifárias e não tarifárias para a proteção do mercado local. São também importantes, os custos de transporte e a necessidade de conhecimento das características do mercado, da cultura e das preferências locais também estimulam esse tipo de investimento.

Efficiency Seeking, são investimentos que buscam racionalizar uma estrutura de recursos estabelecida com base em investimentos *Market Seeking*, de maneira a aproveitar

economias de escala e escopo possibilitados pela gestão unificada de atividades produtivas geograficamente dispersas. Existem dois tipos principais de investimentos *Efficiency Seeking*. O primeiro relaciona-se à possibilidade de se beneficiar das diferenças na disponibilidade a custo de fatores em fases diferentes, e portanto está relacionada à distribuição das atividades entre esses mesmos países. Já no segundo tipo, em geral acontece em países com economias semelhantes e busca tomar vantagens das economias de escopo e do padrão de preferências dos consumidores, resultando em replicação de estruturas horizontais em países diferentes.

Os investimentos do tipo *Strategic Asset Seeking*, tem como objetivo principal adquirir ativos que possam alavancar suas capacitações competitivas e auxiliar na perseguição de seus objetivos estratégicos em mercados globais e regionais. São considerados ativos estratégicos desde, capacidades de inovação e estruturas organizacionais, até acessos a canais de distribuição e conhecimento de mercado. Na maioria das vezes, esse tipo de investimento está associado à crescente onda de fusões, e aquisições e *joint-ventures* ocorridas entre as grandes empresas globais.

Essa tipologia fornece pistas importantes sobre as mudanças que vem ocorrendo nas formas de atuação das ET. A liberalização das políticas de comércio e investimento, combinada com o progresso das tecnologias de informação tem facilitado às ET o acesso a mercados externos, de maneira que a escolha da modalidade pela qual as ET buscam servir a esses mercados e organizar a produção é muito mais livre. Dessa forma, também o aproveitamento das vantagens locacionais dos países, sejam elas naturais ou construídas, também passam a ser mais fáceis e importante para a luta concorrencial das ET.

Em um contexto onde, em nível global, as ET buscam reorganizar suas operações e, no Brasil, o ambiente mais aberto permite que filiais aqui instaladas possam ser integradas a essa reorganização global, torna-se fundamental tentar analisar as estratégias implementadas e as modalidades de operações das filiais Brasileiras. Diante de dificuldades metodológicas, em analisar, identificação de estratégias e formas de integração, os perseguidores optaram, por analisar os dados

de comércio, para os quais existem dados relativamente detalhados e consolidados, e a partir desses levantar elementos sobre as formas de atuação e as estratégias das ET.

5 – Investimento Direto Estrangeiro – IDE – Após a rodada Uruguai, o GATT 1994, a criação e as vitórias na OMC e seus reflexos positivos nas exportações do Brasil.

O oitavo Acordo Geral sobre Tarifas e Comercio – GATT 1994 –abrangendo não só o comércio de bens, mas também outras áreas não cobertas pelos sete acordos anteriores, como o comércio de bens agrícolas e de serviços, os direitos comerciais de propriedade intelectual e as medidas de investimentos relacionados com o comércio, também propiciou à criação da OMC (Organização Mundial do Comércio).

A OMC, desde então vem desempenhando as atribuições de fortalecer a prática de um comércio mais livre e em bases multilaterais, fiscalizando o cumprimento do novo GATT, e de seus vários acordos setoriais, estabelecendo procedimentos mais formais de solução de controvérsias e influenciando na formulação das políticas nacionais de comércio exterior.

A criação da OMC, ajudou no crescimento dos fluxos do comércio e dos investimentos produtivos em escala internacional após sua implementação.

O Brasil vem sendo beneficiado, pois temas que antes só interessava aos países em desenvolvimento, mas que tinham poderes para definição de pautas de negociação, era praticamente impossível a discussão dos chamados “ assuntos pendentes” (*unfinished bussiness*) dos “ temas velhos”, relacionados à proteção das indústrias têxteis e de vestuário, de calçados, do produtos siderúrgicos, e principalmente os ligados à redução das enormes barreiras ao comércio de bens agrícolas e agroindustriais levantados pelo primeiro mundo.

Mas, acordos firmados anteriormente vem sinalizando uma liberalização progressiva do comércio de produtos agrícolas, e as vitórias na OMC, vem acontecendo com a diminuição dos

subsídios à produção e exportação.

O Brasil está avançando e colecionando vitórias na OMC, mas apesar de todos os esforços de liberalização, continuam ainda elevadas barreiras ao comércio de bens agrícolas. A agricultura ainda permanece um setor altamente protegido nos países industrializados.

Os bens agrícolas, alimentos, matérias-primas e produtos agroindustriais, a expectativa é a de que os países exportadores mais eficientes serão beneficiados pela nova conjuntura mundial liberalizante. O Brasil é listado entre os maiores beneficiários das mudanças que estão ocorrendo no cenário internacional.

Existe ainda uma possível mudança positiva para as exportações brasileiras, com a ampliação dos esquemas de multilateralização do comércio, deverá reduzir as margens de preferências nas exportações de bens primários (o efeito denominado de “erosão de preferências”), diminuindo substancialmente as vantagens dos países menos desenvolvidos beneficiados pelos sistemas de preferências comerciais, aumentando as vantagens dos excluídos desses arranjos, como era o caso das exportações brasileiras.

Os interesses brasileiros concentravam-se em dois temas: protecionismo agrícola, em particular o desmantelamento de subsídios à exportação, legislação *antidumping*. É na condição de membro da coalizão de Cairns, que reúne países favoráveis ao desmonte do protecionismo agrícola, o Brasil pressionou pela inclusão de menção explícita à eliminação de subsídios à exportação de produtos agrícolas, além de substancial melhoria no acesso a mercados e de considerável redução do apoio à produção doméstica que implique distorções no comércio de produtos agrícolas.

É possível que as vitórias na OMC, contribuam para um maior IDE no setor agrícola nos próximos anos, isso certamente terá reflexos sobre o crescimento das exportações.

6 – Análise Comparativa: Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e Exportação – setor primário da economia brasileira

O governo do Brasil tem empenhado esforços no sentido de desenvolver um diálogo direto com investidores internacionais. O Presidente da República e seus principais Ministros da área comercial expressaram e discutiram com mais de 200 empresários em Genebra as perspectivas e oportunidades brasileiras. Pela grande repercussão que este evento teve no meio empresarial e entre os investidores, o Presidente e seus Ministros realizaram um novo encontro, desta vez em Nova York, com outros investidores e novas oportunidades do país.

Isso tem demonstrado que o Brasil, a começar pelo presidente, está comprometido e engajado em fomentar o investimento no Brasil e, particularmente, o IDE, consciente de que o Brasil compete hoje com os melhores do mundo.

Essa política está articulada com investimentos planejados para a infra-estrutura e com projetos de promoção do desenvolvimento regional. Nesse sentido, é parte integrante do conjunto de medidas previstas no Plano Plurianual (PPA) e nas possibilidades de Parcerias Público Privadas (PPPs).

As perspectivas para 2005 continuam promissoras em relação à atuação de IDE, US\$ 12,9 bilhões em 2003 e US\$ 20,2 bilhões em 2004, dados do Banco Central do Brasil. O esforço do governo brasileiro em manter as condições macro-económicas, controlando a inflação, controlando a taxa de juros, mantendo o superávit primário e o ajuste fiscal, ampliando as exportações, retomada do crescimento, são fatores decisivos para atrair investimentos produtivos para o Brasil que já estão apresentando resultados.

O agronegócio no Brasil já está atraindo investimentos de estrangeiros. Investimentos de vários países estão investindo na rápida expansão da agricultura brasileira e comprando terras no país para investir no setor.

Alta produtividade, fazendas a baixo custo e a possibilidade de até duas safras no mesmo ano são alguns dos atrativos do agronegócio brasileiro.

O país ainda não tem dados oficiais disponíveis que atestem o tamanho da participação externa, mas operadores do mercado dizem já sentir a presença dos estrangeiros, principalmente americanos.

Desde sua emancipação em 2000, o município de Luiz Eduardo Magalhães, no oeste da Bahia, vem se destacando como um dos pólos de atração de estrangeiros investindo no campo.

Já existe uma tendência, segundo o secretário de Agricultura do Município, Eduardo Yamashita, das aproximadamente 600 fazendas do município, 25 já pertencem a fazendeiros que vieram do exterior. Há quatro anos eram apenas 7 fazendeiros.

“ Dos estrangeiros, 15 são americanos, mas também há chineses, japoneses, holandeses, argentinos e neozelandeses”. Afirma Yamashita.

João Aurélio Viana, superintendente de política de agronegócio da secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia, confirma a tendência. “ Números não temos, mas a percepção é que a presença deles está crescendo”, afirma

Os americanos, segundo Daniel Mahoney, sócio diretor da empresa americana Amerazil (fusão de América e Brasil, em Inglês), estima que existam de 300 a 350 fazendeiros dos Estados Unidos plantando em território brasileiro. A empresa presta consultoria a americanos e outros estrangeiros que queiram investir no Brasil. “A maior parte desiste por causa da burocracia, ou por não conhecer a cultura brasileira”, ressalta o consultor.

A Amerazil, cuja sede fica no Estado Americano de Minnesota, abriu uma filial em Cuiabá (MT) para ajudar os estrangeiros a vencer todas as barreiras legais e burocráticas para começar a produzir no Brasil.

A Amerazil pretende atrair, US\$ 225 milhões até 2007 e US\$ 475 milhões entre 2007 e

2010. O setor agrícola é apenas o primeiro passo para a empresa, que planeja trazer investimentos também para geração de energia e pavimentação de estradas. “ Vi a quantidade de terra disponível, muito barata – até dez vezes mais barato que nos Estados Unidos – o tamanho e a infra-estrutura de fazendas que colhiam duas safras por ano, percebi que o Brasil era uma concorrência forte e comecei a planejar minha vinda para cá”.

Ainda segundo a BBC Brasil, Kory Melly Americano quer trocar a fazenda de uma família nos EUA por terras no Brasil.

O crescimento do agronegócio no oeste da Bahia tem aumentado o interesse de grupos estrangeiros em investir na região. Nos últimos meses, segundo a Associação de Agricultores e irrigantes da Bahia (AIBA), diversas missões de países estrangeiros visitam o Oeste baiano e os projetos anunciados representam um aporte superior a US\$ cem milhões.

Segundo Alfredo Malafaia, presidente da Brasil & Rússia Representações e negócios, as sondagens e contatos preliminares, do Hidrostroy invest, consórcio formado por empresas russas preparam um programa de financiamento e irrigação na região de US\$ 80 milhões para uma área de 12,5 mil hectares.

Os atrativos também despertam interesse na China por parte do governo e de empresários chineses, a Câmara de Comércio China- Brasil anunciou interesse chinês na compra de terras para o plantio de soja.

“A China investirá nos setores que possam assegurar-lhe um fornecimento confiável e regular dos produtos estratégicos de que o país necessita para seu crescimento econômico e para alimentação do seu povo”, destaca Charles Tang, presidente da Câmara de Comércio China- Brasil. Além da soja, interessa a produção de cana e de matéria-prima para a gigantesca indústria têxtil chinesa. “A China será em breve o maior importador de álcool do mundo e é um grande importador de algodão”, afirma Tang.

Do mesmo modo que as exportações são estratégicas para o Brasil, a importação de produtos agrícolas nacionais também é estratégica para outros países. Um deles é a China que, de acordo com Charles Tang, é uma das principais saídas para o mercado brasileiro. “A China precisa do Brasil para se alimentar e sobreviver”, mas o comércio com o Brasil representa para a China apenas 1% de todo o seu comércio com o resto do mundo. As perspectivas apontam que esse número tende a crescer, principalmente depois do interesse chinês em construir usinas de álcool e cana de açúcar no Brasil. O país mais populoso do mundo é também um grande consumidor de soja brasileira (22% das exportações) – só perdendo para a União Europeia, que consome 48% - e ajudou a impulsionar o cultivo do grão no Brasil, em 2004.

Em razão da expectativa de crescimento de consumo da China e de outros países, Marcus Pratini de Moraes, ex- Ministro da Agricultura e atual presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes Industrializadas (Abiec), sugeriu que a Área de cultivo no Brasil seja ampliada, de acordo com dados apresentados pelo ex-ministro, o Brasil planta, atualmente em 5,5% do território nacional e existem pelo menos 90 milhões de hectares livres para o plantio, desconsiderando a região amazônica. “O Brasil é a última fronteira agrícola mundial”, enfatizou. Já o Chinês Tang afirmou que “o Brasil tem condições de ser o maior tigre de exportação do mundo, ultrapassando China e o Japão”. (Seminário Agricultura Brasileira: agronegócio e exportações realizado em São Paulo, 2004)

O Brasil ainda continua distante do grau de investimento necessário, para acelerar o crescimento, o país necessita melhorar o tamanho e a composição de sua dívida pública. Para se tornar grau de investimento segundo as agências de Rating , para chegar a esta classificação é necessário percorrer um longo caminho, melhorando as políticas macroeconômicas e aperfeiçoando as regras do mercado; ao completar este ciclo de reformas e de aperfeiçoamento acelerará seu crescimento e tornar-se-á grau de investimento, afirma Celso Pastore (2005).

No entanto, não há uma relação de causalidade entre a melhora das “notas” das agências

de classificação de risco e o crescimento econômico.

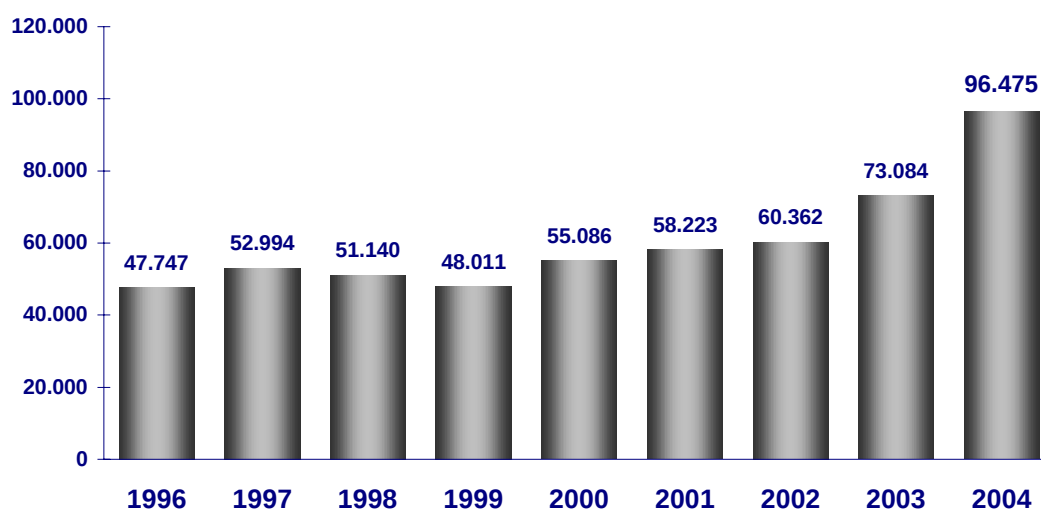
A elevação dos preços das *commodities* e o crescimento das exportações de manufaturados para novos mercados permitiram que o saldo do balanço comercial se ampliasse, mesmo com crescimento das importações. Os resultados são animadores mas o país não está na categoria de “investment grade”.

TABELA 11
BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA
JANEIRO-DEZEMBRO- 2004/2003
US\$ MILHÕES

	2004	2003	2004/2003	Δ %
<i>Exportação</i>	96.475	73.084	32,0	
<i>Importação</i>	62.779	48.291	30,0	
<i>Saldo</i>	33.696	24.793	35,9	
Corrente de Comércio	159.254	121.375	31,2	

Fonte: SECEX

Entre 2003 e 2004 a economia brasileira empreendeu uma respeitável redução de sua vulnerabilidade externa. A balança comercial foi (e ainda continua sendo), o principal destaque dessa façanha, mantidos os estímulos da conjuntura internacional em níveis atuais, o superávit na conta de mercadorias pode ultrapassar US\$ 33 bilhões de 2004 e, assim, produzir um novo superávit em conta corrente.

GRÁFICO 3**EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES****US\$ MILHÕES**

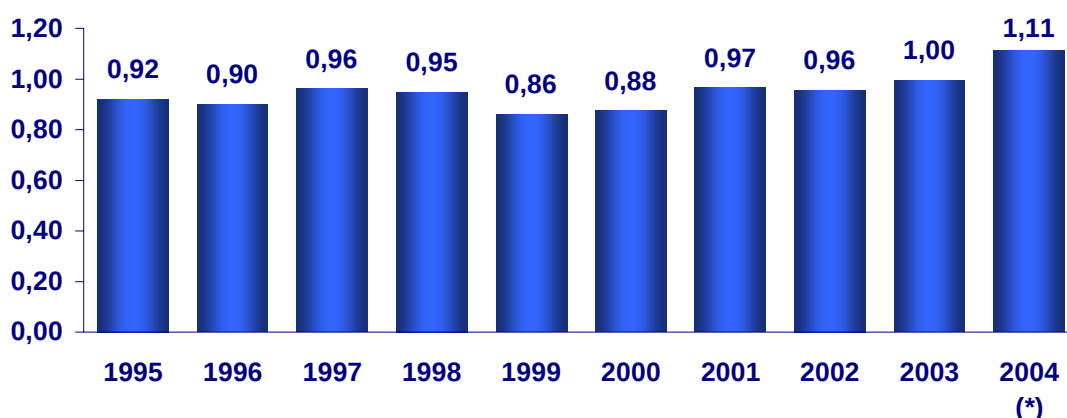
JANEIRO-DEZEMBRO– 1996/2004

Fonte: SECEX

A conjuntura internacional se apresenta excepcionalmente favorável, mas a fatia externa do país ainda é pequena, mesmo com o crescimento nos últimos anos, o Brasil tem apenas 1,1% do comércio mundial.

GRÁFICO 4

PARTICIPAÇÃO % DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS 1995 / 2004 (*)



(*) 2004 – Previsão
Fonte: SECEX e OMC/WTO

As exportações brasileiras superaram a média dos países em desenvolvimento nos últimos dois anos. Mesmo assim, o Brasil encontra dificuldades para aumentar sua participação no comércio internacional. Países como China, Coreia do Sul ou Malásia mantiveram as exportações crescendo acima da média por mais de uma década.

As exportações brasileiras aumentaram 26,4 % na média de 2003 e 2004, segundo estudo do Instituto para o desenvolvimento Industrial (IDEi) baseado em dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).

No mesmo período, os embarques dos países em desenvolvimento aumentaram 23,4%. Na média mundial, o crescimento foi de 19%. Os países desenvolvidos, dada a magnitude do volume exportado, registraram crescimento de 15,8%. “O crescimento das exportações brasileiras ainda não é um fenômeno”, segundo o diretor executivo do Iedi. Para obter-se parâmetros

diferenciados são necessário em média, um período entre dez a quinze anos acima da média dos países em desenvolvimento. O Brasil está se beneficiando do maior crescimento do comércio mundial em 30 anos. As exportações globais cresceram 16% em 2003 e 22% em 2004, favorecendo às exportações brasileiras

As economias da China e dos Estados Unidos estão com desempenho excepcional, o que beneficia o Brasil, atualmente com um perfil exportador em processo de diversificação, exporta manufaturas para os Estados Unidos e *commodities* para a China.

As exportações principalmente do setor primário, vem crescendo continuamente nos últimos anos, e continua um permanente interesse dos importadores em adquirir *commodities*, em especial soja e minério de ferro mantendo participação importante na pauta de exportação.

O Brasil, tem pressa e considera a (OMC) Organização Mundial do Comércio, fundamental, para a negociação para liberalizar setor de bens e serviços onde segue em ritmo lento. Oficialmente, o objetivo é concluir a chamada Rodada de Doha até 2006.

Mas há uma questão, até quando vale a pena esperar a conclusão da Rodada de Doha para então avançar nas negociações Mercosul – União Européia e na Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que dariam acesso preferencial aos dois maiores mercados do planeta.

Na OMC, os obstáculos são enormes, muito trabalho técnico, muita barganha para obter o consenso dos 148 países.

Toda a discussão anterior positiva sobre o Brasil, depende da Rodada de Doha. O principal exemplo é a agricultura, para se definir uma fórmula de redução tarifária, é preciso antes fazer a conversão de mais de 30 mil “tarifas específicas” em “tarifas ad valorem”. As primeiras são expressas em valor monetário, em dólar por tonelada, por exemplo, para serem reduzidas, é necessário fazer a equivalência em “ad valorem”, por percentual do preço. Mas ocorre o que deveria ser apenas uma discussão técnica já dura quatro meses, e o contencioso é bastante extenso,

significando dizer não existe prazo e nem garantias de solução em curto prazo.

Na proposta inicial da seção, foi colocada a comparação entre (IDE) Investimento direto estrangeiro e exportações no Brasil. Ao investigar aspectos teóricos e evidências empíricas do IDE no Brasil, verifica-se que o IDE, só iria para agricultura, pecuária e extrativa mineral se fosse de forma residual.

Vamos examinar o agronegócio, tomá-lo como exemplo: O agronegócio é o conjunto das cadeias produtivas cuja coluna dorsal é a agricultura. E a agricultura começa com o pesquisador científico. Depois, passa pelo produtor rural, pelo trabalhador rural, pelos insumos agrícolas, depois passa pelos serviços (seguro e crédito), depois passa pela produção propriamente dita, depois pela colheita, armazenagem, (excluindo-se as *commodities*), chega-se a industrialização, embalagem e distribuição. Quer dizer, uma cadeia produtiva começa na pesquisa e acaba na gôndola do supermercado. Complementando ainda o exemplo do setor agrícola. Em verdade a soma das cadeias produtivas, é o agronegócio. Portanto, todos os agricultores, pequenos, médios, grandes, familiares, empresários, todos fazem parte do agronegócio.

É preciso considerar ainda toda a logística necessária à exportação, o que no caso brasileiro ainda é bastante complexo, pois depende de portos, aeroportos, ferrovias, hidrovias, diversos tipos de estradas, caminhões, trens, navios que foge ao controle de qualquer empresa que pretende dedicar-se a produção e exportação ao mesmo tempo.

Todos os trabalhadores rurais e empresas que produzem ou industrializam produtos agrícolas também fazem parte. Existem ainda diferentes estratos de tamanho de produtores, usando diferentes tecnologias e demandas diferentes e também de gestão. Por isso, tem que existir políticas diferentes, mas o setor agrícola é um só e o agronegócio também. Existe ainda linhas diferenciadas de crédito, com fontes de ofertas de recursos diferenciados.

No Brasil, só a parte institucional, envolve diversos ministérios, Ministério do

Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Meio Ambiente (principalmente se a atividade é extrativa), Ministério do Transporte, Ministério da Fazenda, e se for área de conflito, praticamente toda estrutura do Governo Federal.

Com a discussão anterior, de conflitos e interesses, que em grande parte é o mesmo que acontece com a pecuária e a Indústria Extrativa Mineral, e apoiado nos capítulos primeiro e segundo e nas discussões iniciais do capítulo terceiro, serão apresentados os dados colhidos em fontes oficiais que demonstram o desinteresse dos (IDE) – Investimento Direto Estrangeiro no setor que vem apresentando nos últimos anos, resultados expressivos e até então não esperados na balança comercial do Brasil.

O mercado interno continua sendo o principal fator de atração de IDE, Industrial, serviços, e sua importância não é uniforme para os investidores. Os investimentos em atividades *non tradeables* (a maior parte dos serviços), onde ocorre concentração de IDE, verifica-se as participações significativas, 40,69% ; 44,76% e 45,83% , respectivamente nos anos 2002, 2003 e 2004.

TABELA 12*IDE em áreas reguladas e não-reguladas*

Atividade Econômica	Estoque de IDE (US\$ bi)		
	2002	2003	2004 março
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	1,64	2,76	2,95
Indústria	49,28	53,64	54,87
Serviços sujeitos à regulação do Governo	40,69	44,76	45,83
Eletricidade, gás e água quente	10,09	10,74	11,15
Correio e telecomunicações	27,08	29,89	30,47
Saúde e serviços sociais	0,09	0,09	0,09
Extração de petróleo e serviços correlatos *	2,89	3,26	3,30
Captação, tratamento e distribuição de água	0,27	0,32	0,32
Transporte terrestre	0,27	0,46	0,51
Serviços não sujeitos à regulação do Governo	51,22	54,58	55,33

* Esta atividade pertence ao grupo de Agricultura, pecuária e extrativa mineral.

Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: ASSEC/MP

Nas atividades *tradeables* (a maior parte da indústria de transformação), as participações de IDE continuaram crescendo, 2002 49,28%; 2003 53,64% e 2004 54,87%.

Mas a atividade econômica, que têm sido o destaque nas exportações (agricultura, pecuária e extrativa mineral), em relação ao IDE obteve apenas 1,64% ; 2,76% e 2,95% , respectivamente no anos 2002, 2003 e 2004 . O que demonstra não existir relação direta entre investimento direto estrangeiro (IDE) e exportações agrícolas na economia brasileira.

Pesquisa realizada pela UNCTAD, apurou que os investimentos diretos estrangeiros (IDE) no Brasil continuam orientados para o mercado doméstico. Eles tem contribuído pouco para melhorar a competitividade das exportações, reforçar produção com maior valor agregado e reduzir disparidades regionais.

A pesquisa da UNCTAD confirma que, para “todos os investidores”, o principal atrativo para investir ou reinvestir no Brasil continua sendo o tamanho e o potencial crescimento do mercado doméstico. Também mostra que incentivos são vistos como fator menos importante para atrair IDE.

Filiais de multinacionais que integram cadeias globais de produção tem claramente maior disposição de expandir investimento, vendas, empregos e exportações no Brasil do que aquelas que estão integradas a esse tipo de estratégia de suas matrizes. A constatação é da Conferencia das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), após pesquisas junto a 40 multinacionais, indicando que as empresas com “ integração global” podem contribuir mais para a economia brasileira do que investidores.

O desafio é persuadir as empresas a aumentar sua capacidade de produção e exportação no país. A entidade da ONU constatou que 400 das 500 principais companhias globais da lista da revista “ Fortune” estão presentes no Brasil. Mas poucas, como Daimler-Chrysler, IBM, Nokia e Dell, deslocaram parte de suas operações para o país como parte de uma estratégia global de produção e exportação.

Baseado em experiências de países tão diferentes como Austrália, Suécia, Tailândia e Irlanda, o ex-secretário geral da UNCTAD, embaixador Rubens Ricupero, afirmou em 2004, que uma das idéias centrais é que haja agências eficientes de captação de investimentos estrangeiros nos Estados Unidos, em interação com a agência federal de alta representatividade. “ A questão não é criar imagem do país para captar investimentos, mas adotar estratégia clara, mostrar o que quer, quais os setores a serem estimuladas e como o governo vai atuar”.

A pesquisa apurou que o Brasil “ está perdendo” projetos de pesquisa e desenvolvimento de multinacionais para outros países em desenvolvimento. A agência da ONU dá o exemplo da Siemens, com forte presença no Brasil, que decidiu implantar um centro de pesquisa na Índia com três a dez mil técnicos. A Siemens calculou que o custo de seus engenheiros de informática em

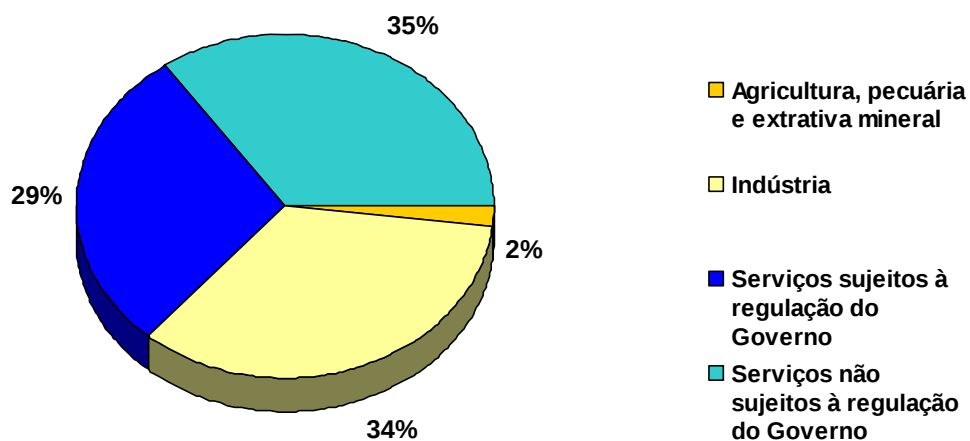
2002 variava de 56,5 euros por hora na Alemanha, 15,5 euros por hora no Brasil, 6,8 euros por hora na Índia e menos ainda na China.

As expectativas mudam dramaticamente quando se trata apenas de empresas com operações globalmente integradas. Em geral, estas tem maior atenção ao potencial de exportação, seguido pelo quadro regulatório, custo/qualidade, abastecimento e recursos naturais.

Vários investidores justificaram seu interesse em expandir atividades no Brasil em razão da habilidade e qualidade da mão-de-obra brasileira. Para várias multinacionais, os principais fatores de competitividade incluem a qualidade de seus administradores, estabilidade política, rede de telecomunicações e qualidade dos fornecedores locais. O quadro regulatório é percebido como a categoria onde o Brasil perde quando comparado a outros países da América Latina e da Ásia.

As informações anteriores mostram que o Brasil implementou ao longo dos anos noventa importantes iniciativas para atrair investimentos estrangeiros. Os principais esforços foram no campo regulatório, visando criar um “ambiente” mais aberto e mais favorável aos investidores estrangeiros. Com esse objetivo foram removidas ou reformuladas importantes restrições à mobilidade do capital estrangeiro, mesmo aquelas que exigiram mudanças na constituição. Nos termos de Oman (1999) pode-se dizer que o Brasil se engajou decididamente na “concorrência via regras” para atrair investidores estrangeiros.

As mudanças na regulação foram importantes fatores de atração de investimentos em *portfólio*, assim como também de IDE nos setores de serviços e de atividades extrativas, nos quais existiam anteriormente restrições à atuação das ET. Os resultados em serviços foram imediatos como foi demonstrado principalmente nos anos noventa com fusões e aquisições. Mas, o resultado da indústria extrativa não obteve os mesmos resultados.

GRÁFICO 5**IDE em áreas reguladas e não-reguladas****Estoque de investimento direto estrangeiro em mar/04**

Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: ASSEC/MP

Enquanto, o perfil do IDE no Brasil, em áreas reguladas e não reguladas, alcançou 29% nos serviços sujeitos à regulação do Governo e 35% nos serviços não sujeitos à regulação do Governo, a Agricultura, pecuária e extrativa mineral, chegou a apenas 2%, participação insignificante se comparada a importância do setor.

TABELA 13**Exportações de Commodities (US\$ milhões)**

Produtos (agronegócio)	Volume (t)		Valor (US\$ mil)		Crescimento		Var. % nos índices	
	Jan/out	Jan/out	Jan/out	Jan/out	absoluto	relativo	Preço	Quantum
	2004	2003	2004	2003	(US\$ mil)	(%)		
Açúcar de cana ou de beterraba em bruto	7.438.922	6.552.368	1.147.959	1.081.169	66.790	6,18	-6,48	13,53
Açúcar refinado	5.310.118	3.610.730	950.870	635.823	315.047	49,55	1,69	47,06
Café cru em grãos	1.128.467	1.133.659	1.364.894	1.056.732	308.162	29,16	29,76	-0,46
Soja, mesmo trituração	18.362.436	19.030.627	5.182.252	4.073.837	1.108.415	27,21	31,84	-3,51
Farelo e resíduos das extrações de óleo de soja	12.550.421	11.432.534	2.907.524	2.116.128	791.396	37,40	25,16	9,78
Óleo de soja em bruto	1.877.856	1.791.728	1.037.789	855.561	182.228	21,30	15,74	4,81
Fumo em folhas e desperdícios	479.632	419.349	1.141.032	943.882	197.150	20,89	5,69	14,38
Algodão	239.744	114.842	293.534	120.816	172.718	142,96	16,38	108,76
Suco de laranja	522.704	553.204	313.343	355.543	-42.200	-11,87	-6,73	-5,51
Couro e peles	690.738	664.722	721.470	733.765	-12.245	-1,68	-5,38	3,41
Celulose	4.148.707	3.824.354	1.448.252	1.461.240	-12.988	-0,89	-8,64	8,48
Milho em grãos	4.772.341	2.880.482	570.655	301.65	268.870	89,10	14,14	65,68
	57.521.986	52.008.579	17.079.554	13.736.261	3.343.293	24,34	15,20	7,93

Fonte: MOIC/Secex. Elaboração : Instituto de Ciências Econômicas e Gestão – Iceg/USU.

Com base na competitividade da lavoura brasileira, o PIB agropecuário vem crescendo a taxas médias de 5% ao ano, nos últimos cinco anos. Enquanto isso, o PIB brasileiro cresceu, no mesmo período, menos de 2% ao ano. Esses números se refletem no desempenho dos produtos agropecuários brasileiros no mercado internacional. Em 2000, as vendas do complexo soja tinham participação de 20,35% no total das exportações brasileiras. Em 2004, essa participação subiu para 28,13%. O mesmo ocorre com as vendas externas de carnes, que passaram de 7,8%, em 2000, para os atuais 13,8%.

Ainda assim, há necessidade de o Brasil investir mais no mercado de produto agrícolas processadas. “ As exportações mundiais de produtos agrícolas processados vêm se expandindo mais fortemente do que as de produtos semiprocessados e não-processados”, afirma Hugo Faria do Instituto de Ciências Econômicas e Gestão (Iceg), apontando dois principais fatores para esse comportamento: primeiro, os produtos processados tem potencial maior para as negociações intrafirmas (que respondem por cerca de dois terços do comércio mundial), e oferecem maiores possibilidades de diferenciação de produto do que os não-processados; segundo, o potencial de aumentar o valor adicionado de um produto processado é bem maior, em geral, do que o não-processado. “ A medida que cresce a renda *per capita* , os consumidores preferem escolher entre uma variedade maior de produtos similares”, frisa o pesquisador do Iceg.

Ao longo do trabalho tenho procurado responder a pergunta por quê o investimento direto estrangeiro não tem interesse em investir nas commodities do setor primário?

A resposta é: o investidor estrangeiro procura investir em produtos diferenciados, onde pode existir a marca a patente e não como os commodities, que têm comportamento semelhante aos genéricos (remédios), produzidos no Brasil a baixo custo e com preço popular.

Outro ponto é significativo, é que os investidores internacionais conhecem profundamente a estrutura de subsídios existentes no setor agrícola dos países ricos, gastando em torno de 30% da receita que auferem com a agricultura. Esse nível de subsídio é insuportável para um país nas condições do Brasil e os investidores internacionais não investem, pois iria ao encontro do que aconteceu nos países que originam os recursos.

E o outro aspecto de fundamental importância que aponta para as dificuldades de investimentos, é a diversidade e os espaços geográficos ocupados com a produção que envolve questões institucionais concretas de difícil solução, tais como: meio ambiente, mão de obra e até invasões, não é de fácil assimilação para as corporações que desejam o completo domínio nas suas unidades produtivas.

As informações divulgadas recentemente em relatório da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, em associação com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, mostram cifras assombrosas, que enfraquecia todos os esforços e tentativas de países emergentes tais como o Brasil de penetrar aqueles mercados protegidos ilegalmente.

Os países – membros da Comunidade Europeia gastaram, em 2004, com subsídios a seus agricultores, a quantia de US\$ 279,5 bilhões.

Isoladamente considerada, a Islândia é o país que mais gasta com subsídios com a agricultura, ou seja, o equivalente a 72% do quanto vende; a Suíça vem em segundo plano, com 71%. Na média, a União Europeia gasta com subsídios 59,0% e os Estados Unidos, 15%. O percentual norte-americano é menor, mas pelo tamanho do respectivo mercado os efeitos sobre as exportações dos países emergentes é simplesmente destruidor.

As vitórias que o Brasil obteve recentemente no órgão julgador da Organização Mundial do Comércio (OMC), triunfos dos quais compartilham a Austrália, a Tailândia e alguns países africanos, estão causando grandes alterações nos departamentos de agricultura de inúmeros países europeus e nos Estados Unidos.

Os resultados esperados, é que o Brasil se mantenha organizado e vigilante. Mantendo as posições atuais já conquistadas e procurar avançar no futuro, principalmente com a advento do biocombustível que já é uma realidade no presente, mas é necessário consolidar-se permanentemente.

Complementando a análise “ os analistas dos mercados de *commodities* prestam muita atenção no Brasil (grande produtor) e na China (grande consumidor) quando se trata de projeção de preços e de exportações”, diz o pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Mauro de Rezende Lopes. Ele lembra que o USDA (o Ministério

da Agricultura dos Estados Unidos) projeta expansão na área cultivada no Brasil da ordem de 1,167 milhões de hectares anuais entre 2004 e 2013, baseado numa média histórica de crescimento, entre 1993 e 2003, de 812 mil hectares por ano.

Com base nessas projeções de áreas potenciais de crescimento da produção, os atuais 38,4 milhões de hectares cultivadas com cereais, grãos, fibras e oleaginosas atingiram 49,6 milhões de hectares em 2013, ou seja, mais 11,2 milhões de terras produtivas. “ Com isso, o Brasil estaria apto a colocar no mercado mundial mais de 25 milhões de toneladas de soja por ano”, calcula Lopes, destacando, no entanto, que o impacto disso seria, certamente, o rápido declínio de preços da *commodities*.

Segundo cálculos do Iceg, o índice de preços das exportações globais do país registra em 2004 alta de 10,7%. Mas o índice de preços dos produtos básicos isoladamente, mostrou elevação muito maior, de 23,2%, ficando acima da valorização média de preços das exportações de semimanufaturados (7,3%) ou de manufaturados (5,9%) . “ Somente o complexo soja (grãos, farelo e óleo) e as carnes (frango, bovina e suína) , líderes nas exportações de produtos básicos, responderam por 42% do total de receitas das vendas externas do agronegócio”, destaca Faria, numa seleção das principais commodities agrícolas, o especialista do Iceg demonstra que, com exceção do açúcar em bruto e do suco de laranja, todos os demais produtos tiveram, em 2004, forte valorização de preços e expressivos aumentos nos volumes exportados, na comparação com 2003. No conjunto das commodities agrícolas comercializadas pelo Brasil até outubro de 2004, os preços aumentaram, 15,2% (índice de preços) e os volumes (índice de “quantum”) cresceram 8% em relação a igual período de 2003.

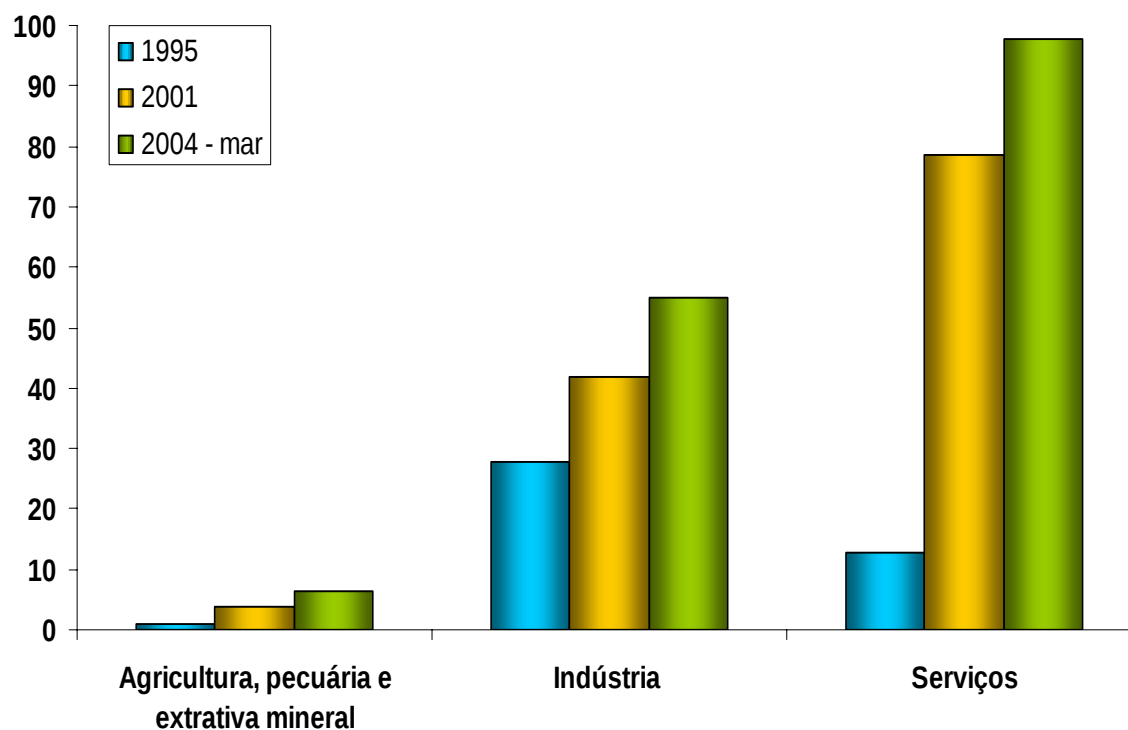
Os principais mercados – A União Européia (UE) confirma-se como o principal destino das exportações do agronegócio brasileiro, respondendo por 36 % do total , seguida pela Ásia, com 20%, pelo Nafta (acordo de Livre Comércio da América), com 14%, pelo Oriente Médio, com 7%, e pela Europa Ocidental, com 6%. O Mercosul absorve apenas 3% das vendas externas do

agronegócio brasileiro e os demais países da Aladi (Associação Latino-Americana de Integração), 4%. Já as exportações brasileiras de produtos agropecuários para a China respondem este ano por 9% do total exportado, superando com folga as exportações para o bloco do Mercosul e para o conjunto dos demais países.

Ao contrário do que acontece com a agricultura, pecuária e extrativa mineral, que não tem atraído IDE se comparado a sua importância econômica no Brasil, os incentivos concedidos para alguns setores/ regiões constituíram “vantagens de localização” e continuam como fatores de atração e ou de destino dos investimentos estrangeiros. Este é o caso dos setores automobilístico, máquinas de escritório e de informática e material elétrico e de comunicações.

Foram contemplados, os incentivos do Regime automotivo, o Regime Automotivo do Norte, Nordeste e Centro Oeste, dos Programas Estaduais e os incentivos para projetos específicos já mencionados. Os principais beneficiários foram as montadoras estrangeiras, particularmente aquelas com projetos *greenfield* de investimentos e os fornecedores conjuntos. Outros setores beneficiados, foram contemplados com a Lei de Informática e os da ZFM (Zona Franca de Manaus).

O perfil do IDE no Brasil, investimento direto estrangeiro por atividade, período 1995 a 2004, comprova o dinamismo de atração de IDE para os setores da Indústria e Serviços e a participação pouco expressiva da Agricultura, Pecuária e Extrativa Mineral. Quando comparado no período 2001 a 2004 para Agricultura, Pecuária e Extrativa Mineral embora o volume de investimentos seja inferior ao total investido na Indústria e Serviços conforme mostra o gráfico 6, o mesmo apresenta um crescimento significativo com taxas elevadas e crescentes de investimentos, demonstrando principalmente o interesse dos investidores pelo setor, o que não acontecia anteriormente.

GRÁFICO 6**Investimento direto estrangeiro por atividade
(estoque - US\$ bilhões)**

Fonte: Banco Central do Brasil

A análise que verifica a retomada do IDE na economia brasileira nos anos noventa e o período 2000 a 2004, foi resultado, em última instância, da recuperação e posterior expansão do mercado interno. As mudanças estruturais realizadas (desregulamentação, abertura e privatizações) tiveram um papel importante, principalmente no setor de serviços.

Embora essas mudanças tenham removido obstáculos à entrada do IDE, e nesse sentido, possa ter sido condição necessária, os fatores de atração foram as dimensões e o dinamismo do mercado interno, em alguns casos potencializadas pelo Mercosul.

Ao contrário do que muitas vezes se diz, explorar as vantagens comparativas não significa condenar o Brasil a um perfil de produção primária e pouco sofisticada. O avanço do agronegócio nacional vem se realizando por utilização de novas tecnologias de produção e de grandes

investimentos em capital fixo.

Os produtos brasileiros já são capazes de lidar tanto com a sofisticação financeira dos mercados futuros quanto com a complexidade de pesquisa em biotecnologia. Estes diferenciais estão embutidos na produtividade do setor, e explicam a rentabilidade e o sucesso capitalista da agropecuária do Brasil. Já iniciou o processo de investimento direto estrangeiro no setor, como resultado dos avanços em pesquisa e abertura de novas unidades para a produção brasileira.

As vitórias obtidas nos contenciosos da OMC, obriga o poder público manter-se vigilante e atento, profissionalizando e aperfeiçoando seus quadros e instituições de negociações comerciais, qualidade sanitária e pesquisas, não descuidar da infra-estrutura logística, e políticas adequadas que mantenha competitivo o setor exportador no Brasil.

A vitória do contencioso sobre o comércio de algodão na OMC, trouxe a esperança de um futuro equilíbrio no comércio agrícola internacional. Representa uma conquista de extrema importância em diversas frentes.

Foi uma vitória de um país em desenvolvimento contra o protecionismo dos países desenvolvidos. O resultado do contencioso apresentou um marco na questão do comércio internacional agrícola.

As regras da OMC contemplam contestar também ameaças de dano. É dentro desta ótica que o caso da soja precisa ser analisado.

O Brasil tornou-se o terceiro maior exportador mundial de produtos agrícolas e agroindustriais, em razão de um elevado estoque de investimentos em tecnologia. Ocupa hoje a liderança mundial em termos de custos baixos na produção de açúcar, soja, algodão, celulose, frango e laranja.

O Brasil exporta e importa muito pouco de comparado a outros países em estágio de desenvolvimento semelhante, como o México e a China. O país tem 15% da água renovável do

planeta, 5,2% das terras agricultáveis, cerca de 3% da produção mundial e dos investimentos diretos internacionais, e uma participação de apenas 1% no comércio mundial. Somadas exportações e importações, os valores correspondem a menos de 25% do PIB, algo que pode ser superado com criatividade e competência.

A educação precisa ser melhor aproveitada para ampliar as exportações, como fazer? Onde estão as dificuldades? Temos sol, terra plana, e água e “ braços para a lavoura”. A tecnologia é o motor do crescimento e da competitividade.

A pós-graduação no Brasil, tem qualidade média respeitável, comparável à dos melhores estrangeiros. Agencias como Capes, CNPq, EMBRAPA e Fapesp, estão bem classificados à nível internacional. Nossa pesquisa cresce e em cada dez artigos, um vai para periódicos internacionais de primeira linha. Somando nossas publicações nos últimos anos, contribuímos com 1,5% da pesquisa mundial. O Brasil consegue algo surrealista, nossa participação no comércio internacional é de apenas 1%, menor que a participação científica, isto é, exportamos mais pesquisas do que produto físico.

Mesmo assim, a situação no agronegócio ainda é melhor na indústria. Poderia ser bem melhor. Temos um potencial enorme de transformar pesquisa em desenvolvimento. Esse deverá ser o caminho seguro para exportar com competitividade e atrair investimento direto estrangeiro.

Concluindo o capítulo, observamos que a recuperação de IDE e o comportamento dos investidores estrangeiros podem ter um duplo papel em uma nova estratégia de crescimento agrícola: por um lado, como importante instrumento de ajuste à restrição externa – tanto pelo aporte direto de divisas como, indiretamente, pela contribuição dos investidores estrangeiros ao crescimento do saldo comercial ; por outro como elemento parcial, mas relevante, de recuperação da poupança externa.

É importante salientar que metas mais ambiciosas de crescimento ou liberalização tendem a

e elevar substancialmente o requisito de desempenho exportador. Nesse sentido, é interessante estar atento aos determinantes fundamentais do dinamismo futuro das exportações do setor primário e, em particular, a importância da contribuição dos investidores estrangeiros para sua manutenção.

Encarado em uma perspectiva de longo prazo, o crescimento das exportações do setor primário depende de que se mantenham ou melhorem *simultaneamente* as condições de competitividade e de acesso a mercados.

È preciso ainda, compreender, a importância do investimento estrangeiro no alívio da restrição de acesso a mercados. em um cenário de crescente protecionismo nos grandes blocos econômicos do Atlântico Norte e integração do comércio japonês e chinês com exportadores dinâmicos da bacia do Pacífico, alianças geradas por maior participação estrangeira no controle empresarial de empresas exportadoras podem vir a desempenhar papel relevante na minimização dos problemas de acesso a mercados.

Entretanto, o ponto importante a ser notado em relação às perspectivas de acesso relaciona-se a natureza dos produtos exportados. Isto é, produtos de tecnologia pouco sofisticada, intensivos em trabalho e/ou recursos naturais e relativamente homogêneos, características dos produtos do setor primário.

Por último, é importante salientar que o Brasil já ingressou no ciclo de energia renovável, e sua matriz é ampla. Isto posto, é importante comentar as chamadas “novas formas” de IDE. Trata-se aqui das formas não majoritárias de participação estrangeira, que incluem *joint ventures* secundadas por arranjos contratuais entre os associados, através dos quais, tipicamente, a parte nacional ganha acesso a vantagens tecnológicas, gerenciais ou de *marketing* do parceiro estrangeiro, e no caso específico do Brasil atualmente as perspectivas são excepcionais com produtos energéticos renováveis e alimentos, cuja importância relativa nos fluxos globais de investimentos diretos vem crescendo significativamente nos últimos anos.

O setor primário do Brasil já está se beneficiando, dessas novas formas de IDE. A importância, são múltiplas, mas refletem, basicamente, no maior poder de barganha de empresas nacionais nos países receptores e o desejo de minimização de risco dos investidores estrangeiros, face tanto a maior velocidade de mudanças nas vantagens comparativas de diferentes localizações quanto ao aumento da complementaridade de recursos entre firmas em diversos países, mas sempre mantendo as características da tradicional Teoria das Vantagens Comparativas, que continua favorável ao setor primário do Brasil.

CONCLUSÕES

O fluxo de investimento direto estrangeiro, tem mantido participação crescente, a nível mundial desde o início dos anos noventa. A maior parcela desses investimentos continua a ocorrer nos países industrializados. No segundo capítulo deste trabalho e início do terceiro foram analisados questões, onde é demonstrado que o fluxo destinado aos países em desenvolvimento vem aumentando em termos relativos.

O Brasil tem grande destaque em atrair investimentos para a América Latina, sendo o maior receptor dessa região. O aumento de IDE para o Brasil, coincide com uma maior abertura econômica e menor interferência do Estado na economia, o que confere aos investimentos diretos estrangeiros outras funções. Além de funcionar como fonte de entrada de capitais, em alguns setores, facilita a criação de emprego, transferência tecnológica, melhoria ambiental e até redução da pobreza. Ao mesmo tempo também aflora contradições, estudados no primeiro capítulo, “nenhuma teoria econômica sólida respalda o investimento internacional da maneira como a teoria da vantagem comparativa o faz para a política comercial”.

Por outro, o investimento internacional diz respeito à aquisição de direitos complexos em países estrangeiros que vão desde os de obtenção de propriedade até os de emprego e demissão, uso dos recursos naturais e descarte de resíduos no meio ambiente.

O Brasil vem procurando administrar as dificuldades, no momento existem apenas dois acordos multilaterais sobre investimentos, ambos formalizados no âmbito da OMC: o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (Gats) e o Acordo sobre Medidas de Investimento Relacionados ao Comércio (TRIM). Esses acordos abordam muito indiretamente o problema do investimento. A palavra “investimento” aparece apenas duas vezes no Gats, no artigo XVI (sobre acesso ao mercado).

No período 2000 a 2004, é observado com atenção o crescimento das exportações, e em especial o setor com forte presença nos mercados de *commodities* agroalimentares, minerais e industriais. Onde estão parte significativa dos investimentos nacionais, e só recentemente tem despertado o interesse do investimento estrangeiro, mas com participação reduzida embora esteja crescendo.

Os investimentos ainda são modestos e concentrados em poucos setores, revelando baixa capacidade de reação à expansão da renda, além do baixo poder de indução. Dessa forma, não havendo capacidade endógena de sustentar a expansão, a economia brasileira dependerá de investimentos autônomos. Os investimentos necessário à renovação da infra-estrutura tradicional (transporte e energia), com a conclusão das privatizações, dependerão de investimentos autônomos.

O setor exportador que mais se destacou, influenciado pela expansão excepcional do Comércio Mundial e em particular pelo desempenho do clima, Agricultura e minérios, já tem na logística, fator limitador, transporte (em suas diversas modalidades), energia, instalações portuárias, armazenagem e até aeroportos, estão a depender de como o atual governo vai implementar as (PPP) – Parceria Pública Privada, recentemente aprovado no congresso.

As privatizações e a desregulamentação da economia brasileira, expôs ao mercado internacional empresas locais, que na busca de padrões de competitividade, adotaram reestruturação defensiva, ocorrendo um significativo aumento do grau de desnacionalização e ampliação da vulnerabilidade das contas externas.

Nos termos da tradicional classificação de Dunning (1994), é possível identificar o *Resource seeking*, que atuam na extração de recursos primários e nas indústrias intensivas em recursos naturais (Agroalimentares e minerais). O comércio dessas filiais é estruturalmente superavitário e extra-Mercosul.

O Brasil precisa fixar prioridades, identificar áreas de investimentos mais importantes e promissoras e trabalhar no sentido de estimular um fluxo satisfatório de recursos financeiros para implementá-las. De igual modo, os países de origem e doadores precisam desenvolver uma abordagem da questão de investimento internacional que permita a cada país trabalhar em áreas que lhes são particularmente promissoras em função de seus recursos e aptidões.

O agronegócio, terá quebra na safra de grãos 2005/2006, mas o cenário de contenção na “maior parte das lavouras de grãos contrasta com as expectativas favoráveis para a balança do agronegócio. O setor, que tem sustentado a exuberância do comércio exterior e mantido saldos significativos nas contas públicas, deve “segurar” o superávit em 2005.

O Investimento Agrícola, vem crescendo com programas tipo o Moderfrota, com a ação do Estado, impulsionada pelo crédito, pelas pesquisas da Embrapa e pelas novas técnicas de plantio

O ministério da Agricultura estima um resultado entre US\$ 41 bilhões a US\$ 43 bilhões. Em 2004, as exportações alcançaram US\$ 39 bilhões. Os resultados colhidos até maio de 2005, projetam para o complexo carnes exportações de US\$7,3 bilhões, US\$ 9 bilhões no complexo de soja. Mas, aguarda-se dificuldades, com o surgimento de problemas sanitários e fitossanitários no sistema produtivo e o enfrentamento de questões que envolvem a logística de exportação.

O exame detalhado da dívida brasileira, preocupa tanto a atração do IDE, como o desempenho das exportações. Embora a proporção dolarizada da dívida tenha declinado, próximo de 60% da dívida pública interna é indexada à taxa básica de juros. Choques que alteram o câmbio real elevam diretamente a dívida pública, mas ao afetarem a inflação requerem o aumento da taxa básica de juros, o que piora a dinâmica da dívida, porque os juros reais aumentam e o crescimento

econômico se reduz. Por isso, o superávit primário além de elevado não pode ser fixo, mas têm de crescer quando o câmbio se deprecia, quando a taxa de juros se eleva e quando a taxa de crescimento econômico se reduz.

As autoridades brasileiras perceberam este ponto, porém o ajuste tem sido muito lento. Seriam necessários superávits primários significativamente acima dos atuais para acelerar a queda da dívida pública, o que induziria a redução dos prêmios de risco e melhoraria a classificação atribuída pelas agências de classificação de risco.

O resultado esperado, é a conseqüente queda de juros de empréstimos externos e o estímulo ao ingresso de capitais alterariam o crescimento econômico, sendo necessário ainda respeitar contratos, e agilidade na execução de garantias e institucionalizar os mecanismos que produzem a estabilidade de preços e aprofundar o crescimento do crédito de longo prazo.

Os mega-superávits comerciais, ocorridos em 2002 e 2003, não é uma estratégia que conduz ao crescimento econômico acelerado. As exportações produzem benefícios, sendo o maior deles permitir o crescimento das importações.

Ressalte-se, que a formação bruta de capital fixo no Brasil é extremamente dependente das importações, o que parece ser mais uma das contribuições no que é positivo e negativo para a economia brasileira, onde um câmbio real mais depreciado eleve o custo do capital e, embora favoreça as exportações, prejudica a formação bruta de capital fixo.

Qualquer análise prospectiva das restrições e ou crescimento do IDE na agricultura, deve ter em conta a nova ordem da Economia Internacional, caracterizada pela liberalização do comércio, pelas negociações da OMC, pelas negociações sub-regionais, com destaque para o Mercosul e União Européia atualmente, e no futuro com a ALCA, caso o bloco realmente efetive-se nos próximos anos.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN 2005). Censo de Capitais – Base 2000.
Disponível em www.bcb.gov.br, 2005.

BANCO MUNDIAL. *Jurídicas, administrativas e políticas aos investimentos no Brasil.* Volume I: O quadro dominante das leis e das políticas e o papel da promoção dos investimentos. Serviço de Assessoramento sobre Investimentos Estrangeiros. Banco Mundial, 2001.

BARROS, A ., A . HIDALGO e O . GALVÃO “ Comércio Internacional e o Mercosul: Impactos sobre o Nordeste Brasileiro” , BNB/ETENE, Fortaleza, 1997.

BAUMANN, R. Uma avaliação das exportações, intrafirma do Brasil: 1980 e 1990. Pesquisa e Planejamento Econômico, v.23, m.3, p.487 – 513, dez. 1993.

BIELSCHOWSKY, R e STUMPO, G. A internacionalização da indústria brasileira: números e reflexões depois de alguns anos de abertura, In: BAUMANN (org.) O Brasil e a economia global. – Rio de Janeiro: Ed. Campus – SOBEET, 1996.

BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Resultados do programa nacional de desestatização. 2002. Disponível em :
<http://www.bndes.gov.br/privatização/resultados/foreign.asp>

BENELLI, R (1988) A Note on Foreign Direct Investimento (FDI) And industrial competitiveness in Brazil. Rio de Janeiro, IPEA, *texto para discussão* nº584

Carta da SOBEET, vários números.

CANUTO, O Brasil e Coréia do Sul: Os (des) caminhos da industrialização tardia, São Paulo: Nobel, 1994

CARNEIRO, R. Globalização financeira e inserção periférica, *Economia e Sociedade*. Campinas: Unicamp, n.13, p. 57 – 92, dez.1999

CASTRO, A. B. O Plano Real e o reposicionamento das Empresas. In: VELLOSO, R.(Org.) Brasil: desafios de um país em transformação. 1997.

CAVALCANTI, C.E & S. PRADO. Aspectos da Guerra *Fiscal no Brasil*. Brasília IPEA/ são Paulo, FUNDAP, 1998.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina. *La inversion extranjera en América Latina e Caribe 2000 Santiago*

CAVES, RICHARD E. Economia Internacional São Paulo, Saraiva: 2001

CHESNAIS, F. A Globalização e o Curso do Capitalismo de fim de – século. *Economia e Sociedade*. Campinas: Unicamp, n.5, 1995. A mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996. A mundialização financeira, São Paulo: Xamã, 1998.

CHUDNOVSKY, D&A.López. “Incentives and policy competition for foreign direct investimentos. Implications for the mercosur” Latin American Trade Net-work, Buenos Aires, First Droft, March 1999.

CNI/CEPAL. Investimentos na Industria brasileira 1995/1999.Características e determinantes – Rio de Janeiro: 1997.

COASE, R. “The Nature of the Firm”. *Economica*, vol.4, novembro de 1937, pp. 386-405.

COUTINHO, L. H. A fragilidade do Brasil em face da globalização. In : BAUMANN (org) O Brasil e a Economia Global. – Rio de Janeiro: Ed. Campus – SOBEET, 1996.

CNI – Confederação Nacional da Indústria . *Agenda Legislativa da Indústria*. Brasília: CNI/COAL Variedade de assuntos Legislativos, 2003 .

DUNNING, J. Re-evaluating the benefits of foreign direct investment. *Transnational Corporation*, v.3,n.1, fev.1994.

FONSECA, R *et alii*(1997) “ A orientação Externa da Indústria Brasileira após a liberalização comercial”. Rio de Janeiro, FUNCEX, Mimeo.

FRANCO, G. (1998) “ A Inserção Externa e o Desenvolvimento.” Revista de economia política, vol.18 n.º 3 (71), julho-setembro, p. 121-147.

FRITSCH, W., **FRANCO**, G. *Foreign direct investment in Brazil: ets impact on industrial restructuring*. Paris: development Centre/OECD, 1991.

FUKASU, Kiichiro & **MELLO Jr.**, Luiz R. de (2000). “ Trade and Foreign Direct Investment em Latin América and Southest Àsia: Temporal Casualy Analysis”. Journal of International Development. J. Int. Dev. 12, 902-924.

GONÇALVES, R. (1999). Globalização e desnacionalização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

HAGUENAUER, L *et alii* (1997) “ Estimativas do valor da Produção Industrial e Elaboração de Coeficientes de Exportação e Importação da Indústria Brasileira (1985/96)”. Rio de Janeiro, FUBCEX, Mimeo.

HELPMAN, E. e **KRUGMAN**, P.R. Market Structure na Foreign Trade: Increasing returns, Imperfect Competition and the International Economy. Cambridge, Mass: MIT Press, 1985.

HENISZ, Witold J. (2000). “ The Institutional Environment for Multinational Investment”. The Journal of Law. Economics & Organization, V. 16, N.12.

HIDALGO, A ., **J. VERGOLINO** e **A . do VALE**. “ O Nordeste e os Blocos Econômicos”, relatório de Pesquisa, SUDENE, Recife, 1999.

HIDALGO, A . “ O Intercâmbio Comercial Brasileiro Intra-Indústria: Uma Análise Entre Indústrias e Entre Países”, Revista Brasileira de Economia, vol. 47(2), p. 243-264, 1993.

HIDALGO, A . e J. VERGOLINO. “ O Nordeste e o Comércio Inter-regional: Um teste dos Impactos por meio do modelo gravitacional”, Revista Economia Aplicada, vol.2,n.4, p.707-725, 1998.

HIRATUKA, C. (1999) “ Estratégias Comerciais das filiais brasileiras de Empresas Transnacionais no contexto de abertura Econômica e Concorrência Global.” *in* : ANPEC Anais do XXVI Encontro Nacional de Economia, Belém, 1999.

KOJIMA,K., and. T. OZAWA, “ Micro and Macro economic Models of direct foreign investment towards a synthesis”, Hitotsubashi Journal of Economics,25,nº2 (1984), pp 1-20.

LACERDA, A.C. (ORGS). Desnacionalização: Mitos: Riscos: Desafios. São Paulo: Contexto. 2000.

LAPLANE, M. et alli “ Internacionalização e Vulnerabilidade Externa” in Lacerda, A. C. (ORGS) Desnacionalização: Mitos, Riscos e Desafios. São Paulo. Contexto, 2000.

LAPLANE, M. e F. Sarti (1999 a) “ Investimento Direto estrangeiro e o Impacto na Balança Comercial nos anos noventa”. Textos para discussão 629, Brasília, IPEA. Fevereiro 1999.

_____ (1999 b) O investimento Direto Estrangeiro no Brasil nos anos noventa: determinante e estratégias. En D. Chudnovsky (ORG.) Investimentos Externos no MERCOSUL. UNICAMP/Papirus, São Paulo. 1999.

_____ (1997) “ Investimento direto estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos noventa”. *Economia e Sociedade*, revista do Instituto de Economia da UNICAMP. n.8, 1997.

LEANDRO, Rothmuller. (2003) (London School of Economics)

MAC DOUGALL, G.D. A . , “ *British and American export. A study suggest by the theory of comparative costs, part 1*” *Economic Journal*, 61 (1951), pp. 697-724

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA COMÉRCIO (MDIC), informações disponíveis em: www.mdic.gov.br

MOTTA, Veiga, P & R. Iglesias. “ *Policy Competition and Foreign Direct Investiment in Brazil, OECD*, mimeo, december 1997.

MOREIRA, M.M e CORREA, P. G. Abertura Comercial e Indústria: O que se pode esperar e que se vem obtendo. – Rio de Janeiro: BNDES, Departamento Economico.1996. (Texto para Discussão, n.º 49).

NEGRI, João Alberto de (1997). “ Impacto das multinacionais na reestruturação de Indústria: Uma proposta metodológica”. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Texto para discussão n.º 474. Brasília, maio de 1997.

NORTH, Douglass (1994). “ Institutions, Institutional Change and Economic Performance”. Cambridge University Press.

OLIVEIRA, G. De, R. L. HOCHSTETLER e C. KALIL (2000). “ Competition Policy and Foreign Direct Investiment: Possible Relationships and Aspects from the Recent Brazilian experience” in ANPEC anais do XXVII Encontro Nacional de Economia, Campinas 2000

OMAN, C. Policy Competition an Foreign Direct Investiment (mineo), OCDF, paris, 1999,

PORTER, M. The Competitive Advantage of Nations. New York: Free Press, 1930.

ROMA, Ruth (1999). “ Industria Agrolimentária : Inovacion Y Globalización”. Comércio Exterior – Banco Nacional do Comércio Exterior. Desarrollo territorial y globalización. Vol.49., núm 8, México, Agosto de 1999.

SARTI, F. Evolução das estruturas de produção e de exportação de indústria brasileira nos anos 80. IE/UNICAMP, 1994. Tese de Mestrado.

UNCTAD. *World Investment Report* Genébra, Vários números.

VÁZQUEZ, Diaz . Revista galega de Economía, vol.12, n.º1 (2005).

WORLD BANK. *World Development*. Washington, vários números.

ANEXOS

ANEXO I

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
 Secretaria de Comércio Exterior - SECEX
 Departamento de Desenvolvimento e Planejamento de Comércio Exterior – DEPLA
 EXPORTAÇÃO BRASILEIRA POR FATOR AGREGADO -1984 a 2005 (Janeiro/Março)
 Valores em US\$ milhões FOB

	BÁSICOS		SEMIMANUFATURADOS		MANUFATURADOS		TOTAL GERAL (**)		Part.% Sobre Total Geral		
	VALOR	(*)	VALOR	(*)	VALOR	(*)	VALOR	(*)	Básicos	Semifat	Manufat
1964	1.221	.	115	-	89	.	1.430	-	85,4	8,0	6,2
1965	1.301	6,6	154	33,9	130	46,1	1.595	11,5	81,6	9,7	8,2
1966	1.444	11,0	141	-«,4	152	16,9	1.741	9,2	82,9	8,1	8,7
1967	1.302	-9,8	147	4,3	196	28,9	1.654	-5,0	78,7	8,9	11,9
1968	1.492	14,6	178	21,1	202	3,1	1.881	13,7	79,3	9,5	10,7
1969	1.796	20,4	211	18,5	284	40,6	2.311	22,9	77,7	9,1	12,3
1970	2.049	14,1	249	18,0	416	46,5	2.738	18,5	74,8	9,1	15,2
1971	1.988	-3,0	241	-3,2	581	39,7	2.904	6,1	68,5	8,3	20,0
1972	2.649	33,2	399	66,6	898	54,6	3.991	37,4	66,4	10,0	22,5
1973	4.030	52,1	574	43,9	1.434	59,7	6.199	58,3	65,0	9,3	23,1
1974	4.577	13,6	917	59,8	2.147	49,7	7.951	28,3	57,6	11,5	27,0
1975	5.027	9,8	849	-7,4	2.585	20,4	8.670	9,0	58,0	9,8	29,8
1976	6.129	21,9	842	-0,8	2.776	7,4	10.128	16,8	60,5	8,3	27,4
1977	6.959	13,5	1.044	24,0	3.840	38,3	12.120	19,7	57,4	8,6	31,7
1978	5.978	-14,1	1.421	36,1	5.083	32,4	12.659	4,4	47,2	11,2	40,2
1979	6.553	9,6	1.887	32,8	6.645	30,7	15.244	20,4	43,0	12,4	43,6
1980	8.488	29,5	2.349	24,5	9.028	35,9	20.132	32,1	42,2	11,7	44,8
1981	8.920	5,1	2.116	-9,9	11.884	31,6	23.293	15,7	38,3	9,1	51,0
1982	8.238	-7,6	1.433	-32,3	10.253	-13,7	20.175	-13,4	40,8	7,1	50,8
1983	8.535	3,e	1.782	24,4	11.276	10,0	21.899	8,5	39,0	8,1	51,5
1984	8.706	2,0	2.872	61,2	15.132	34,2	27.005	23,3	32,2	10,6	56,0
1985	8.538	-1,9	2.758	-4,0	14.083	-7,1	25.639	-8,1	33,3	10,8	54,9
1986	7.280	-14,7	2.491	-9,7	12.404	-11,8	22.349	-12,8	32,6	11,1	55,5
1987	8.022	10,2	3.175	27,5	14.839	19,6	26.224	17,3	30,6	12,1	56,6
1988	9.411	17,3	4.892	54,1	19.187	29,3	33.789	28,8	27,9	14,5	56,8
1989	9.549	1,5	5.807	18,7	18.634	-2,9	34.383	1,8	27,8	16,9	54,2
1990	8.746	-8,4	5.108	-12,0	17.011	-8,7	31.414	-8,6	27,8	16,3	54,2
1991	8.737	-0,1	4.691	-8,2	17.757	4,4	31.620	0,7	27,6	14,8	56,2
1992	8.830	1,1	5.750	22,6	20.754	16,9	35.793	13,2	24,7	16,1	58,0
1993	9366	6,1	5.445	-5,3	23.437	12,9	38.555	11,1	24,3	14,1	60,8
1994	11.058	18,1	6.893	26,6	24.959	6,5	43.545	12,9	25,4	15,8	57,3
1995	10.969	-0,8	9.146	32,7	25.565	2,4	46.506	6,8	23,6	19,7	55,0
1996	11.900	8,5	8.613	-5,8	26.413	3,3	47.747	2,7	24,9	18,0	55,3
1997	14.474	21,6	8.478	-1,6	29.194	10,5	52.994	11,0	27,3	16,0	55,1
1998	12.977	-10,3	8.120	-4,2	29.387	0,7	51.140	-3,5	25,4	15,9	57,5
1999	11.828	-8,9	7.982	-1,7	27.329	-7,0	48.011	-6,1	24,6	16,6	56,9
2000	12.562	6,2	8.499	6,5	32.528	19,0	55.086	14,7	22,8	15,4	59,0
2001	15.342	22,1	8.244	-3,0	32.901	1,1	58.223	5,7	26,4	14,2	56,5
2002	16.952	10,5	8.964	8,7	33.001	0,3	60.362	3,7	28,1	14,9	54,7
2003	21.179	24,9	10.943	22,1	39.654	20,2	73.084	21,1	29,0	15,0	54,3
2004	28.518	34,7	13.429	22,7	52.949	33,5	96.475	32,0	29,6	13,9	54,9
2004 (Jan/Março)	5.809	-	2.937	-	10.376	-	19.448	-	29,9	15,1	53,4
2005 (Jan/Março)	5.908	1,7	3.802	29,5	14.265	37,5	24.451	25,7	24,2	15,5	58,3

(*) Variação % sobre o período anterior

(**) A diferença entre o Total Geral e o somatório dos Básicos, Semimanufaturados e Manufaturados refere-se a Operações Especiais

ANEXO 2

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Diretoria de Fiscalização

Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio

Investimentos Diretos

Distribuição por Atividade Econômica de Aplicação dos Recursos

US\$ milhões

Atividade Econômica	Estoque 1/	
	1995	2000
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	924,99	2.401,08
Agricultura, pecuária e serviços relacionados com estas atividades	207,23	288,13
Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados com estas atividades	30,49	87,77
Pesca, aquicultura e atividades dos serviços relacionados com estas atividades	7,88	7,69
Extração de petróleo e serviços correlatos	72,01	1.022,48
Extração de carvão mineral	0,00	0,00
Extração de minerais metálicos	566,71	611,19
Extração de minerais não-metálicos	40,68	383,82
Indústria	27.907,09	34.725,62
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	2.827,52	4.618,65
Fabricação de produtos do fumo	715,41	723,84
Fabricação de produtos têxteis	529,78	676,68
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	78,08	148,45
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de couro e calçados	428,40	49,27
Fabricação de produtos de madeira	28,99	239,69
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	1.633,66	1.572,73
Edição, impressão e reprodução de gravações	137,97	190,93
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis	0,00	0,69
Fabricação de produtos químicos	5.331,12	6.042,71
Fabricação de artigos de borracha e plástico	1.538,66	1.781,93
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	853,84	1.170,25
Metalurgia básica	3.004,90	2.513,35
Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	572,76	593,31
Fabricação de máquinas e equipamentos	2.345,29	3.324,35
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	457,86	281,29
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1.100,58	990,29
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	785,42	2.169,23
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalar	168,43	735,93
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	4.837,70	6.351,39
Fabricação de outros equipamentos de transporte	223,00	355,80
Fabricação de móveis e indústrias diversas	294,41	182,75
Reciclagem	13,32	12,09
Serviços	12.863,54	65.887,81
Eletricidade, gás e água quente	0,29	7.116,35
Captação, tratamento e distribuição de água	1,80	145,89
Construção	202,68	415,62
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas;	84,39	429,06
Comércio por atacado e intermediários do comércio	2.132,20	5.918,09
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	669,11	3.892,99
Alojamento e alimentação	364,31	316,64
Transporte terrestre	6,43	214,77
Transporte aquaviário	90,49	73,35
Transporte aéreo	24,72	9,50

Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem	71,42	197,63
Correio e telecomunicações	398,74	18.761,54
Intermediação financeira, exclusive seguros e previdência privada	1.638,38	10.671,26
Seguros e previdência privada	149,61	492,41
Atividades auxiliares da intermediação financeira	390,43	1.487,88
Atividades imobiliárias	1.109,24	798,00
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores	363,31	84,38
Atividades de informática e conexas	115,11	2.542,91
Pesquisa e desenvolvimento	5,54	734,91
Serviços prestados principalmente às empresas	4.952,70	11.018,53
Educação	1,08	5,73
Saúde e serviços sociais	17,84	69,56
Limpeza urbana e esgoto; e atividades conexas	2,19	122,24
Atividades associativas	54,42	7,66
Atividades recreativas, culturais e desportivas	15,21	353,47
Serviços pessoais	1,92	7,43
Total	41.695,62	103.014,51

Notas: 1/ Dados de Censo de Capitais Estrangeiros (datas-base 1995 e 2000)

Conversões pela cotação do último dia útil do respectivo período.

Segundo a atividade econômica principal.

ANEXO 3

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Diretoria de Fiscalização

Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio

Investimentos Diretos

Distribuição por Atividade Econômica de Aplicação dos Recursos

US\$ milhões

Atividade Econômica	Ingressos 2/			
	2001	2002	2003	2004
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	1.493,55	637,86	1.487,01	1.072,82
Agricultura, pecuária e serviços relacionados com estas atividades	32,39	50,47	170,46	166,26
Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados com estas atividades	3,93	16,37	7,26	33,21
Pesca, aquicultura e atividades dos serviços relacionados com estas atividades	6,18	4,06	4,18	7,57
Extração de petróleo e serviços correlatos	1.359,89	508,26	364,62	285,18
Extração de carvão mineral	0,00	0,06	0,17	0,73
Extração de minerais metálicos	58,10	35,17	920,73	504,20
Extração de minerais não-metálicos	33,06	23,46	19,59	75,66
Indústria	7.000,98	7.555,30	4.506,02	10.707,82
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	562,73	1.872,72	409,35	5.345,48
Fabricação de produtos do fumo	5,86	71,77	1,93	2,65
Fabricação de produtos têxteis	56,11	97,89	34,56	57,85
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	39,97	5,12	23,20	13,23
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de couro e calçados	19,47	14,18	6,49	22,84
Fabricação de produtos de madeira	71,29	16,52	46,34	61,62
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	150,01	10,77	348,30	177,32
Edição, impressão e reprodução de gravações	140,17	43,86	144,72	131,17
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis	0,00	5,74	1,21	6,30
Fabricação de produtos químicos	1.546,15	1.573,10	915,68	1.362,96
Fabricação de artigos de borracha e plástico	176,13	182,65	204,52	134,12
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	130,27	124,44	50,16	218,78
Metalurgia básica	431,08	138,46	349,85	817,15
Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	108,33	90,36	108,04	90,55
Fabricação de máquinas e equipamentos	344,28	390,72	256,06	313,03
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	23,04	95,54	6,95	11,09
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	327,32	371,57	187,46	243,66
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	1.165,70	543,72	326,45	266,10
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalar	27,73	29,04	25,23	65,88
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	1.549,87	1.757,24	965,33	850,33
Fabricação de outros equipamentos de transporte	51,36	51,47	26,81	464,70
Fabricação de móveis e indústrias diversas	40,98	67,79	56,70	41,87
Reciclagem	33,14	0,66	10,67	9,14
Serviços	12.547,17	10.585,15	6.909,37	8.484,70
Eletricidade, gás e água quente	1.441,56	1.534,15	649,47	1.179,62
Captação, tratamento e distribuição de água	28,40	94,70	39,65	2,90
Construção	263,93	147,92	177,70	323,97
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas;	189,36	70,72	48,01	60,50
Comércio por atacado e intermediários do comércio	545,18	570,76	413,15	648,95
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	899,62	863,14	399,87	543,92
Alojamento e alimentação	274,85	125,73	172,04	73,47

Transporte terrestre	31,21	23,52	25,04	163,62
Transporte aquaviário	38,09	14,52	50,11	44,48
Transporte aéreo	1,01	5,78	26,01	0,03
Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem	75,36	102,87	112,84	43,96
Correio e telecomunicações	4.130,49	4.190,41	2.809,02	2.970,46
Intermediação financeira, exclusive seguros e previdência privada	1.974,99	1.172,15	386,34	846,63
Seguros e previdência privada	628,25	215,70	127,76	127,94
Atividades auxiliares da intermediação financeira	147,76	98,61	218,64	93,62
Atividades imobiliárias	187,32	196,79	189,17	145,53
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores	5,76	34,93	34,35	22,65
Atividades de informática e conexas	720,28	224,90	159,57	80,11
Pesquisa e desenvolvimento	0,61	0,72	0,64	50,24
Serviços prestados principalmente às empresas	696,93	791,30	830,61	883,71
Educação	11,82	31,64	0,99	2,29
Saúde e serviços sociais	6,89	8,88	1,22	11,63
Limpeza urbana e esgoto; e atividades conexas	26,21	9,49	2,04	3,51
Atividades associativas	0,05	0,00	0,10	0,08
Atividades recreativas, culturais e desportivas	219,52	54,63	35,03	152,79
Serviços pessoais	1,69	1,19	0,03	8,11
Total	21.041,70	18.778,30	12.902,41	20.265,34

Notas: 2/ Ingressos de investimentos e conversões de empréstimos e financiamentos em investimento direto.
Conversões em dólares às paridades históricas.

ANEXO 4

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Diretoria de Fiscalização

Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio

Investimentos Diretos

Distribuição por País de Origem dos Recursos

US\$ milhões

País	Ingressos 2/			
	2001	2002	2003	2004
África do Sul	5,71	5,57	8,27	3,59
Alemanha	1.047,46	628,29	507,61	794,73
Angola	0,50	2,88	0,64	0,48
Anguilla	0,00	0,00	0,00	0,00
Antigua e Barbuda	11,20	13,05	0,05	0,22
Antilhas Holandesas	95,09	19,03	53,61	22,87
Arábia Saudita	0,00	0,00	0,00	0,03
Argentina	56,77	88,47	76,16	80,50
Aruba	0,00	0,25	0,00	0,36
Austrália	10,68	3,97	43,92	5,86
Áustria	67,02	34,51	11,16	96,28
Bahamas, Ilhas	264,18	204,85	35,62	98,35
Bahrein, Ilhas	0,00	0,00	0,00	0,00
Barbados	4,78	1,60	1,75	1,94
Bélgica	113,08	45,25	18,26	8,10
Belize	0,00	0,65	0,00	0,00
Bermudas	606,86	1.468,78	623,49	210,94
Bolívia	0,00	0,00	0,18	0,25
Cabo Verde	0,00	0,00	0,00	0,02
Canadá	441,10	989,35	116,78	592,54
Canal, Ilhas do	3,15	4,04	2,14	21,25
Catar	0,28	0,00	0,00	0,00
Cayman, Ilhas	1.755,07	1.554,46	1.909,58	1.521,80
Chile	62,04	46,90	66,75	21,80
China, República Popular	28,08	9,74	15,51	4,35
Chipre	0,57	0,54	0,13	0,01
Cingapura	15,91	20,49	91,13	1,30
Colômbia	1,28	1,15	0,19	0,40
Cook, Ilhas	0,81	0,58	0,18	1,94
Coréia, República da	24,97	4,12	12,19	23,74
Costa Rica	0,08	0,00	0,00	0,21
Coveite	0,00	0,00	0,00	0,00
Cuba	0,25	0,21	0,02	0,05
Dinamarca	33,20	92,75	31,31	39,46
Diversos Estrangeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Emirados Árabes Unidos	0,03	0,78	0,83	0,00
Equador	2,28	0,48	0,51	0,58
Eslovaca, República	0,00	0,43	0,00	0,00
Eslovênia (República da)	0,50	0,00	0,02	0,00
Espanha	2.766,58	586,90	710,47	1.054,93
Estados Unidos	4.464,93	2.614,58	2.382,75	3.977,83
Filipinas	5,49	0,00	0,00	1,35
Finlândia	12,71	3,75	7,18	2,04

Formosa (Taiwan)	12,31	13,41	10,31	4,32
França	1.912,82	1.814,97	825,23	485,86
Gibraltar	89,23	19,85	1,52	0,97
Grécia	0,55	0,64	1,79	1,05
Guadalupe	0,00	0,00	0,01	0,07
Guatemala	0,21	0,00	0,01	0,00
Guernsey, Ilha do Canal (inclui Alderney e Sark)	0,00	0,00	0,00	0,00
Guiana	0,21	0,14	0,00	0,17
Hong Kong	33,01	12,35	10,62	15,49
Hungria, República da	0,01	0,03	0,04	0,06
Índia	3,38	4,00	7,43	14,14
Indonésia	0,00	0,27	0,39	0,04
Irã, República Islâmica do	0,00	0,00	0,00	0,00
Irlanda	8,97	53,22	2,31	20,09
Islândia	0,00	0,02	0,00	0,00
Israel	4,62	9,07	3,95	5,10
Itália	281,27	472,50	390,44	429,21
Iugoslávia	0,00	0,04	0,01	0,00
Japão	826,60	504,48	1.368,35	243,17
Jersey, Ilha do Canal	0,00	0,00	0,00	9,72
Jordânia	1,06	0,22	0,48	0,04
Leewarrd	1,47	0,90	0,40	0,47
Letônia	0,00	0,00	0,00	0,04
Libano	0,00	0,94	2,18	0,41
Liberia	0,10	0,09	0,00	0,05
Líbia	0,28	0,10	0,03	0,06
Liechtenstein	61,92	11,61	23,19	20,65
Luxemburgo	284,66	1.012,78	238,69	746,94
Macau	0,00	0,49	0,09	0,00
Madeira, Ilha da	0,00	0,00	0,00	0,00
Malásia	0,14	0,04	0,00	0,00
Malta	0,12	0,00	0,17	0,00
Man, Ilha de	0,00	0,00	0,00	0,00
Marrocos	0,00	0,00	0,21	0,06
Marshall, Ilhas	0,00	0,00	7,91	12,65
Maurício	0,72	0,41	0,23	0,03
México	61,10	24,40	46,60	60,34
Mônaco	4,18	2,29	42,32	0,08
Nicarágua	0,00	0,02	0,00	0,00
Niue, Ilha	0,00	0,00	0,00	0,00
Noruega	83,14	60,01	54,13	26,64
Nova Zelândia	0,02	0,00	0,05	1,71
Países Baixos (Holanda)	1.891,85	3.372,46	1.444,88	7.704,85
Panamá	132,99	146,41	147,47	150,52
Paquistão	0,00	0,00	0,02	0,00
Paraguai	1,23	3,63	1,08	0,69
Peru	0,03	0,53	0,23	0,33
Polônia, República da	0,00	0,16	0,00	0,10
Porto Rico	0,12	0,09	0,05	0,00
Portugal	1.692,26	1.018,76	201,20	570,20
Reino Unido	416,23	474,36	254,22	275,36
República Dominicana	0,04	0,00	0,00	0,20

Romênia	0,00	0,04	0,46	0,01
Rússia, Federação da	0,00	0,02	0,00	0,21
San Marino	0,00	0,00	0,00	0,00
Santa Lúcia	0,00	0,00	0,00	10,07
São Vicente e Granadinas	0,00	0,00	0,13	0,00
Seychelles	0,00	0,08	0,20	0,86
Síria	0,00	0,20	0,00	0,00
Suécia	54,26	204,92	43,11	89,88
Suíça	181,78	347,36	335,58	364,58
Tailândia	0,03	0,00	0,00	0,00
Tcheca, República	0,29	0,00	0,24	0,36
Território Brit.Oc.Índico	0,00	0,00	0,00	0,00
Turcas e Caicos,Ilhas	0,00	0,00	0,00	0,00
Turquia	0,12	0,00	0,01	0,05
Ucrânia	0,00	0,00	0,00	0,00
Uruguai	180,62	237,46	154,69	160,59
Venezuela	3,16	3,66	2,65	1,35
Virgens,Ilhas (Britânicas)	911,91	500,45	548,73	245,39
Virgens,Ilhas (E.U.A.)	0,03	0,00	0,00	0,00
Zimbábue	0,01	0,00	0,00	0,00
Total	21.041,70	18.778,30	12.899,34	20.264,39

Notas: 2/ Ingressos de investimentos e conversões de empréstimos e financiamentos em investimento direto.
Conversões em dólares às paridades históricas.

ANEXO 5

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Diretoria de Fiscalização

Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio

Investimentos Diretos

Distribuição por País de Origem dos Recursos

US\$
milhões

País	Estoque 1/	
	1995	2000
África do Sul	2,07	26,10
Alemanha	5.828,04	5.110,24
Angola	0,00	0,30
Anguilla	0,00	0,07
Antigua e Barbuda	0,00	4,82
Antilhas Holandesas	269,53	493,21
Arábia Saudita	0,87	0,00
Argentina	393,58	757,79
Aruba	0,18	7,08
Austrália	64,56	77,88
Áustria	100,08	89,12
Bahamas, Ilhas	509,69	944,02
Bahrein, Ilhas	20,15	34,86
Barbados	37,53	656,32
Bélgica	558,23	656,65
Belize	0,00	16,04
Bermudas	853,07	1.940,05
Bolívia	0,40	4,36
Cabo Verde	0,00	0,00
Canadá	1.818,98	2.028,30
Canal, Ilhas do	25,38	0,00
Catar	0,00	1,73
Cayman, Ilhas	891,68	6.224,81
Chile	238,37	228,13
China, República Popular	27,90	37,74
Chipre	100,63	2,09
Cingapura	0,00	137,67
Colômbia	4,84	15,04
Cook, Ilhas	0,00	0,00
Coréia, República da	3,81	179,64
Costa Rica	0,01	17,46
Coveite	0,00	0,78
Cuba	0,71	0,08
Dinamarca	84,91	478,10
Diversos Estrangeiros	2.151,24	3.340,95
Emirados Árabes Unidos	0,00	0,00
Equador	0,00	1,13
Eslovaca, República	0,00	0,16
Eslovênia (República da)	0,00	0,00
Espanha	251,01	12.253,09
Estados Unidos	10.852,18	24.500,11
Filipinas	0,00	0,00

Finlândia	123,30	180,62
Formosa (Taiwan)	0,00	3,27
França	2.031,46	6.930,85
Gibraltar	0,00	166,79
Grécia	0,22	0,18
Guadalupe	0,04	0,00
Guatemala	0,00	0,02
Guernsey, Ilha do Canal (inclui Alderney e Sark)	0,00	138,02
Guiana	7,26	1,53
Hong Kong	12,46	18,64
Hungria, República da	0,20	0,19
Índia	0,00	459,03
Indonésia	0,00	0,00
Irã, República Islâmica do	24,82	17,49
Irlanda	73,73	75,39
Islândia	0,10	0,35
Israel	11,34	5,02
Itália	1.258,56	2.507,17
Iugoslávia	0,00	0,00
Japão	2.658,52	2.468,16
Jersey, Ilha do Canal	0,00	0,00
Jordânia	0,00	1,45
Leeward	0,00	0,00
Letônia, República da	0,00	0,00
Líbano	27,60	10,00
Libéria	223,96	140,06
Líbia	0,00	0,00
Liechtenstein	254,72	364,70
Luxemburgo	408,05	1.034,11
Macau	0,00	0,00
Madeira, Ilha da	0,00	43,08
Malásia	0,00	9,57
Malta	0,00	1,37
Man, Ilha de	0,00	22,79
Marrocos	0,00	0,00
Marshall, Ilhas	0,16	0,20
Maurício	0,00	0,30
México	44,75	131,51
Mônaco	12,10	2,85
Nicarágua	0,00	0,00
Niue, Ilha	0,00	0,01
Noruega	50,91	169,43
Nova Zelândia	0,82	3,15
Países Baixos (Holanda)	1.545,80	11.055,33
Panamá	677,41	1.580,41
Paquistão	0,00	0,00
Paraguai	3,16	5,55
Peru	12,79	0,81
Polônia, República da	0,00	0,00
Porto Rico	0,16	1,08
Portugal	106,61	4.512,10
Reino Unido	1.862,61	1.487,95

República Dominicana	0,00	0,00
Romênia	0,00	0,00
Rússia, Federação da	0,00	0,00
San Marino	0,00	0,04
Santa Lúcia	0,91	0,00
São Vicente e Granadinas	3,60	5,95
Seychelles	0,00	0,09
Síria	0,00	0,00
Suécia	567,16	1.578,47
Suíça	2.815,30	2.252,05
Tailândia	0,00	0,00
Tcheca, República	7,52	4,34
Território Brit.Oc.Índico	0,70	15,97
Turcas e Caicos, Ilhas	0,04	14,62
Turquia	0,00	0,00
Ucrânia	0,00	0,03
Uruguai	874,15	2.106,62
Venezuela	1,02	19,08
Virgens, Ilhas (Britânicas)	901,22	3.196,58
Virgens, Ilhas (E.U.A.)	0,75	4,25
Zimbábue	0,03	0,00
Total	41.695,62	103.014,51

Notas: 1/ Dados de Censo de Capitais Estrangeiros (datas-base 1995 e 2000)
 Conversões pela cotação do último dia útil do respectivo período.